



Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul
Programa de Pós-Graduação em Administração

Leandro Dos Santos Bernardes

Racionalidade Substantiva nas Ações de Inovação Social em Organizações da Sociedade Civil

Palhoça, SC
2023

Leandro dos Santos Bernardes

Racionalidade Substantiva nas Ações de Inovação Social em Organizações da Sociedade Civil

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes

Palhoça, SC
2023

Leandro dos Santos Bernardes

Racionalidade Substantiva nas Ações de Inovação Social em Organizações da Sociedade Civil

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Aprovado em: 20/12/2023.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
NEI ANTONIO NUNES
Data: 19/01/2024 02:20:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Nei Antonio Nunes - Orientador
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul



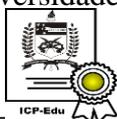
Documento assinado digitalmente
ANA REGINA DE AGUIAR DUTRA
Data: 25/01/2024 16:03:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Ana Regina de Aguiar Dutra
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul



Documento assinado digitalmente
CLARISSA CARNEIRO MUSSI
Data: 02/02/2024 09:37:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^a. Dr^a. Clarissa Carneiro Mussi
Universidade do Sul de Santa Catarina - Unisul



Documento assinado digitalmente
Andre Luis da Silva Leite
Data: 22/01/2024 09:45:10-0300
CPF: ***.728.131-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. André Luís da Silva Leite
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC



Documento assinado digitalmente
WALID ABBAS EL AOUAR
Data: 19/01/2024 14:43:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Walid Abbas El Aouar
Universidade Potiguar - UnP

B44 Bernardes, Leandro dos Santos, 1971-
Racionalidade substantiva nas ações de inovação social em organizações da sociedade civil / Leandro dos Santos Bernardes. – 2023.

142 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (Doutorado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.

Orientação: Prof. Dr. Nei Antonio Nunes

1. Inovação social. 2. Organizações da Sociedade Civil. 3. Racionalidade substantiva. I. Nunes, Nei Antonio. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 303.484

Dedico este trabalho a todos os meus professores, nas diferentes fases da vida, pois todos me instigaram a buscar conhecimento e me inspiraram a seguir pelo caminho da docência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pela compreensão nos momentos de estresse, que não foram poucos. Agradeço aos colegas de disciplinas cursadas: eles me proporcionaram ampliar discussões, compartilhando suas pesquisas e isso certamente contribuiu para ampliar minha visão acerca de diversos temas. Agradeço aos meus professores nesta etapa da vida: especialmente aos meus orientadores Dr. Jacir Casagrande e Nei Antonio Nunes, pela dedicação e paciência na busca de soluções para dúvidas intermináveis: professor Jacir foi um grande incentivador para a escolha da temática pesquisada e infelizmente não pudemos continuar trabalhando juntos devido a sua saída do programa na reta final deste trabalho; professor Nei, me acolheu com carinho para ajustar os pontos que restavam para finalizarmos esta etapa. Agradeço também ao ICOM – Instituto Comunitário da Grande Florianópolis e IVG – Instituto Vilson Groh, com suas equipes altamente qualificadas e seguras dos caminhos trilhados, compartilharam suas experiências práticas no que tange às ações e administração de organizações da sociedade civil.

Muito obrigado a todos!

“Deixe a luz de sua casa acesa! Não para demarcar sua arquitetura ou que ali você mora; mas para iluminar o caminho daqueles que por ali passarem.”
(Desconhecido)

RESUMO

As inovações sociais tornaram-se um campo de estudo recorrente nas pesquisas científicas. Um campo de estudo abrangente, que integra fundamentos de diversas disciplinas e sem uma unanimidade conceitual entre os pesquisadores, a inovação social tem uma característica comum entre todas as tentativas de conceituá-la, a qual reside na construção coletiva para gerar soluções para problemas sociais. Nesse sentido, a operacionalização de iniciativas de inovação social, dado o caráter da construção coletiva, tem sido afeto para as organizações da sociedade civil, uma vez que estas organizações não possuem em sua essência a perseguição do lucro como resultado e sim a mitigação de problemas sociais. Estas organizações geralmente operam em um espaço em que o mercado não tem interesse e o Estado não possui expertise ou políticas públicas suficientes, gerando oportunidades para que a sociedade civil se organize com ações neste sentido. Por outro lado, devido às diferentes possibilidades de estruturação das atividades de uma organização da sociedade civil, especialmente no que tange à formalização e adoção de um modelo mais flexível de trabalho, as teorias organizações apresentam-se insuficientes para promover contribuições na análise das ações destas organizações, ao que se oferece a perspectiva do construto da racionalidade substantiva, segundo o pensamento de Guerreiro Ramos, para processar essas análises e gerar contribuições. Isto porque a racionalidade substantiva leva em consideração a tomada de decisão ou a ação praticada pelo sujeito, como algo não vinculado somente ao ganho econômico ou ao benefício individual, mas a possibilidade de interações do sujeito em suas relações sociais no sentido de promover a autorrealização e a emancipação dos mesmos e dos grupos, gerando um desenvolvimento do ser humano e do território. Pelo exposto, a presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso múltiplo, no qual buscou-se validar a tese de que o construto da racionalidade substantiva contribui para a compreensão das ações de inovação social desenvolvidas em organizações da sociedade civil. O objetivo geral do estudo foi compreender as iniciativas de inovação social em organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com membros, parceiros/investidores e beneficiários das organizações objeto de estudo, bem como pela aplicação de pesquisa documental. Já a análise dos dados capturados foi processada com abordagem qualitativa, utilizando-se da técnica de análise de conteúdo. Os principais resultados apontam para validação da tese, revelando as conexões entre os campos de conhecimento, destacando que a contribuição da racionalidade substantiva para as inovações sociais em organizações da sociedade civil está no afastamento da lógica instrumental, permitindo que as escolhas dos sujeitos sejam feitas por meios que os levem a uma condição emancipatória, impedindo que sejam conduzidos a um processo de sujeição.

Palavras Chaves: Racionalidade substantiva; Inovação Social; Organizações; Sociedade Civil.

ABSTRACT

The Social innovations have become a frequent area of study in scientific researches. A comprehensive area of study, which integrates foundations from different knowledge areas and without conceptual unanimity among researchers, the social innovation has a common characteristic among all attempts to conceptualize it, which is in the collective construction of solutions to social problems. In this sense, the operationalization of social innovation initiatives, given the character of collective construction, has been appropriate to civil society organizations, since these organizations do not in essence have the pursuit of profit as a result but rather the mitigation of social problems. These organizations generally operate in a space in which the market isn't interested and the State doesn't have expertise or sufficient public policies, generating opportunities that civil society can organize with actions in this way. On the other hand, because of different possibilities for structuring the activities of a civil society organization, especially with regard to the formalization and adoption of a more flexible work model, organizational theories are insufficient to promote contributions in the analysis of the actions of these organizations, to which the perspective of the construct of substantive rationality is offered, according to the thoughts of Guerreiro Ramos, to process these analyses and generate contributions. This is because substantive rationality takes into account the decision-making or action taken by the subject, as something not linked only to economic gain or individual benefit, but the possibility of the subject's interactions in their social relations in order to promote self-realization and the emancipation of themselves and groups, generating the development of human beings and the territory. For this reason, this research is characterized as a multiple case study, in which we sought to validate the thesis that the construct of substantive rationality contributes to the understanding of social innovation actions developed in civil society organizations. The general objective of the study was to understand social innovation initiatives in civil society organizations from the perspective of substantive rationality. Data collection was done from interviews with employees, partners/investors and beneficiaries of the organizations searched, as well as through the application of documentary research. The analysis of the captured data was processed with a qualitative approach, using the content analysis technique. The main results point to validation of the thesis, showing the connections between areas of knowledge, highlighting that the contribution of substantive rationality to social innovations in civil society organizations is in the distancing from instrumental logic, allowing subjects' choices to be made by means that lead them to an emancipatory condition, preventing them from being led to a process of subjection.

Keys-Words: Substantive rationality; Social Innovation; Organizations; Civil society.

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice I - Roteiro de Entrevistas.....	138
Apêndice II - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	140

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Temas em Inovação Social.....	28
Figura 2 - Paradigma Paraeconômico	51
Figura 3 - Continuum de Intensidade de Racionalidade Substantiva	54
Figura 4 - Etapas da Pesquisa	60
Figura 5 - Sede ICOM	62
Figura 6 - Estrutura Organizacional Formal do ICOM	64
Figura 7- Eixos de Atuação e Motivações do ICOM	65
Figura 8 - Cais – Centro de Apoio a Inovação Social do ICOM	66
Figura 9 - Sede do IVG.....	70
Figura 10 - Estrutura Organizacional Formal do IVG	72
Figura 11 - Projeto Arquitetônico do Centro de Inovação Social do IVG - CIS.....	74
Figura 12 - Triangulação de dados Analisados.....	82
Figura 13 - Café da Manhã na Frei Damião - ICOM.....	89
Figura 14 - Projetos Originados pelo Sinais Vitais do Migrante Internacional.....	90
Figura 15 - Formatura Turma Projeto TecTrampo - ICOM.....	93
Figura 16 - Formatura Turma Projeto PodeCrer do Centro de Inovação Social do IVG.....	93

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição dos Termos de Busca	19
Quadro 2 - Resultado das pesquisas em Bases de dados.....	19
Quadro 3 - Conceitos de Inovação Social	26
Quadro 4 - Categorias de Análise para Inovação Social.....	32
Quadro 5 - Tipologias em Organizações da Sociedade Civil	35
Quadro 6 - Tipologias de Ação.....	41
Quadro 7 - Elementos da Racionalidade Substantiva.....	48
Quadro 8 - Processos Organizacionais Descritores da Racionalidade Substantiva.....	52
Quadro 9 - Categorias de Análise para Racionalidade Substantiva.....	55
Quadro 10 - Equipe Executiva do ICOM	64
Quadro 11 - Equipe Executiva do IVG	73
Quadro 12 - Categorias de Análise	81
Quadro 13 - Síntese da Análise dos Dados	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Áreas de Atuação das OSC no Brasil.....	37
Tabela 2 - Evolução de iniciativas de Inovação Social em Florianópolis.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1.1 TEMA	16
1.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	18
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	20
1.3.1 Objetivos Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 INOVAÇÃO SOCIAL.....	24
2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	33
2.3 RACIONALIDADE SUBSTANTIVA.....	39
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	57
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	57
3.2 CONTEXTO DA PESQUISA.....	61
3.2.1 Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM	62
3.2.2 Instituto Padre Vilson Groh – IVG.....	70
3.3 PARTICIPANTES PESQUISADOS.....	75
3.4 COLETA DE DADOS	77
3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS.....	80
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	84
4.1 FUNDAMENTOS DE ORIGEM.....	84
4.2 NOVIDADE.....	88
4.3 FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO	94
4.4 NECESSIDADE ATENDIDA	98
4.5 EFICÁCIA DA AÇÃO.....	101
4.6 CAPACIDADES GERADAS.....	102
4.7 AUTORREALIZAÇÃO.....	104
4.8 ENTENDIMENTO.....	107
4.9 JULGAMENTO ÉTICO	108
4.10 AUTENTICIDADE	111
4.11 VALORES EMANCIPATÓRIOS.....	112

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	125

1 INTRODUÇÃO

A evolução da sociedade trouxe consigo novas necessidades a serem satisfeitas, gerando reconfigurações nos relacionamentos entre os indivíduos e impondo ao mercado adoção de medidas criativas para o atendimento dessas novas demandas. Os contextos sociais, culturais, econômicos, políticos e tecnológicos vivenciados desde a revolução industrial, provocaram profundas transformações no comportamento das organizações e nos processos de trabalho, admitindo novos arranjos e combinações de suas estruturas em prol do atingimento de resultados e da manutenção de sua razão de existir, o que está intimamente ligado à adoção de inovação (MIRANDA, 2002; AROCENA, 2004). Essas transformações sociais ocorridas ao longo do tempo traduzem-se na geração de desenvolvimento para a própria sociedade, através de novas iniciativas, denominadas de inovação social, que trazem à tona a preocupação com a solidariedade, a cidadania, a geração de renda e a autonomia do ser humano (LIMA; SOUZA, 2014).

A inovação social pode ser considerada uma noção complexa que engloba ações e iniciativas para gerar benefícios em favor da sociedade, ao que destacam Hall e Vredenburg (2003), que ela trata de agregar melhorias ao processo produtivo, valorando produto e elevando desempenho e renda. De maneira mais ampla, Goldenberg (2004) destaca que a inovação social pode ser entendida como o desenvolvimento e aplicação de atividades melhoradas, iniciativas, serviços, processos ou produtos projetados para atender aos desafios econômicos e sociais enfrentados por indivíduos e comunidades, considerando novas formas de fazer, com utilização de novos materiais e métodos de produção. Já, Phills *et al.* (2008) descrevem-na como o processo de inventar e garantir o apoio para a implementação de soluções inovadoras para necessidades e problemas sociais, sendo esta vertente, segundo Lévesque (2002) mais apropriada em organizações sem fins lucrativos.

Nesse sentido a inovação social se tornou uma realidade no enfrentamento de diversas demandas sociais, nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, segurança, bem estar e sustentabilidade, levando oportunidade de melhoria de vida às camadas sociais mais carentes, pois segundo Pero e Mihessen (2013) nas metrópoles brasileiras, com raras exceções, as camadas mais vulneráveis da sociedade sofrem relativamente mais e por essa razão necessitam diversificar alternativas para lidar com os efeitos da extrema pobreza.

Ao considerar o caráter das inovações sociais como mitigadoras de problemas sociais, surgem diversas iniciativas fomentadas por organizações da sociedade civil e do mercado,

umentando as possibilidades e derivações para aplicação do referido conceito, conforme se verifica nas publicações em base de dados internacionais efetuadas nessa última década, especialmente na revisão sistemática de literatura efetuada por Foroudi *et al.* (2021), reportando a importância da temática e também a falta de convergência ou consenso entre os pesquisadores para algo tão complexo.

Subjacentes a essa complexidade, encontram-se as racionalidades envolvidas nas concepções das ações de inovação social, pois o comportamento humano para tomada de decisão se estrutura a partir da conjugação de variantes relacionadas a fins e a meios. Por isso, a racionalidade é influenciada por contextos sociais que moldados por valores individuais e coletivos, com uma infinidade de possibilidades e combinações, agem como direcionadores das ações e decisões da humanidade (WEBER, 2009). Um desses direcionadores é a racionalidade substantiva, que de acordo com concepção de Serva (1997), traz em suas características a preocupação do indivíduo com valores emancipatórios e de inclusão social.

Ao considerar que os indivíduos buscaram ao longo do tempo, meios e formas de transformar socialmente a realidade em que vivem e que essa busca sistemática foi capaz de engajar pessoas ou grupos para o cumprimento desses objetivos, os processos ou iniciativas utilizadas para essa finalidade, em grande parte, aproximam-se ou vinculam-se ao constructo de inovação social. Já as motivações ou características contidas nessas iniciativas podem estar direcionadas por fatores que justificam objetivos distintos (indivíduos e grupos), pois as motivações nem sempre são exatamente as mesmas. De toda forma, elas não são excludentes, pois permitem que através dos grupos, também os indivíduos possam atingir seus objetivos e modificar seus contextos.

Como essa mudança tende a elevar o nível de empoderamento e por consequência conduzir os sujeitos à emancipação, acredita-se que é possível vincular grande parte das ações de inovação social ao constructo da racionalidade substantiva. Por conseguinte, as organizações da sociedade civil, ao conectar inovação social e racionalidade substantiva, constituem-se em terreno fértil para desenvolvimento de projetos com vistas à promoção de transformação da realidade social das comunidades em que atuam, desenvolvendo capacidades locais, gerando informações que podem instrumentalizar políticas públicas, agindo como guardiãs de informações e experiências para questões de interesse social. Por isso, estes três temas juntos: inovação social, racionalidade substantiva e organizações da sociedade civil são abordados e explorados nesta pesquisa, fornecendo o arcabouço teórico utilizado como referência para o desenvolvimento da mesma.

1.1 TEMA

A temática inovação social ganhou notoriedade na última década tanto na academia quanto no mercado e isso despertou maior interesse dos pesquisadores devido às oportunidades e contribuições que suas práticas podem trazer para o desenvolvimento da sociedade, ao que refere Lévesque (2002) que as ações de inovação social estão relacionadas a aspectos de qualidade de vida, empoderamento, autonomia e emancipação dos sujeitos.

Para Wittmayer *et al.* (2018) a inovação social se tornou importante ao se configurar em arranjos instrumentais que podem proporcionar igualdade social ou retirar os sujeitos dos estados minoritários de vida, uma vez que a inovação social desencadeia um processo de mudança nas relações sociais que envolvem desafiar, alterar ou substituir a maneira como uma organização se posiciona junto a uma comunidade, engajando-a em sua razão de existir.

A inovação social pode ser classificada como um campo de estudos em construção, que recebe influência de diversas áreas do conhecimento, tais como filosofia, sociologia, psicologia, administração e por isso não há um consenso entre os pesquisadores sobre uma definição única que possa conceituar a temática (HENDERSON, 1993; GARCIA; HADDOCK, 2016). Nessa construção conceitual, Kilelu *et al.* (2014) e Swaans *et al.* (2014) ressaltam que o conhecimento novo ou modificado, experiências, arranjos sociais ou tecnologias são aplicados para resolver vários desafios na sociedade, tais como desigualdade, exclusão social, falta de autonomia e geração de renda.

Sua aplicação vem se consolidando em publicações na última década, ao que se confirma nas pesquisas em bases de dados internacionais, especialmente em revisão sistemática de literatura realizada por Foroudi *et al.* (2021), na qual os autores apontam as principais áreas de concentração em que os estudos sobre inovação social são realizados no mundo todo.

Dessa forma, as organizações que desenvolvem ações de inovação social, sob a ótica econômica e estrutural, também necessitam de recursos e processos criativos para o desdobramento de suas estratégias de atuação para gerarem transformações importantes na realidade e na cultura local. Contudo, segundo Schmitz Junior *et al.* (2014), essas organizações ainda são influenciadas por um processo de gestão tradicional, sustentados na teoria organizacional, com fundamentos, técnicas e sistemas de decisão impregnados de

racionalismo instrumental¹, onde o ajustamento dos meios aos fins se dá com o objetivo de se atingir resultados exclusivamente econômicos, sem preocupações em gerar satisfação e autonomia aos seus integrantes e sociedade. Tal fato, sob a ótica de Moscovici (2002, p. 109) enseja a adoção de princípios e métodos mais holísticos, capazes de promover “profundas mudanças nas práticas administrativas correntes na cultura organizacional e sobretudo de mentalidade, atitudes e comportamento dos executivos e líderes organizacionais”.

Nesse sentido, faz-se necessário discutir as racionalidades presentes nos aspectos direcionadores das ações das organizações, pois conforme Sell (2012), as decisões que impulsionam as ações possuem significados distintos, construídos com base em um sistema de valores aceitos socialmente, estando a racionalidade substantiva na base do pensamento altruísta da coletividade (MARGOLIS, 1982; SERVA, 1997; HU & LIU, 2003).

A racionalidade substantiva é constituída por aspectos menos evidentes no funcionamento das organizações, ao que alerta Ramos (1989), que ela implica visualizar o ser humano como sujeito de sua própria história, também valorizado pelas organizações, ao que complementa Serva (1996) quando propõe algumas dimensões a serem exploradas, tais como autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia.

Diante disso, a presente tese se constitui como um estudo que aborda as concepções que originaram as ações de inovação social em organizações da sociedade civil no Estado de Santa Catarina, utilizando o constructo de racionalidade substantiva para identificar os aspectos direcionadores dessas ações, bem como, as contribuições que esse constructo pode fornecer para a gestão dessas organizações, apresentando o problema de pesquisa na seção que segue.

¹ Racionalismo instrumental: método de escolha ou decisão baseado na razão em que algo será realizado como instrumento para obtenção de vantagens específicas, permitindo que as condutas dos agentes sejam ajustadas de para estas finalidades. (RAMOS, 1981). Também definida por Weber como racionalidade prática, tratando-se de um modo de vida que aceita as realidades apresentadas e calcula o melhor meio de trabalho para lidar com as dificuldades que eles apresentam, caracterizando-se como uma manifestação da capacidade do homem para ação racional em que o fim justifica os meios. (KALBERG, 1980). Em outros termos, na razão instrumental o ser humano é reduzido à condição de meios para a realização de finalidades econômicas, políticas, etc.

1.2 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A inovação social tem sido bastante retratada em pesquisas no contexto internacional, sobretudo com o intuito de destacar ações desenvolvidas sobre o tema, bem como os impactos que essas ações podem representar no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em pesquisas realizadas recentemente Campopiano e Bassani (2021), Heinisch, (2021) e Schäfer *et al.* (2021) enfatizam a necessidade de se ampliar as discussões para além dessas questões, extrapolando também para pautas relacionadas com o meio ambiente, muito embora os estudos realizados por Barlagne *et al.* (2021), Baselice *et al.* (2021), Eppinger (2021); Lombardi e Costantino (2021); Marchesi e Tweed (2021); Alberio e Moralli (2021); Richter, e Christmann (2021), já apontam certa predominância do binômio inovação social e meio ambiente. Tal predominância pode estar relacionada com a legislação e acordos internacionais que objetivam a não degradação do planeta e possibilidades de geração de renda a partir de uma economia sustentável. Contudo, não se localizou nas pesquisas identificadas nas bases de dados internacionais sobre estes temas, discussão centrada nas motivações ou aspectos que suscitaram as concepções das ações de inovação realizadas pelos objetos de estudos até então referidos, que se constitui como uma lacuna de pesquisa a ser considerada.

Na maioria dos estudos encontrados, tais como os realizados por De Pieri e Teasdale (2021), apresentaram claramente declarados que o foco foi gerar literatura acadêmica, ampliar conhecimentos sobre a temática e verificar a possibilidade de insights para ações mais efetivas no desenvolvimento da sociedade. Em outros, a inovação social é abordada pela utilização de casos em áreas ou regiões distintas, investigando contextos específicos para o desenvolvimento de comunidades locais, como o efetuado por Schäfer *et al.* (2021). Tais objetivos podem se constituir como limitação das pesquisas realizadas, haja visto fatores específicos envolvidos.

Ademais, os estudos progressos também não focaram nas possíveis contribuições que a análise das concepções de inovação social poderiam ter se discutido sob a perspectiva da racionalidade substantiva, ratificando a lacuna válida para se prosseguir na defesa da tese de que a racionalidade substantiva contribui para a compreensão das ações de inovação social realizadas pelas organizações da sociedade civil, o que dá origem a seguinte pergunta de

pesquisa: Como a racionalidade substantiva contribui para a compreensão das ações de inovação social em organizações da sociedade civil?

Os estudos já citados foram encontrados em bases de dados internacionais, como resultados ao procurar por aqueles que tratassem das temáticas abordadas nessa pesquisa. Na primeira etapa, foi efetuada uma relação dos termos (palavras ou conjunto de palavras) que melhor definiam os assuntos ou temáticas que integram a presente tese, conforme quadro 1, a seguir apresentado:

Quadro 1- Definição dos Termos de Busca

Relação com inovação social	Relação com Organizações da Sociedade Civil	Relação com o constructo
social innovation social policy social entrepreneurship social management, social development social economy	social organizations third sector civil society social sector non-profit organizations;	substantive rationality

Fonte: Elaboração do autor (2022)

Cada termo constante no quadro 1 foi testado individualmente nas bases de dados Scopus, Web of Science e Google Acadêmico, ocasião em que se verificou maior incidência dos termos *social innovation*, *third sector* e *substantive rationality* nas publicações existentes nas referidas bases de dados. Dessa forma, partiu-se desses termos para gerar as chaves de busca combinando os assuntos em *strings* de pesquisa a seguir apresentados no quadro 2, com os respectivos resultados.

Quadro 2 - Resultado das Pesquisas em Bases de Dados²

<i>String</i>	Base de Dados		
	Scopus	Web of Science	Google Acadêmico
“substantive rationality” and “social innovation” and “third sector”	0	0	36
“substantive rationality” and “social innovation”	1	0	144
“substantive rationality” and “third sector”	1	1	199
“social innovation” and “third sector”	392	56	15.300

Fonte: Elaboração do autor (2022).

² Embora os estudos sobre racionalidade na área da administração, no Brasil, tenham grande concentração nas pesquisas de Guerreiro Ramos, pesquisador brasileiro, optou-se por efetuar as buscas em base de dados internacionais, pois as mesmas integram pesquisas de diversos países

Na etapa seguinte partiu-se para a verificação das publicações encontradas, não localizando consonância com o que se pretende investigar nessa tese. Dessa forma, nova pesquisa foi realizada nas bases de dados, utilizando os termos individualmente para capturar o que de mais atual havia para cada um deles nas publicações encontradas. Para tanto delimitou-se o período de tempo de 2018 à 2022, obtendo-se uma amostra final com 10 artigos para o termo “substantive rationality”, 33 artigos para o termo “social innovation” e 549 artigos para o termo “third sector”. Esta amostra final, por não apresentar convergência entre as temáticas, foi utilizada para apoiar o referencial teórico da pesquisa.

Dentre os artigos que versavam sobre inovação social, localizou-se uma recente revisão sistemática de literatura realizada sobre o tema, intitulada “ *Intellectual evolution of social innovation: A bibliometric analysis and avenues for future research trends*”, que em português lê-se como Evolução intelectual da inovação social: uma análise bibliométrica e caminhos para futuras tendências de pesquisa. Como este estudo foi realizado no ano de 2021 com base em 370 artigos, a partir dele, obteve-se grande contribuição para esta tese.

1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

Nessa seção são apresentados os objetivos pretendidos com a realização do presente estudo.

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender as iniciativas de inovação social em organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar elementos que proporcionam a conexão entre a inovação social e a racionalidade substantiva nas iniciativas de duas organizações da sociedade civil;

- b) Descrever as ações de inovação social desenvolvidas nas organizações da sociedade civil pesquisadas;
- c) Evidenciar as contribuições sociais geradas pelas ações empreendidas em organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva;
- d) Verificar elementos de gestão relacionados aos aspectos de racionalidade substantiva nas práticas dos agentes organizacionais;
- e) Apontar potencialidades e limites da prática de inovação social com base na razão substantiva nas organizações objeto do estudo.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Ao conjugar inovação social e racionalidade substantiva em organizações da sociedade civil, analisando as concepções que sustentam as ações de inovação social por elas desenvolvidas, o estudo se apresenta como inédito, uma vez que não se localizou nos últimos anos publicações que tratem dessas duas temáticas simultaneamente, conforme demonstrado na revisão sistemática de literatura realizada por Foroudi *et al.* (2021), bem como as buscas em bases de dados internacionais, de acordo com o procedimento apresentado no quadro 2.

Isso oportuniza ampliar as discussões sob a temática inovação social, que ainda pode ser entendida como um conceito em construção e, neste caso, gerar novos conhecimentos e possibilidades a serem exploradas pelos pesquisadores da área, o que se constitui em uma justificativa teórica plausível para a tese ora apresentada. A exemplo do exposto, Elias e Barbero (2021) discutiram a inovação social como propulsora para o desenvolvimento das ações da sociedade civil; Hernández-Ascanio *et al.* (2021) estudaram as possibilidades de mensurar as ações de inovação social no terceiro setor; enquanto que Heinisch (2021) abordou os fatores que contribuem para adoção de inovação social, porém sem a menor pretensão de tratar inovação social e racionalidades na mesma obra.

Não obstante, acredita-se que o ineditismo desta pesquisa também se ratifica pelo fato da noção de inovação social abarcar demasiada amplitude, aceitando uma infinidade de combinações e associações e ao investigar aquilo que as organizações da sociedade civil tomam como inovação social, vestindo-se a lente do constructo da racionalidade substantiva, possibilita-se maior clarificação do que pode ser efetivamente classificado como inovação social e não apenas uma apropriação equivocada de um conceito em formação.

Outra evidência em estudos pregressos, como os realizados por Anes, Deponti e Arend (2018); De Pieri e Teasdale (2021); De Fátima Ferreiro *et al.* (2021) é que ao considerarem a evolução da sociedade e por conseguinte das organizações, as proposições estruturais e consequências da aplicação da teoria organizacional já não dão conta de suportar todas as tipologias de organizações, o que se assevera nas organizações da sociedade civil ou antigamente referido como terceiro setor, que opera em um ambiente desafiador no sentido de promover a autorrealização, o empoderamento e a emancipação dos sujeitos. Portanto, tais constatações fazem surgir a necessidade de se discutir as ações organizacionais, especialmente no sentido das inovações sociais, sob aspectos mais amplos como o da racionalidade substantiva.

O estudo justifica-se também pelas contribuições que pode gerar para a sociedade ao dar por conhecer características das organizações da sociedade civil que realmente possuam coerência com seus propósitos e razão de existir, uma vez que visa investigar as concepções que estruturam as ações de inovação social dessas organizações, ensejando melhorias no processo de comunicação, partilha de valores comuns e direcionamento dos atos decisórios. Conhecer esses aspectos pode representar maior oportunidade de mobilização dessas organizações com suas partes interessadas, facilitando sinergia entre eles para a consecução de objetivos de grandes proporções. Por outro lado, a pesquisa oferece uma reflexão crítica no sentido dos eventuais aspectos contraditórios entre fundamentos de origem, tipificação legal, gestão e práticas efetivas das organizações pesquisadas, as quais podem ser generalizadas para outras organizações com características ou modo de atuação similares.

O estudo justifica-se ainda em função da região e área em que se localizam as organizações pesquisadas. O Estado de Santa Catarina vem ganhando notoriedade nacional como um importante ecossistema de inovação, com o desenvolvimento de ações da iniciativa pública e privada no sentido de promover projetos inovadores, o que se exemplifica com o programa catarinense de inovação, que desde 2014 incentiva a implantação de centros de inovação em solo catarinense, o que já ocorreu em 13 polos econômicos (regiões do Estado). Esses centros de inovação funcionam como facilitadores na articulação do mercado, governos, academia e comunidade para projetos e pesquisas em inovação, desencadeando maior possibilidade de crescimento econômico (SANTA CATARINA, 2021). A relevância ou interesse do tema também motivou a Universidade Estadual de Santa Catarina a instalar um ente denominado Observatório de Inovação Social, dedicado a acompanhar os movimentos feitos no Estado sob esta área do conhecimento, produzindo conhecimento sobre aquilo que é

feito no território, efetuando mapeamento de ações e gerando informações acerca do desenvolvimento gerado a partir da aplicação de elementos de inovação social.

Não obstante, os atrativos turísticos de algumas regiões do Estado, especialmente sua capital Florianópolis, também geram visibilidade internacional e preocupação com os aspectos de infraestrutura para suporte dessas atividades, o que desafia a sociedade a encontrar formas diferentes para lidar com os problemas sociais adjacentes. Problemas estes, que tomam grande relevância devido à existência de 64 favelas que se constituem como bolsões de pobreza que orbitam a cidade (PAVEZ; FREITAS; DIAS, 2019).

Tais contextos se configuram em um fator que influencia as práticas de inovação social da sociedade civil, pois sob essa premissa emergem, constantemente, novas organizações. Segundo levantamento realizado pelo IPEA, em 2017, Santa Catarina possui 41.380 organizações da sociedade civil, o que anteriormente se denominava de terceiro setor. Só as organizações situadas na capital do Estado, desenvolvem mais 1.222 iniciativas de inovação social (Observatório de Inovação Social de Florianópolis, 2021), que também se movimentam no sentido de garantirem sua permanência, mobilizando recursos, fontes de financiamento, estrutura organizacional e técnicas de gestão.

Com vasto campo em organizações da sociedade civil que se constituem como solo fértil para o desenvolvimento de iniciativas para enfrentamento de questões sociais, o constructo da racionalidade substantiva pode representar auxílio para se solidificar a compreensão daquilo que realmente pode ser classificado como inovação social, oferecendo uma contribuição teórica para o campo de conhecimento Inovação Social. Ao oferecer discussões sob esse enfoque e sem pretensão de esgotar o assunto, pesquisadores futuros poderão ter novo ponto de partida para seus estudos e o domínio da teoria com as contribuições aqui geradas tende a ampliar o engajamento da coletividade, encorajando novos parceiros e fontes de financiamento para atuação em problemas sociais. Ademais, a vinculação do autor da tese à Linha de Pesquisa de Inovação e Sociedade do Programa de Pós Graduação em Administração - PPGA Unisul e ao Grupo de Pesquisa em Inovação Social junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, reforça a justificativa do estudo.

No capítulo que segue apresenta-se o referencial teórico relativo às temáticas inovação social, organizações da sociedade civil e racionalidade substantiva, as quais fornecem sustentação para discussão dos achados da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo, se apresentam constructos, teorias e ideias formulados por estudiosos das temáticas inovação social, racionalidade substantiva e organizações da sociedade civil, que alicerçam as discussões e conclusões do presente estudo.

2.1 INOVAÇÃO SOCIAL

Impulsionado pela necessidade de atender as novas demandas da sociedade e exigências dos mercados, o tema inovação adentra os processos de formulação e implementação de estratégias organizacionais como um aliado na consecução dos objetivos das organizações dos diferentes setores, tornando-se recorrente atribuir à inovação um instrumental para conduzir organizações ao desenvolvimento e a diferenciais competitivos. Essa apropriação origina-se na teoria econômica, pela qual Schumpeter (1961) vincula inovação a uma nova forma de realizar algum processo ou produto que resultem ganho econômico e geração de lucro, inclusive por meio de descoberta ou criação de novos mercados.

Ainda em uma visão restrita ao aspecto econômico, Mcfadzean *et al.* (2005) a inovação estava relacionada com as ações para agregação de valor em produtos, processos, métodos de produção e comercialização que proporcionassem ampliação de lucros, redução de risco e satisfação de clientes e poderiam lograr êxito nas seguintes situações definidas por Schumpeter (1985, p. 48):

- a) A introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem;
- b) Introdução de um novo método de produção no ramo específico da indústria de transformação;
- c) Abertura de um novo mercado em que a empresa ainda não tenha entrado;
- d) Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou de um bem semimanufaturado;
- e) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer setor industrial, como a criação de um monopólio.

Esse pensamento evolui através do tempo e à inovação passam também a ser atribuídas as transformações ocorridas na sociedade que não necessariamente estejam relacionadas com a vantagem competitiva e com o ganho econômico. Defendem Schröder e Kruger (2019) que a inovação traz consigo uma mudança de mentalidade, que convida a sociedade a vislumbrar o mundo sob a ótica de novos paradigmas. Por esse novo olhar, as ações das organizações transcendem o comportamento e a satisfação individual, integrando-se na construção de novos métodos e processos que conduzam a uma produção mais limpa e sustentável, a qual todos possam ter condições de acessar. Nesse sentido, um documento intitulado Manual de Oslo, desenvolvido pela OECD - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, uma entidade internacional que orienta assuntos relacionados ao desenvolvimento das nações como um todo, além de ensaiar um conceito genérico para o assunto, traz uma definição quanto a sua aplicabilidade que serve de reflexão para ampliar a visão acerca do tema, quando refere OECD (1997, p. 62) que “a inovação pode ocorrer em qualquer setor da economia, incluindo os serviços públicos, como saúde e educação”.

Não obstante, a sociedade também apresenta desafios constantes que precisam ser abordados pelas organizações de maneira que extrapolem os modelos usuais e por isso conceber a inovação sem o foco exclusivo de atender as pressões do mercado ganha importância, visto que adoção de ideias inovadoras pode levar à mudanças de comportamento e das dinâmicas sociais existentes, pois conforme análise de Adorno (1973) acerca da sociedade, o aspecto cultural frequentemente se manifesta na constituição de forças e fraquezas do homem quando da decisão pela obtenção de bens que satisfaçam suas necessidades.

Nesse cenário emerge a inovação no campo social, pois assim como o mercado busca maneiras não tradicionais ou inovadoras para gerar crescimento e lucratividade, a inovação social, segundo Pel *et al.* (2020) tende a lidar com questões que se traduzem em desenvolvimento, possibilitando às pessoas acesso à tudo aquilo que o mercado oferta, preocupando-se com alternativas que garantam essa inclusão. Segundo Pol e Ville (2009), também a adoção de inovação pelo mercado nos seus processos de negócio pode gerar ou desencadear ações de inovação social e ao contrário, da mesma forma, pois a inovação por si só espalha reflexos em diversas direções e dimensões.

Diante do exposto, diversas são as tentativas sem sucesso de gerar uma conceituação única para algo tão amplo e abrangente. Então, se um único conceito não consegue capturar a riqueza e abrangência das Inovações Sociais na sua totalidade, no seu conteúdo se destaca a

intenção de gerar soluções sociais de impacto, ao que se apresenta no quadro 3, a seguir, alguns desses conceitos encontrados.

Quadro 3 - Conceitos de Inovação Social

Autor - Ano	Conceitos de Inovação Social
Taylor (1970)	Novas formas ou formas aperfeiçoadas de se fazer as coisas no mercado e na sociedade.
Dagnino e Gomes (2000)	Conhecimento intangível ou tácito que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Resposta nova nas ações que geram efeito duradouro para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções aos problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	Objetiva a satisfação de necessidades humanas básicas e o aumento de sua participação política e reforço de direitos sociais.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert <i>et al.</i> (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas, através da inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan <i>et al.</i> (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovadoras e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são, predominantemente, desenvolvidas e difundidas através de organizações, cujos propósitos primários são sociais.
Saucier <i>et al.</i> (2007)	Inovações Sociais são procedimentos instaurados pelos próprios atores sociais para responder a um interesse social; estes atores buscam atender a uma necessidade ou gerar uma solução que possa mudar as relações sociais, transformar um contexto ou propor novas orientações socioculturais.
Phills <i>et al.</i> (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge, principalmente, a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade da vida.
Murray <i>et al.</i> (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que, simultaneamente, satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas à sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.
Bignetti (2011)	É o resultado do conhecimento aplicado a necessidades sociais através da participação e da cooperação de todos os atores envolvidos, gerando soluções novas e duradouras para grupos sociais, comunidades ou à

	sociedade em geral.
Godin (2012)	Caracteriza-se por uma nova ideia, uma nova abordagem, um novo serviço, um novo produto, um novo tipo de organização que responde a uma forma mais adequada e mais sustentável do que as soluções existentes às necessidades sociais; é uma nova solução que tem sido implantada em uma instituição, organização ou comunidade e produz um benefício mensurável à comunidade e não apenas para alguns indivíduos.
<i>Centre for Social Innovation</i> (2015)	Refere-se à criação, desenvolvimento, adoção e integração de novos conceitos e práticas que colocam as pessoas e o planeta em primeiro lugar, tendo origem nas necessidades dos indivíduos, grupos ou organizações.
Agostini e Vieira (2015)	Novas ideias e soluções que geram um impacto na solução de problemas sociais, envolvendo atores e partes interessadas na promoção de uma mudança nas relações sociais.
Crises (2017)	É um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudar as relações sociais, a fim de transformar um quadro ou propor novas orientações culturais para melhorar a qualidade e as condições de vida da comunidade.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na literatura (2023)

Ao passo que avançam as discussões e pesquisas sobre o tema, novas contribuições para sua conceituação vão surgindo.

Por isso, Ziegler (2018) afirma que a inovação social, por considerar aspectos que podem levar à autonomia e inclusão dos sujeitos, possibilitando acesso aos produtos e serviços produzidos pelo mercado, torna-se essencial para o desenvolvimento econômico. Isso, porque proporciona o ciclo virtuoso da economia, que gera novas transações e impostos que devem ser empregados nas políticas públicas e que capacitam a sociedade para novas ações de inovação social. De forma complementar, Chi *et al.* (2020) enfatizam que as ações de inovação social tendem a aumentar também as capacidades inovadoras de forma geral, pois suas iniciativas possibilitam o acesso a uma diversidade de recursos que podem ampliar as conexões com as mais diferentes tecnologias disponíveis, proporcionando aos sujeitos o contato com experiências enriquecedoras de conhecimentos que tendem a contribuir no processo de emancipação dos mesmos.

Face a isto, Murray *et al.* (2010) explicam que a inovação social pode ser descrita como uma maneira de gerar novas e efetivas soluções para os desafios existentes no mundo moderno, pois caracteriza-se como um campo de conhecimento no qual não há limites e pode ser mobilizados por todos os setores (público, privado, misto, organizações sociais), desde

que haja o engajamento e colaboração dos atores para que as ações ou iniciativas sejam desenvolvidas para atender as necessidades sociais que se apresentam e gerar novos formatos de relações sociais, ampliando a capacidade de agir da sociedade.

Nesse cenário, a inovação social vem para suportar iniciativas aplicadas ao desenvolvimento da sociedade, constituindo-se de um construto complexo, que engloba diferentes contextos, concepções e possibilidades de aplicação. Segundo Hall e Vredenburg (2003), a inovação social visa agregar melhorias no processo produtivo com o objetivo de atender necessidades sociais. No mesmo sentido, Mulgan, Tucker, Ali (2007); Sanders (2007), destacam que o conceito de inovação social está alicerçado na resolução de um problema social, ao que complementam Van Wijk *et al.* (2019), que ela tende a impactar positivamente pessoas e comunidades.

Tomando a complexidade que envolve as questões relacionadas à sociedade, a inovação social recebe influências de várias áreas do conhecimento, tais como a sociologia, a psicologia e a filosofia, economia, história e política. Além disso, a não aceitação da existência de uma definição única para inovação social entre os pesquisadores permite considerá-la como um conceito em construção, passível de complementação na medida em que avançam as mudanças na sociedade: novos comportamentos, valores e desafios (HENDERSON, 1993; GARCIA; HADDOCK, 2016; BOZIC, 2020).

Em um estudo realizado por Foroudi *et al.* (2021), destacaram-se alguns temas pertinentes à inovação social que são utilizados com maior frequência por possuírem maior aderência da área, os quais apresenta-se na figura 1:

Figura 1 - Temas em Inovação Social



Fonte: Elaboração do autor com base em Foroudi *et al.* (2021)

Conforme se observa na figura 1, na proposição dos autores, a inovação social irradia reflexões e iniciativas que podem contribuir com temas relevantes na atualidade.

A inovação social pode ser concebida como o desenvolvimento e aplicação de atividades melhoradas, iniciativas, serviços, processos ou produtos projetados para atender aos desafios econômicos e sociais enfrentados por indivíduos e comunidades, ao que destaca Goldenberg (2004) que ela considera ainda novas formas de fazer, com utilização de novos materiais e métodos de produção. No mesmo sentido, Bignetti (2011) destaca que a inovação social compreende ideias, ações e conhecimentos novos ou melhorados incrementalmente, cuja finalidade é atender as necessidades ou problemas sociais.

Phills *et al.* (2008) e Hansen *et al.* (2021), acrescentam que a inovação social é o processo de inventar e garantir o apoio para a implementação de soluções inovadoras para necessidades e problemas sociais. Para Maclean, Harvey e Gordon (2013), a inovação social traduz-se em novas ideias que objetivam a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos e que se materializam em maior expectativa de vida, garantia de habitação, saúde e oportunidades de trabalho geradas por estratégias e ferramentas inclusivas.

Por tratar tantas complexidades, a inovação social representa mais do que uma palavra da moda (EDWARDS-SCHACHTER; WALLACE, 2017). Segundo Godin (2012), a inovação social constitui-se em uma possibilidade de abordar velhos problemas de formas inovadoras. E justamente por isso Jenson e Harrison (2013), defendem que as ações decorrentes de iniciativas de inovação social podem trazer crescimento e desenvolvimento social. Não obstante, Pol e Ville (2009) e Phills *et al.* (2008), afirmam que isso tende a levar soluções com um valor agregado, cuja valoração resultante é revertida para a sociedade.

Questões como transformações climáticas, aumento de desigualdades, catástrofes e situações de pandemias, segundo Murray (2008) são motivações que aceleraram as iniciativas baseadas em inovação social. Por isso, Agostini, Nosella e Filippini, (2017), destacam que o ponto de partida para aplicação e desenvolvimento da inovação social foi o período de pós-recessão econômica vivida na década de 2000. De forma mais específica, os autores ressaltam que após o ano de 2008, os problemas que lá se manifestaram estimularam a busca de ações de empreendedores, organizações e mercado que pudessem amenizar os impactos da crise econômica.

Por conta dessas questões, a inovação social passou a fazer parte do vocabulário dos governos para proposição e implementação de políticas públicas. O tema também passou a receber maior atenção dos pesquisadores, motivados pelo seu enfoque de gerar valor e

inclusão aos participantes de uma comunidade ou de toda a sociedade. Conforme estudos de Edwards-Schachter e Wallace (2017), esta motivação dos pesquisadores também é resultante da ocorrência de aplicações da inovação social verificadas na prática de diversas atividades, tais como comércio, educação, indústrias, prestação de serviços e iniciativas de arrecadação de fundos.

Para Voorberg; Bekkers; Tummers (2015), a inovação social precisa ser vista de forma abrangente, como um conceito reformador que tem condições de contribuir com situações que podem modificar a realidade de uma sociedade. Esta perspectiva fornece alternativas para formulação de políticas públicas, alternativas de alocação de recursos no setor privado e alternativas educacionais que promovam mudança de comportamento social para proporcionar construções coletivas (BOUGHZALA, 2020). Edwards-Schachter e Wallace (2017) corroboram dessa ideia ao entenderem que a inovação social tem relevância universal, podendo emanar ações e iniciativas em qualquer tipo de organização.

Murray *et al.* (2010) enfatizam que a importância da inovação social se dá quando há predominância de um problema ou demanda social sem atendimento ou com medidas de solução que apresentam resultados não desejados. Por isso, propõe um processo que contempla seis etapas para adoção de iniciativas de inovação social: prompts, propostas, protótipos, sustentação, dimensionamento e mudança sistêmica. Já Jaeger-Erben *et al.* (2015) sugerem a utilização de um processo que se inicia pelo desafio, segue com a implementação da resolução de problemas pela experimentação da nova forma e finaliza com a restabilização da condição desejada.

No mesmo sentido Murray *et al.* (2010) esclarecem que iniciativas de inovação social são aquelas ações que geram produtos, serviços ou modelos de negócios com certo grau de melhoria e implicam na resolução de necessidades ou problemas existentes na sociedade. A referência a um “certo” grau de melhoria na geração das soluções é enfatizado pela maioria dos autores no sentido de que não se trate um simples ou corriqueiro aprimoramento como inovação. Por isso, Caulier-Grice *et al.* (2012, p. 19) sugerem a adoção de cinco elementos que devem ser utilizados na definição das práticas de inovação social. São eles:

- a) Novidade: as inovações sociais não precisam ser totalmente originais ou únicas, mas precisam trazer novidades no contexto empregado, de forma a gerar novas contribuições para setores, regiões, mercado ou usuário;

- b) Das ideias à implementação: Deve haver uma distinção entre a formulação de uma nova ideia e a implementação prática e aplicação dessa ideia;
- c) Atender a uma necessidade social: uma inovação social deve atender especificamente aquele assunto social para qual foi projetada;
- d) Eficácia: a inovação social deve ser resolutiva no que se propõe, gerando melhorias incrementais naqueles resultados já existentes;
- e) Aumenta a capacidade de ação da sociedade: Capacita os beneficiários, criando novos papéis e relacionamentos, desenvolvendo ativos e capacidades e melhor uso dos recursos disponibilizados.

Sobre estas prescrições, Mulgan *et al.* (2007) complementam que a observação dessas etapas é importante uma vez que a inovação social visa o desenvolvimento de novas ideias para resolver ou atender demandas da sociedade. Segundo os autores, isso deve ser realizado através de um processo sistemático, contínuo e ordenado para que se tenha possibilidade de êxito no estabelecimento de diagnósticos e estratégias capazes de produzir resultados em realidades locais, regionais ou internacionais.

Estes cinco elementos constituem-se em atitude crítica para o que se considera inovação social, que possibilita verificar as iniciativas desenvolvidas em torno de um construto tão amplo, que de acordo com Cajaiba-Santana (2014) conduz o ser humano a possibilidade de emancipação de ideias, inclusão social e geração de alternativas de renda.

Existem fatores que podem facilitar a adoção de iniciativas de inovação social. Conforme estudos de Tardif e Harrisson (2005); Klein e Harrisson (2007) e Howaldt, Kopp, Schwarz (2015) esses fatores residem na sinergia dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento de projetos inovadores cuja principal motivação está em crenças transformadoras da realidade social que podem ser materializadas por agentes de múltiplos setores da sociedade, em diferentes níveis e escalas de intensidade. Sob a ótica de Fridhi (2021) essa sinergia para uma construção coletiva em se tratando de problemas sociais é o que legitima a própria inovação social.

Ao agir como facilitadora das interações sociais, a inovação social, tende a proporcionar o empoderamento dos sujeitos, pois este estado trata de conferir aos seres humanos a possibilidade de interferirem nas condutas sociais em que participam.

Conforme definido por Perkins e Zimmerman (1990, p.1) o empoderamento é “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e

comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Nesta mesma linha de pensamento Lisboa e Manfrini (2005, p. 7) entendem o empoderamento como “uma construção diferente das relações de poder, ou seja, procura potenciar pessoas ou grupos que têm menos poder na nossa sociedade [...]”. Isso reforça o caráter coletivo das atividades de inovação social também funciona como um facilitador no desenvolvimento das ações, dada a necessidade do ser humano sentir-se parte de algo.

Diante do exposto, apresenta-se no quadro 4, que segue, as categorias de análise para o campo de conhecimento Inovação Social que serão investigados na tese:

Quadro 4 - Categorias de Análise para Inovação Social

Categoria	Síntese
Novidade	Aspectos que constituam ações novas, que são desenvolvidas de forma não tradicional e que não sejam necessariamente originais.
Formulação e implementação	Aspectos que caracterizam a viabilidade de colocar as ideias em prática.
Necessidade atendida	Aspectos que caracterizam a existência de demandas sociais a serem atendidas.
Eficácia da ação	Aspectos que quantificam o nível de resolutibilidade das ações empreendidas
Capacidades geradas	Aspectos que indiquem o desenvolvimento de capacidades potenciais.

Fonte: Adaptado de Caulier-Grice *et al.* (2012); Tardif e Harrisson (2005); Martins, Cruz e Bach (2021)

As categorias de análise delineadas no quadro 4 para o prosseguimento da tese aparentam certa aderência com decisões emanadas da razão substantiva, uma vez que essas categorias apontam para ações com foco na resolução de problemas sociais e que geralmente são empreendidas ou encontradas em organizações da sociedade civil, dados o seu objetivo existir, dificuldades de recursos e falta de atratividade do mercado. Essas organizações, segundo Fischer e Comini (2012), costumam ser chamadas, comumente, pelo termo empresa social, pois desenvolvem iniciativas para redução das desigualdades sociais, minimizando as vulnerabilidades das pessoas na tentativa de assegurar a fruidez digna da vida. Essas organizações geralmente são fundadas pela sociedade civil, sem a finalidade lucrativa, o que outrora costumava ser denominado de terceiro setor e que será explicitado a seguir.

2.2 ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Como um reflexo do avanço da sociedade, origina-se uma diversidade de problemas ou necessidades para os quais não existe atratividade para serem atendidas pelo mercado. Outro fator para o não atendimento dessas necessidades é a incapacidade dos governos, em tantos momentos, em empreender ações efetivas através de políticas públicas. Isso, sob a ótica de França Filho (2001), pode ser considerado um fracasso das funções do Estado, bem como da humanidade por deixar caminhar às margens da sociedade as necessidades das minorias. Tais fatores abrem um espaço para mobilização dos sujeitos na construção de uma sociedade mais igualitária, com iniciativas da sociedade civil através de organizações de caráter privado que buscam respostas para esses problemas sociais, seja em parceria com governos, com outras organizações ou sozinhas. A respeito disso, Tiisel (2007) destaca que essas ações geralmente são realizadas sem a finalidade lucrativa, cobrem um vasto leque de situações específicas e em um passado recente eram denominadas de organizações do terceiro setor.

França Filho (2001) explica que a utilização da expressão terceiro setor possuía uma vinculação direta com o contexto norte americano, com a atuação da sociedade diante do desinteresse do mercado para lidar com necessidades das minorias. Ainda nesse sentido, destacam Fernandes (2002) que as organizações do chamado terceiro setor mobilizam a sociedade na produção de um comportamento para a coletividade.

Entretanto, é mister esclarecer que nenhuma ação se desenvolve sem a existência de recursos e, portanto, não ter finalidade lucrativa, não significa que as organizações com essa missão não necessitam de recursos financeiros ou apresentam resultado financeiro negativo (HUDSON, 2002; TACHIZAWA, 2007).

Conforme Camargos (2008) e De Albuquerque (2021), o então terceiro setor engloba diversas iniciativas da sociedade. É formado por organizações privadas, sem fins lucrativos, com objetivos sociais ou interesses públicos, que possuem autonomia, administração própria e que também atuam com voluntariado.

A importância no cenário mundial das organizações que operam sob essas premissas está no caráter provedor de mudanças sociais, que dão propulsão ao desenvolvimento igualitário. Segundo Smith (1991); Mañas e Medeiros (2012), essa importância data desde o pós-segunda guerra mundial, na Europa, onde agentes de quase todas as nações se uniram espontaneamente para enfrentar os problemas originados e deixados pela guerra, mais especificamente aqueles relacionados à fome, saúde e habitação.

Essa participação dos cidadãos nos encaminhamentos dos problemas da coletividade não se trata de um fenômeno moderno. Conforme relata Hudson (2002), essas iniciativas estão relacionadas aos primórdios da espécie humana quando da organização da vida em sociedade, com tentativas de prover os mais necessitados, balizados por critérios ou códigos de justiça partilhados entre os atores daquele contexto. Os feitos emanados sob esta estrutura acabaram por produzir resultados marcantes e quantificáveis, através de medidas efetivas, que a sua época conferiram a este tipo de movimentação, uma forma inovadora para lidar com as questões sociais das minorias. Considerando que a origem desses problemas está no mercado ou no falho desempenho do papel do Estado, gerou-se estímulo à sociedade civil se organizar para proporcionar o atendimento das questões sociais em seus diversos escopos (SALAMON, 1994; DRUCKER, 2006).

Diante desse caráter inovador das organizações da sociedade civil, o mundo vive uma expansão desse tipo de organizações, ações e iniciativas. Mais recentemente impulsionadas pelas crises ambientais mundiais, resultantes do próprio processo de desenvolvimento social e econômico. Salamon (1998) e Costa Júnior (1998) já apontavam a necessidade de se promover mudanças estruturais direcionadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. De forma complementar, Niebuhr (2003) destaca que se tornou mais frequente a participação da sociedade civil organizada em assuntos relacionados ao bem-estar da coletividade, desenvolvendo inclusive atividades de interesse público.

Nessa linha de raciocínio, independente da área de atuação, um ponto comum entre as organizações da sociedade civil é o foco no atendimento das necessidades humanas, com vistas à lógica do altruísmo, da emancipação e da inclusão, como fortalecedoras das relações sociais produtivas, ao inverso do preconizado pela lógica do mercado (ZAPE, 2019). Segundo Santos (2012, p. 21) esse campo “[...] se amplia e fortalece cada vez mais, uma vez que esse é um campo no qual os próprios cidadãos podem realizar ações e projetos dedicados ao interesse da sociedade, isto é, atuar pelo bem de todos, e não de um grupo restrito de pessoas”.

No Brasil, não é diferente, as organizações sociais ou como antes chamadas de organizações do terceiro setor ampliam-se com o passar do tempo. As primeiras iniciativas no Brasil datam das décadas de 1970 e 1980, com ações promovidas pela igreja católica e centros espíritas que se caracterizavam mais pelo assistencialismo e voluntariado. Essas iniciativas se solidificaram na construção e administração das santas casas: instituições preocupadas com a saúde dos necessitados que os recolhiam e tratavam sem contra prestação de pagamento, recebendo mais tarde algum auxílio do Estado (ALBUQUERQUE, 2006).

Entretanto, até então essas organizações não possuíam respaldo ou regramento legal, o que veio a ocorrer a partir da Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988. A partir desse momento houve o reconhecimento das organizações que operacionalizam ações em prol da sociedade. Este advento permitiu a construção de diversas tipologias de organizações da sociedade civil e a possibilidade de o Estado desenvolver parcerias com a iniciativa privada, incluindo a permissão para receber e administrar recursos públicos para desdobramento de soluções para os problemas sociais (BRASIL, 2014; GALVÃO & ARAÚJO, 2018). Esse regramento está disposto em legislação federal denominada de Código Civil Brasileiro, admitindo-se as tipologias para as organizações da sociedade civil, conforme quadro 5, que se apresenta a seguir:

Quadro 5 - Tipologias em Organizações da Sociedade Civil

Tipo	Característica
Associação	União de pessoas que se organizam para fins não econômicos e que não há entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.
Fundação	Constituída para finalidade religiosa, moral, cultural e assistencial, através de escritura pública ou testamento, com instituição de patrimônio.
Organização social - (OS)	Associações, fundações ou sociedades civis, que exercem atividades de interesse público, o que lhes permite receber recursos públicos e benefícios fiscais, podendo habilitar-se para prestação de serviços aos governos.
Organização sociedade cível de interesse público – OSCIP	Associações, fundações ou sociedades civis, que exercem atividades de interesse público, habilitadas para firmar termo de parceria junto ao governo, para o fornecimento de serviços que que a priori são de responsabilidade do estado.

Fonte: Adaptado do Código Civil Brasileiro (2021)

Equivocadamente, todas as organizações sem finalidade lucrativa são denominadas pela sociedade como organizações não governamentais e popularmente referidas como “ONG” ou entidades sem fins lucrativos. Isso talvez em função de que todas as organizações da sociedade civil atuam em um espaço mais voltado para o desenvolvimento social, político e econômico, embora exista uma tipificação clara para denominar e distinguir entre si estas organizações, de acordo com sua forma de constituição e atuação.

As organizações da sociedade civil geralmente se estabelecem e atuam localmente, contudo, não é incomum encontrar aquelas que conseguem transposição de barreiras geográficas, ramificando-se em diversos Estados da federação, países ou continentes, seja para uma atuação isolada ou em rede com outras naquelas localidades.

O destaque para as organizações da sociedade civil amplia-se a partir da instituição do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC. Ocorrido em 2014, trata-se de um documento que tem por objetivo aperfeiçoar o ambiente jurídico, que além de regular as ações dessas entidades, disciplina as modalidades possíveis de parcerias com o governo para enfrentamento de causas sociais. Tal documento foi redigido pelo governo em conjunto com as organizações da sociedade civil e seus membros, com base em três eixos ou linhas orientadoras de trabalhos: contratualização, sustentabilidade econômica e certificação (BRASIL, 2021).

A lei do marco regulatório, Lei 13019/15, apresenta de forma conceitual a caracterização de uma organização da sociedade civil como entidades privadas sem fins lucrativos, que aplicam seus excedentes na consecução de seu objeto social (RENZETTI, 2017). Por isso, o Marco regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) legitima a participação social na solução de problemas demandados pela sociedade.

Por outro lado, o MROSC, também oferece ao governo a possibilidade de manutenção do diálogo com os atores que conhecem as questões sociais na prática e que podem auxiliar na implementação de políticas públicas ou firmar parcerias para agir com eficiência no trato das questões sociais. Essas organizações, também representam para o governo, a aproximação das realidades locais que podem incluir-se em planejamentos globais a partir de um permanente espaço de negociação, o que tende a ser a base de transformação pautada na participação. Por isso, os instrumentos que regem o marco regulatório das organizações da sociedade civil, contribuem organizativamente para a estruturação das iniciativas da sociedade civil, nas mais diferentes áreas. Isso permite a criação de novos consensos que ao serem partilhados fortalecem a sociedade e se transformam em práticas que corroboram para superar desafios sociais complexos (BRASIL, 2021).

Embora, o MROSC tenha sido um grande avanço, já se concebe a necessidade de uma revisão, o que vem sendo chamado de “o novo marco regulatório das organizações da sociedade civil”. Tal necessidade decorre de algumas das normas existentes já serem consideradas imprecisas, não factíveis e insuficientes para dar conta de todas as realidades que essas organizações vivenciam, carecendo de maior clareza quanto às regras aplicáveis às parcerias com setor público, o que também tem gerado algum grau de insegurança jurídica nessas relações. A grande aposta nesse novo MROSC é a maior valorização das organizações da sociedade civil como força transformadora, maior segurança jurídica e simplificação processual para acesso às parcerias com o setor público (BRASIL, 2021).

A representatividade das organizações da sociedade civil vem aumentando continuamente desde a Constituição de 1988 e segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2021), com base no ano de 2016, as organizações da sociedade civil formalmente constituídas totalizavam 236.950 entidades atuando no território nacional, nas mais diversas áreas, conforme se apresenta na tabela 1:

Tabela 1: Áreas de Atuação das OSC no Brasil

Área de atuação	Organizações	%
Habitação	163	0,0688
Saúde	4.721	1,9924
Cultura	32.268	13,6181
Educação	15.828	6,6799
Assistência Social	24.067	10,1570
Religião	83.053	35,0509
Associação de classe	28.962	12,2228
Defesa de direitos	30.266	12,7732
Meio Ambiente e proteção animal	1.689	0,7128
Outras	15.933	6,7242
Total	236.950	100,0000

Fonte: IBGE (2021)

Ainda que a atuação principal das organizações da sociedade civil no Brasil tenha sido registrada conforme áreas apresentadas na tabela 1, as ações por elas empreendidas vão além desses objetivos formalizados, uma vez que não há na legislação nada que as impeça de promover iniciativas amplas e diversas do seu objeto principal.

Essas entidades também são fontes de empregabilidade e geração de renda direta, uma vez que a mesma pesquisa apontou que elas empregavam 2.272.131 trabalhadores formais e assalariados, que equivalia a quase 5% de todos os trabalhadores formais brasileiros. Em termos de renda, o valor despendido com esses trabalhadores alcançou o montante de R\$ 80.358.495 bilhões de reais (IBGE, 2021).

Não obstante, as organizações da sociedade civil necessitam mobilizar recursos para desdobrar suas ações em prol das causas sociais. Embora o MROSC permita parcerias com o poder público, a maior parte do ingresso de receitas não depende do Estado e sim de doações, voluntariado, produção de bens, serviços e atuação em rede, o que torna evidente a não obtenção de lucro por essas organizações. Sobre isso, cabe esclarecer que o regramento para estabelecimento de parceria com o poder público está disciplinado pela Lei nº. 13019 de 01 de agosto de 2014. Muito embora considerado um caminho árduo até a sua efetivação, segundo

Salamon (1997); Amorim *et al* (2018), as parcerias com o setor público são uma alternativa que não deve ser dispensada frente aos escassos recursos financeiros com que contam estas organizações para satisfazerem as despesas oriundas de suas operações. Contudo, ressalta Lacruz (2020) que nem todas as organizações conseguem se estruturar para prover os requisitos solicitados e especialmente empregar métodos de governança que forneça transparência daquilo que é feito, tornando-se um dificultador não só para parcerias com o estado, mas também para parcerias com o setor privado e obtenção de doações da sociedade como um todo.

Por isso, Camargos (2008, p. 50) explicita que existem grandes dificuldades em se administrar uma instituição configurada como organização da sociedade civil, ao que destaca Lacruz (2020) que na esfera operacional estas dificuldades geralmente ainda. Seja, ao que destaca Lacruz (2020) a importância da adoção de métodos de governança que transmitam transparência çaaq eu des. Essas dificuldades residem na necessidade de sua motivação estar alinhada ao trabalho empreendido na intenção de que “[...] o esforço despendido retornará em forma de benefícios para a entidade ou comunidade” de modo que essa possa cobrir seus custos e gerar o desenvolvimento pretendido em sua missão.

De toda forma, Anheier (2005) sustenta que as organizações da sociedade civil têm atraído atenção de diversos profissionais. Essas organizações, segundo Souza (2008) tem se disseminado devido aos variados campos de atuação que conseguem abarcar e pela adoção de uma estrutura de gestão mais flexível, que geralmente conduz as atividades produtivas de forma solidária e inclusiva. Isto as configura como a mais importante força econômica e social de nível local, nacional e internacional, promovendo ações para redução das desigualdades sociais, especialmente que proporcionam a inclusão do sujeito no seu espaço vital (DE OLIVEIRA, 2023).

Por outro lado, não é incomum que as organizações da sociedade civil recebam questionamentos relacionados às suas reais intenções. Esses questionamentos suscitam dúvidas sobre convergência de suas práticas e os propósitos que as originaram. Segundo Barros e Chacon dos Santos (2010), essas dúvidas têm relação com sua constituição, uma vez que não são nem Estado, nem mercado, a compreensão de sua estrutura não é extremamente clara, especialmente no que tange ao posicionamento ideológico que orienta suas ações. Na defesa destes questionamentos, Thompson (2000, p. 47) já destacava que:

“Se a política se estrutura cada vez mais ao redor do poder e a economia em relação ao lucro, o espaço comum do ‘Terceiro Setor’ são as necessidades humanas, uma

certa utopia com relação ao social. O grande desafio é ver como, a partir do social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça às necessidades de bens e serviços da maioria da população, e não de uma minoria. E também como se pode reinventar o Estado enquanto extensão de um contrato social que reflita essa relação, onde as pessoas estejam no centro das preocupações políticas.”

Nas palavras do autor ora citado, evidencia-se forte conexão da sociedade civil organizada com os aspectos preconizados pela inovação social, pois pensar e agir o social representa buscar alternativas que venham a convergir para o desenvolvimento de processos e produtos inclusivos, oportunizando o bem estar comum e melhoria da qualidade de vida dos agentes, inclusive gerando insights para o estabelecimento de políticas públicas pelo Estado e redirecionamento de produtos pelo mercado. Por isso, dentre as tipologias legais definidas no Código Civil Brasileiro, para prosseguimento deste estudo, elegeu-se as organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, devido sua habilitação legal para desdobrar políticas públicas através de parcerias com estado, levando em consideração os fundamentos de origem dessas organizações (razões de sua existência).

Diante dessa reflexão, verifica-se que as organizações da sociedade civil, ao não perseguirem o lucro como objetivo primário, dão espaço para outras perspectivas em suas ações, que podem traduzir-se em uma forma de desenvolvimento que transcende questões instrumentais, onde a racionalidade substantiva encontra espaço para motivar iniciativas inovadoras no contexto social.

Na próxima seção serão abordadas as racionalidades que norteiam as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, mais especificamente aquilo que se entende por racionalidade substantiva.

2.3 RACIONALIDADE SUBSTANTIVA

Na busca por compreender como os seres humanos fazem suas escolhas, emerge a ênfase nos estudos da racionalidade, pois segundo Muzzio (2014) é a racionalidade que qualifica e dá significado ao comportamento social dos sujeitos, uma vez que o ser humano tende a adotar critérios socialmente aceitos para justificar suas decisões.

Frequentemente confundida com razão e racionalização, Morin (2002) ressalta a necessidade de se distinguir o entendimento desses três termos, de modo a não gerar apropriação equivocada dos conceitos. Para este autor a razão trata do conhecimento cuja base está no cálculo e na lógica; a racionalização leva em consideração a visão de mundo dos

sujeitos na concepção de suas ideias e decisões e a racionalidade trata da adequação entre a coerência lógica e a realidade prática.

A palavra racionalidade, originada do latim, conforme Pereira; Fonseca (1997, p. 177), tem como significado “conhecer, julgar e elaborar pensamentos e explicações e é ela que habilita o homem a escolher entre alternativas, a julgar os riscos decorrentes das suas consequências e efetuar escolhas conscientes e deliberadas”.

Considerado precursor nos estudos do comportamento humano quando da tomada de decisão, Simon (1970) destaca que as ações dos indivíduos estão impregnadas de aspectos de racionalidade. Portanto, define racionalidade como a adequação entre os fins (finalidades estabelecidas como alvo) e os meios (recursos) necessários para atingir esses fins, sendo os fins caracterizados pelo valor utilizado nos julgamentos que impulsionam as ações e os meios, os aspectos factuais que permeiam a decisão humana.

A esse respeito, destaca Sell (2012, p.156) que “a racionalidade se refere à objetivos ordenados em relação a um sistema consciente de significados e valores, portanto a racionalidade tem a ver com a institucionalização social: a ação racional referente a fins seria produzida apenas pelo controle das ações mediante as ideias”. Para Anes, Deponti e Arend (2018, p. 56), a racionalidade é aquilo que “[...] qualifica o sentido da ação materializada nas relações sociais, ou seja, é o que explica o sentido que orienta a ação social” e leva em conta todas as vivências dos sujeitos.

A racionalidade, segundo Leff (2006), em se tratando de meio social, quando os sujeitos agem em comunidade, configura-se como um conjunto de regras que norteiam o pensamento e as condutas dos indivíduos, especialmente no que se relaciona à atividade econômica e produtiva. Souza (2008) explica que mesmo que as iniciativas produtivas sejam com a finalidade de garantir a subsistência, tornou-se mais evidente as percepções do sujeito que, uma postura mais interativa e de cooperação com seus semelhantes, tende a potencializar os ganhos para os próprios indivíduos. A cooperação gerada proporciona a estruturação de iniciativas que possibilitam desenvolver valores como reciprocidade e responsabilidade, levando ao bem estar individual e coletivo.

Desta forma, tanto a ação quanto a racionalidade que a norteia, são influenciadas por contextos sociais. Segundo Weber (2009) essas ações são moldadas por valores individuais e coletivos, os quais apresentam uma infinidade de possibilidades e combinações que guiam as escolhas e decisões da humanidade, cujas tipologias principais foram definidas pelo autor conforme quadro 6, a seguir apresentado.

Quadro 6 - Tipologias de Ação

Tipologia	Características
Racional com relação a fins	A ação racional ajustada pelos fins que, posteriormente, é chamada de “racionalidade instrumental” por Guerreiro Ramos; nesse tipo de ação, o homem coloca determinados objetivos e busca os meios mais adequados para consegui-los, o importante é perceber que o motivo da ação é alcançar sempre um resultado eficiente, é uma ação instrumental voltada a um fim utilitário.
Racional com relação a valores	Também chamada de racionalidade substantiva, é regida pela crença consciente no valor (ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação) absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independente do resultado. O motivo da ação não é um resultado, mas um valor, independentemente se o resultado for positivo ou negativo.
Afetiva	Determinada por afetos e estados sentimentais do momento; são ações guiadas por paixões ou estados emocionais. O comportamento estritamente afetivo está no limite ou além daquilo que a ação consciente e racional pode orientar, é a conduta guiada pelo sentido ou uma reação desenfreada a um estímulo afetivo ou emocional.
Tradicional	É uma resposta esperada e padronizada a estímulos habituais e comuns. Na ação tradicional não há espaço para a reflexão. O comportamento estritamente tradicional se encontra, muitas vezes, além daquilo que se pode chamar ação orientada pelo sentido, pois, frequentemente, não passa de uma reação “surda” a estímulos habituais que decorrem na direção da atitude arraigada.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ramos (2006); Weber (2009).

No que tange aos tipos de racionalidades que os sujeitos podem adotar, Weber (2004) também identificou quatro tipos:

- a) racionalidade prática, composta por ações egoístas dos sujeitos na manutenção de seus próprios interesses;
- b) racionalidade teórica, cujas ações tendem a ser tomadas por dedução ou causalidade;
- c) racionalidade formal, onde as ações estão relacionadas ao caráter de ganhos ou vantagens capitalistas;
- d) racionalidade substantiva, que se constitui de ações desencadeadas sob crenças e valores culturalmente significativos para os sujeitos em sociedade.

Por outro lado, Weber (2004) também manifestou suas preocupações para com os efeitos não desejados da racionalização do pensamento humano. Esses efeitos poderiam levar

a sociedade à um padrão de comportamento mecanizado, tendo em vista que essa redução da ciência à racionalidade pode configurar-se em um fator dificultador para autonomia dos sujeitos. Neste mesmo sentido, em escritos anteriores, Weber (1922, p.13) destaca que

“[...] muito raramente a ação, em especial a ação social, é orientada apenas de uma maneira ou de outra. Da mesma forma esses tipos de orientação não são de forma alguma classificações exaustivas dos tipos de orientação da ação, mas tipos conceitualmente puros criados para fins sociológicos, aos quais a ação real se aproxima mais ou menos ou da qual é - ainda mais frequentemente - misturada.”

Tal afirmação do autor implica em certa tensão entre os tipos de racionalidade para que se possa identificar aqueles que predominam ou acentuam-se para orientar as ações organizacionais, o que carece de maior atenção para se afirmar a caminhada com um ou outro tipo.

O estudo da racionalidade e o impacto de suas ações passou por diversas correntes filosóficas e ideológicas ao longo do tempo, o que provocou mudanças importantes na definição desse constructo, sendo a escola de Frankfurt uma das referências essenciais.

A escola de Frankfurt é como passou a se chamar o Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt na Alemanha. Criado 1923, o Instituto destacou-se no mundo inteiro na formação de grandes pensadores, cuja vertente filosófica tinha forte influência do marxismo. Seu legado gerou uma nova vertente ideológica que transcendeu às instalações e aos grupos de pesquisa localizados no Instituto, pois fisicamente ele mudou de país diversas vezes, permanecendo sempre conhecido como Escola de Frankfurt (RÜDIGER, 2001).

Conforme Mogendorff (2012), os pensadores ligados à escola de Frankfurt desenvolveram seus estudos sob a perspectiva crítica, reconfigurando o modo de pensar e fazer ciência social. Eles defendiam a análise crítica de estruturas como personalidade, família e autoridade, contrapondo estruturas de dominação política, econômica, cultural e psicológica da sociedade moderna. São reconhecidos como pensadores que se destacaram na Escola de Frankfurt: Max Horkheimer; Theodor W. Adorno; Herbert Marcuse; Friedrich Pollock; Erich Fromm; Jürgen Habermas. Todos eles abordaram em seus estudos aspectos relacionados à racionalidade. Entretanto, somente alguns centraram suas pesquisas na racionalidade substantiva, sendo os de maior expressividade internacional Max Horkheimer, Theodor Adorno e Jürgen Habermas. Já no Brasil, a racionalidade substantiva, na área da administração, destaca-se nas obras de Guerreiro Ramos, bem como nas ideias apresentadas por Max Weber como defensor do pensamento crítico.

A obra de Guerreiro Ramos conferiu expressividade ao tema no campo das ciências sociais, inspirando diversos pesquisadores a seguir seus passos, dentre os quais relata Paes de Paula (2007), que também foi uma de suas seguidoras: Ramon Moreira Garcia, Wellington Newton Felix Martins, Maurício Serva, Fernando Guilherme Tenório, Pizza Júnior e Ariston Azevedo. Serva (1996) inclusive elaborou em um de seus estudos, um modelo de análise para estudos da racionalidade (apontando elementos característicos para racionalidade instrumental e substantiva em organizações) que passou a ser utilizado por diversos pesquisadores interessados na temática. Ampliando a lista de Guerreiristas, Boeira (2023) apresenta em sua obra diversos pesquisadores brasileiros que defenderam ou trouxeram reflexões do pensamento de Guerreiro Ramos em suas obras, artigos, monografias, dissertações e teses.

Para Serva (1997, p.19), a racionalidade substantiva pode ser entendida como os critérios utilizados pelos sujeitos ao fazerem suas escolhas em prol da autorrealização, “contrabalançando essa busca de emancipação e autorealização com o alcance da satisfação social, ou seja, levando em conta também o direito dos outros indivíduos de fazê-lo”. Já, mais adiante, na mesma obra, página 30, o autor destaca que a racionalidade substantiva pressupõe agir “em prol dos ideais emancipatórios na esfera do trabalho”, considerando trabalho algo mais complexo do que a simples troca mercantil entre capital e força produtiva.

Mutatis mutandis, a racionalidade substantiva envolve não apenas aspectos relacionados a ganho ou perda tangíveis, mas tudo aquilo que emerge das interações sociais, como questões emocionais e psicológicas. Para Horkheimer (2016), a racionalidade é uma faculdade humana utilizada para processar escolhas que podem ocorrer de forma objetiva ou subjetiva. A racionalidade vai além de uma instância para a determinação de princípios morais e instrumento de dominação da natureza e dos próprios seres humanos. A esse respeito, defende Adorno (1973) que a racionalidade pode levar o sujeito à escolhas que não sejam exclusivamente focadas no progresso técnico, devolvendo ao pensamento a capacidade de julgamentos ligados à valores éticos que norteiam as ações humanas, o que engloba aspectos substantivos e não somente instrumentais. Já Marcuse (1999) reconhece a importância dos elementos substantivos inerentes às escolhas dos sujeitos, mas destaca que essas escolhas também são fortemente influenciadas pelo aparato tecnológico disponível por meio do qual são geradas a produtividade e o desenvolvimento na sociedade. De modo a reforçar essas ideias, Habermas (1999) frisa a noção da ação comunicativa, presente nas interações sociais, portanto integrante do processo de escolha e decisão. O mesmo autor defende ainda a necessidade da comunicação, pois a consciência do pensamento humano, para

ele, é tida como algo social e não solitário, já que as pessoas precisam da colaboração umas das outras para cumprir com seus objetivos.

Matos (1995) ressalta que os pensadores da escola crítica propõem uma abordagem diversa do cientificismo materialista, valorizando a autonomia do indivíduo, onde a racionalidade não possui um caráter repressor do sujeito e sim funciona como um instrumento de crítica para levar o sujeito à realização e emancipação. Para grande parte dos pesquisadores de Frankfurt, o esclarecimento do homem sobre sua posição enquanto sujeito de sua própria história é o norte para sensibilizá-lo à criação de condições capazes de produzir ações sociais transformadoras.

Os pensadores da escola de Frankfurt, na visão de Assoun (1991) intencionavam que a razão agisse como um plano ético, funcionando como instrumento crítico para as ações e decisões em sociedade. Entretanto Ramos (1981, p. 19) já criticava a interpretação desses pensadores de que a racionalidade substantiva seja somente um elemento dos processos sociais históricos da humanidade e não uma força ativa da psique, pois eles:

“reconhecem que o conceito de racionalidade é determinativo da abordagem dos assuntos pertinentes ao desenho social. No entanto, todos eles são menos do que suficientemente sistemáticos na apresentação de suas opiniões sobre tais assuntos. Em sua crítica da razão moderna, tomam diversas posições: resignação (Max Weber), relacionalismo (Mannheim), indignação moral (Horkheimer), crítica integrativa (Habermas) e restauração (Voegelin)”.

Por outro lado, sendo as decisões instrumentalizadas pela razão, de acordo com Serva (1996, p. 342), elas possuem base em padrões sociais calculados, “orientados para o alcance de metas técnicas ou de finalidades ligadas a interesses econômicos ou de poder social, através da maximização dos recursos disponíveis” sem levar em consideração aspectos de autorrealização ou emancipação.

Se tratando então de um processo complexo, já nas primeiras décadas do século XX, Weber (2009) amplia os estudos da racionalidade definindo-a genericamente como direcionadora das ações dos indivíduos e das organizações, pois ela passa a orientar o conjunto de comportamento desses atores.

Para Mannheim (1962) e Morin (2011), a complexidade da racionalização reside em um dilema, no qual de um lado a racionalidade contribui para adaptação dos sujeitos à dinâmica da vida social e de outro lado sua falta tende a gerar um desequilíbrio nas diversas áreas da vida, fortificando questões enraizadas nos sujeitos como valores culturais, tangenciadas por questões de bom senso e moralidade. Ainda que isso contribua no processo

de democratização dos sujeitos, a complexidade enfatizada pelo autor estaria na possibilidade da geração de influências sociais que constroem ou destroem a estrutura do pensar e a própria democracia.

Tradicionalmente o processo decisório das organizações tem sustentação na lógica racional, sob a qual todos os esforços são empregados para obtenção dos resultados econômicos esperados pela sociedade. Quanto a isso, Ramos (1989, p. 52) tece forte crítica porque as regras impostas sob essa lógica geram no indivíduo “uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo”, fazendo prevalecer os objetivos econômicos sem a preocupação de qualquer transformação social.

Para Oliveira (2015), o mais usual é que os indivíduos permaneçam imersos na racionalidade tradicional ou instrumental, sem se dar conta que nem sempre a sociedade possui esclarecimento científico que conduzam à sua emancipação. Essa perspectiva, segundo Ramos (1981, p. 11), “está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos da nossa sociedade”. Como consequência disso, Souza (2011) destaca que o não exercício de uma reflexão crítica, pode resultar em subordinação de ideias e decisões meramente produtivistas, consumistas e alienantes, o que traria sérios prejuízos para o livre pensar da população em termos de melhoria de qualidade de vida.

A racionalidade substantiva é trazida à baila por Ramos (1989) como um contraponto para a racionalidade instrumental, pois a considera como uma capacidade inata no sujeito e se constitui a partir das crenças e valores éticos adquiridos pelos indivíduos durante sua trajetória, estando dessa forma não atrelada obrigatoriamente a obtenção de resultados associados à produtividade com finalidades meramente econômicas.

Por esta concepção, o pensamento não está alicerçado exclusivamente na avaliação dos meios e fins e sim nos valores e crenças presentes ou potenciais que norteiam a tomada de decisão. Conforme Ramos (1981), o ser humano pode decidir por meios que o levem a uma condição emancipatória, com menor condicionamento da forma de pensar e agir, escapando de situações que o conduzam ao processo de alienação. A esse respeito, Mannheim (1940, p. 53) acrescenta que a racionalidade substantiva funciona como “um ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada”.

Isso modifica o foco para ações mais centradas no ser humano do que no mercado, ao que destaca Azevêdo (2006), que isso está relacionado ao chamado novo humanismo, no qual o sujeito não se deixa influenciar tanto pelo caráter econômico das organizações, contribuindo para o processo de socialização e emancipação humana.

Para Muzzio (2014), a racionalidade substantiva apresenta-se como uma alternativa a concepção econômica, utilitarista e individualista, pois é através dela que se desenvolve uma maior conscientização do papel do homem na sociedade. Isso possibilita amplitude na capacidade de análise para decidir em ocasião de escolhas, guiando-se por elementos ou características que revestem de sentido as ações ou iniciativas sociais.

Na concepção de Ramos (1983), a racionalidade substantiva dá origem a ações baseadas no conhecimento autônomo dos sujeitos, cuja visão contempla sentimentos e emoções para o entendimento das realidades que são enfrentadas no sentido de se conquistar ou resguardar a liberdade. Por consequência, a adoção da racionalidade substantiva traz a possibilidade de julgamentos de atos e ações sob a égide de valores morais e éticos dos indivíduos como participantes da sociedade.

Nesse sentido, Weber (2009) define a racionalidade substantiva como as ações humanas desinteressadas de resultados ou sucesso posterior à execução da ação e sim com as intenções libertadoras dessas ações, cujo foco está nos valores intrínsecos que o sujeito protagoniza com suas realidades. Por isso, a racionalidade substantiva é a base do pensamento altruísta da coletividade, pois, de acordo com Serva (1997), sua constituição está alicerçada em questões que permitem ao indivíduo a autorrealização, o entendimento do mundo, o julgamento ético, a autenticidade e a autonomia do ser. Portanto, a racionalidade substantiva é impregnada de valores emancipatórios, promotores e preservadores de liberdade, o que na visão do mesmo autor (1993), caracteriza a racionalidade substantiva, de forma simplificada, como a ação tomada com base em valores que podem gerar transformações na sociedade.

Ademais, a razão ou racionalidade nem sempre foi assim entendida, pois conforme afirma Ramos (1989, p. 2), “no sentido antigo, a razão era mostrada como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, ordenar a sua vida pessoal e social”. Dessa nova visão de mundo, voltada para liberdade, empoderamento e emancipação, Guerreiro Ramos (1989), propôs uma caracterização para o ser humano, o que chamou de “homem parentético”. Esse rótulo traduz-se como a dotação do sujeito com ideais de autorrealização,

os quais sofrem constantes ameaças do próprio modo de vida da sociedade, que é dependente das organizações em sua forma tradicional de operar.

A partir do constructo do homem parentético é que Ramos (1989) concebe que a racionalidade substantiva postula a razão centrada no capital humano, ou seja, nos aspectos não ligados a capacidade de geração de resultados dos sujeitos como parte de um processo burocrático. Ainda segundo Ramos (1963, p. 145-146), através da atitude parentética o sujeito consegue se ajustar à sociedade. “Sem ela, é matéria bruta dos acontecimentos, unidade indiferenciada de um rebanho, coisa entre outras coisas. A atitude parentética, na medida em que se democratize, fundará, por fim, o período da história consciente do homem. De humanização da natureza. De naturalização do homem”.

Já para Tenório (2004, p. 33), a racionalidade substantiva pode ser considerada como “a percepção individual-racional da interação de fatos em determinado momento”, na busca pela satisfação e autorrealização, considerando as potencialidades do indivíduo e dos grupos sociais. Azevêdo (2006) explica que devido a essas características, a racionalidade substantiva já foi denominada de racionalidade noética porque, a partir dela, o filósofo Eric Voegelin costumava examinar os problemas sociais e políticos existentes a sua época, ao que defendia o mesmo filósofo de que a sociedade se tornaria melhor quando essa racionalidade influenciasse com maior intensidade a forma de vida em grupo.

Ramos (1989) acrescenta que a racionalidade substantiva reside na psique humana, tendo como principal tarefa elucidar os cenários das organizações de modo que não se tenham padrões de linguagem distorcidos e apropriações equivocadas de conceitos que possam comprometer sua aplicação nas mais diferentes realidades.

Para Ramos (1989) a racionalidade substantiva pressupõe uma abordagem mais ampla do ser humano, mantendo-o como sujeito central e não como o objeto, em que a ética é o fio condutor para a compreensão da vida social e não a organização econômica formal. Aqui a ética é um valor intimamente ligado às finalidades que determinam as ações dos seres humanos em sociedade. Ramos (1989, p. 121) em uma visão crítica, aponta ainda os aspectos da racionalidade substantiva nas organizações, negligenciados ou não tão evidentes no funcionamento das mesmas sob as premissas da própria teoria da organização:

- 1) O conceito de racionalidade na vigente teoria organizacional parece afetado por fortes implicações ideológicas. Conduz a identificação do comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana. Embora a noção de comportamento econômico pareça evidente por si mesma, refere-se ela, aqui, a

qualquer tipo de ação empreendida pelo homem, quando ele é movido apenas, pelo interesse de elevar ao máximo seus ganhos econômicos.

2) A presente teoria da organização não distingue, sistematicamente, entre o significado substantivo e o significado formal da organização. Essa confusão torna obscuro o fato de que a organização econômica formal é uma inovação institucional recente, exigida pelo imperativo da acumulação de capital e pela expansão das capacidades de processamento características do sistema de mercado. A organização econômica formal não pode ser considerada um paradigma, segundo o qual devam ser estudadas todas as formas de organizações, passadas, presentes e emergentes.

3) A presente teoria da organização não tem clara compreensão do papel da interação simbólica, no conjunto dos relacionamentos interpessoais.

4) A presente teoria da organização apoia-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem, e isso fica patente através de *sua* incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação.

Diversamente, Ramos (1989, p. 122) explica que o conceito de “racionalidade classicamente, revestira-se sempre em nuances éticas e, chamar um homem ou uma sociedade de racional significava reconhecer sua fidelidade a um padrão objetivo de valores postos acima de quaisquer imperativos econômicos”. Dessa forma, propondo então que as organizações passassem a enxergar o homem como um ser provido de consciência crítica em elevado grau, cuja valorização também deve ser um compromisso da organização.

Em termos conceituais, Serva (1996, p. 340) define a racionalidade substantiva como “ação orientada para duas dimensões: na dimensão individual, que se refere à autorrealização, compreendida como concretização de potencialidades e satisfação; na dimensão grupal, que se refere ao entendimento, na direção da responsabilidade e satisfação sociais”, cujos elementos que simbolizam essas dimensões listam-se no quadro 7, a seguir:

Quadro 7 - Elementos da Racionalidade Substantiva

Elementos	Características
Autorrealização	Processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação;
Entendimento	Ações pelas quais se estabelecem acordos e consensos racionais, mediadas pela comunicação livre e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e satisfação sociais;
Julgamento ético	Deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado), que se processa através do debate racional sobre as pretensões de validade emitidas pelos indivíduos nas interações;
Autenticidade	Integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações;
Valores emancipatórios	Aqui se destacam valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem;
Autonomia	Condição plena dos indivíduos para poderem agir e se expressarem livremente nas interações.

Fonte: Serva (1996, pp. 339-342).

Conforme se verifica no quadro 7, os elementos da racionalidade substantiva estão intimamente relacionados com a possibilidade de levar os sujeitos à autonomia e ao empoderamento por meio de suas interações sociais. Não obstante, todos os aspectos estratificados no referido quadro se articulam com certa dependência, onde um estágio conduz ao próximo ou permite a consolidação do mesmo.

Nesse sentido, a autorrealização dos sujeitos tende a ocorrer quando eles adquirem consciência de si mesmos e dos demais, possibilitando sua participação em prol de seu próprio desenvolvimento e da sociedade, o que segundo Mead (1934) o leva a um estado de reconhecimento pleno de suas capacidades, conduzindo-o à condição de autorrealização. Por isso, a autorrealização pode ser entendida como uma necessidade existencial, que segundo Rogers (1975) e Hamachek (1979) trata-se de um estado de satisfação atingido pelos sujeitos, especialmente frente a consciência de três aspectos distintos: o que eu sou? Para onde vou? Que caminho devo tomar? Para esses autores, a autorrealização vem com a maturidade da vida em sociedade e de acordo com Taylor (1994), a autorrealização é resultante de lutas travadas pelos indivíduos para o reconhecimento de sua dignidade nas interações sociais.

Quanto ao elemento entendimento, o mesmo foi definido por Kant (2011), na modernidade, como uma faculdade de pensar autonomamente, o que lhe abre diversas possibilidades de intuir e refletir acerca do mundo em que está inserido. Então, o entendimento também pode ser concebido como a passagem da heteronomia para a autonomia, que o sujeito realiza durante a vida nas esferas subjetiva e social.

Em relação aos elementos julgamento ético e autenticidade, na visão de Serva (1996), são aqueles para verificação de consistência da vida em sociedade, representam, pois, todas as deliberações dos sujeitos e são efetuadas com base em juízo de valor e estas podem ser comparadas com a conduta dos atores no sentido de coerência, integridade e honestidade.

Quando as interações sociais se estabelecem sob valores emancipatórios, elas proporcionam o compartilhamento de ideais de participação igualitários, que privilegiam a autonomia dos sujeitos sem neutralizar sua condição de protagonista de sua própria história, pois segundo Cattani *et al.* (2009) os valores emancipatórios são aquelas crenças e valores que permitem uma libertação abstrata, seja na esfera política ou social, que possibilitam a não submissão à dominação social de estruturas formais, objetivas e impessoais sobre as relações concretas dos sujeitos.

Já o elemento autonomia, segundo Flickinger (2004), diz respeito à liberdade do sujeito na tomada de suas decisões e como protagonista de sua própria história e não como

algo fechado em si próprio (como uma espécie de solipsismo), deslocado do plano social moderno. Em uma perspectiva filosófica, Kant (1974) ilustra a autonomia como o atingimento da maioridade, com os esclarecimentos que dela emanam, trazendo ao sujeito a competência de decidir acerca de seus interesses sem a condução de outros. De forma complementar, Contreras (2004, p. 204) destaca que “[...] a autonomia deve ser entendida como a independência intelectual que se justifica pela ideia de emancipação pessoal da autoridade e do controle repressivo, da superação das dependências ideológicas ao questionar criticamente nossa concepção de ensino e de sociedade”. Flickinger (2004) esclarece ainda que a autonomia trata da capacidade do ser humano dar a si próprio, normas de comportamento em suas interações sociais.

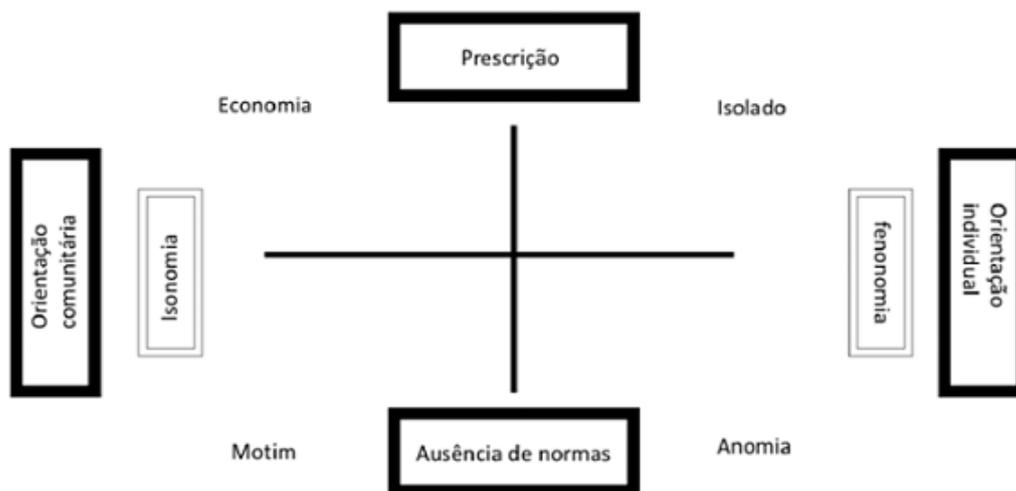
Contudo, Ramos (1989, p. 27) destaca que o que dá o real significado à ação é o senso comum partilhado e consciente, praticado ou vigente em uma determinada sociedade. O “debate racional, no sentido substantivo, é que constitui a essência da forma política de vida, é também o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada”.

Por isso, Ramos (1989, p. 52) critica fortemente em seus estudos, a “disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo”, ao que se refere a esse fenômeno como síndrome comportamentalista, na qual a vida humana é conduzida com base nos imperativos econômicos de lucro e produtividade.

Sob esse aspecto, Chanlat (1992, p. 69) destaca a precarização das relações humanas, afirmando que a “economização das relações humanas sob o império de uma ética utilitária não fez, jamais, justiça à complexidade do comportamento humano”. Nessa visão, as relações humanas põem em jogo regras que não são todas da ordem do econômico.

Em relação a essa economização do sujeito, Ramos (1989) faz referência à existência de um paradigma paraeconômico. Esse paradigma explica os relacionamentos dos sujeitos com os recursos necessários a serem alocados em função da qualidade de vida social, que possui sua formação na organização individual e comunitária, prescrição, ausência de normas e categorias delimitadoras, conforme figura 2, a seguir apresentada.

Figura 2 – Paradigma Paraeconômico



Fonte: Ramos (1989, p. 141)

Conforme se evidencia na figura 2, o paradigma paraeconômico permite adoção de uma visão comunitária e individual, livre de obrigações formais e rígidas comprometidas com resultados econômicos. Suas categorias delimitadoras não se constituem como um sistema ordenado para condicionar comportamentos. Nessas categorias:

- a) a economia trata da possibilidade de decisão sobre aquisição de recursos;
- b) a isonomia considera que todos os sujeitos são iguais;
- c) o motim trata da falta de ordem social de uma coletividade;
- d) a anomia reduz-se a impossibilidade do sujeito só realizar um projeto social;
- e) a fenomenia funciona como uma barreira que protege a coletividade das lideranças do mercado;
- f) a dimensão do isolado tem por função isolar o sujeito do mundo social de modo que ele possa ouvir a voz de suas próprias crenças.

Embora convergente, Habermas (1999) ressalta que a racionalidade substantiva é decorrente do processo de ação comunicativa. Nesse processo, o sujeito possui condições de orientar o desenvolvimento de suas ações com base naquilo que intenciona e que tem relação com a comunidade ou sociedade da qual pertence, explorando como requisitos essenciais à utilização plena da comunicação e da autonomia. Habermas (1997, p. 494) destaca ainda que “a partir da perspectiva dos participantes da ação social envolvidos em determinada situação,

o mundo da vida surge como o contexto formador do horizonte dos processos de entendimento e que delimita a situação da ação empreendida”.

De modo a distinguir as ações de racionalidade nas organizações, Serva (1996) propõe o modelo a seguir apresentado, no quadro 8, com suas devidas dimensões para análise.

Quadro 8 - Processos Organizacionais Descritores da Racionalidade Substantiva

Processos Organizacionais	Racionalidade Substantiva
Hierarquia e normas	Entendimento; Julgamento ético
Valores e objetivos	Autorrealização; Valores emancipatórios; Julgamento ético
Tomada de decisão	Entendimento; Julgamento ético
Controle	Entendimento
Divisão do trabalho	Autorrealização; Entendimento; Autonomia
Comunicação e relações interpessoais	Autenticidade; Valores emancipatórios; Autonomia
Ação social e relações ambientais	Valores emancipatórios
Reflexão sobre a organização	Julgamento ético; Valores emancipatórios
Conflitos	Julgamento ético; Autenticidade; Autonomia
Satisfação individual	Autorrealização; Autonomia

Fonte: Adaptado de Serva (1996)

Tais elementos são fundamentais para caracterizar a presença da racionalidade substantiva nas organizações, pois de acordo com Kalberg (1980), os elementos da racionalidade formal não conseguem dar conta de todas as nuances envolvidas na ação dos indivíduos. Por isso, a racionalidade substantiva, ao pautar-se de um fio condutor ético, pode estabelecer ações influenciadas por uma infinidade de valores que se expandem ou se contraem a partir da esfera da vida sob a qual o indivíduo está agindo. A esse respeito, Dellagnelo (2004) destaca que a racionalidade substantiva pode ser considerada o início para as discussões dentro das organizações, de modo a gerar oportunidades de emancipação ou desenvolvimento dos indivíduos.

Corroborando, Serva (1993, p. 39) explica que “partindo do indivíduo tenta-se construir uma organização que possa viabilizar seus anseios conjugados na base da proximidade e compatibilidade de valores”, norteados pela ética necessária para a plenitude da vida social. Ramos (1993) destaca que esta realidade somente poderá ser compreendida pela livre experiência dos indivíduos no reconhecimento de que assim como ele tem direito de ser um sujeito autorrealizado, os demais também o têm. Para Fernandes e Ponchirolli (2011),

a racionalidade substantiva constitui-se não só como um critério de transformação social, mas também como um critério de intervenção no mundo, proporcionando a construção de uma sociedade mais saudável.

Rothschild-whitt (1979) acredita que a racionalidade substantiva torna-se importante para analisar as ações organizacionais por contemplar os aspectos simbólicos que estão presentes nas relações interpessoais. Ainda segundo o mesmo autor, esses aspectos simbólicos marcam a atividade produtiva desenvolvida pelos sujeitos, gerando elementos motivadores que impedem de se distinguir trabalho e ocupação. Esse tipo de racionalidade prioriza o ser humano e não a atividade econômica propriamente dita, o que tende a facilitar processos de cooperação e iniciativas em coletividade.

Segundo Souza (2008), ao adotarem estratégias com base em decisões orientadas pela racionalidade substantiva, as organizações tendem a facilitar a inserção no mercado de trabalho, proporcionando a emancipação dos sujeitos, com supervisão menos hostil e participação que permite inclusão e geração de renda.

Quando uma organização se orienta prioritariamente sob os preceitos da racionalidade substantiva, Ramos (1989) a denomina de organização substantiva, pois entende que ela tem como foco reduzir ações desnecessárias para as atividades humanas em condição de produção, minimizando as possibilidades de exclusão e alienação dos seus integrantes. Para classificar uma organização como substantiva, o autor orienta considerar:

- a) O homem tem diferentes necessidades, que devem ser atendidas por múltiplos cenários sociais.
- b) O sistema de mercado só satisfaz algumas dessas necessidades humanas, determinadas por um cenário social específico fortemente influenciado por critérios intencionais e instrumentais, condicionando a conduta humana a imperativos econômicos.
- c) A categoria de tempo e espaço dos cenários econômicos é apenas um caso particular a ser considerado entre outros.
- d) Diferentes sistemas cognitivos pertencem a diferentes cenários organizacionais, portanto as regras cognitivas referentes ao comportamento administrativo também constituem caso particular.
- e) Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos no contexto geral da sociedade, embora haja inter-relações entre eles.

Nas organizações substantivas, os ideais de emancipação e empoderamento estão presentes nos processos administrativos, conforme demonstrado no quadro 8, facilitando as relações de trabalho e ampliando valores como respeito e dignidade (SERVA, 1997). Para verificar a intensidade desses elementos nas organizações, o autor propõe o que chama de *continuum* de intensidade da racionalidade substantiva, conforme ilustra-se na figura 3, a seguir apresentada:

Figura 3 - Continuum de Intensidade de Racionalidade Substantiva



Fonte: Adaptado de Serva (1997, p. 25)

Conforme se apresenta na figura 3, o modelo propõe identificar a intensidade dos fatores de racionalidade substantiva nas organizações levando em consideração a atuação delas em relação à divisão do trabalho, estrutura, cultura organizacional e características pessoais dos integrantes. Ao avaliar esses elementos e localizar indícios de racionalidade substantiva como autorrealização, entendimento, julgamento ético, autenticidade, valores emancipatórios e autonomia, os mesmos podem ser medidos conforme a escala proposta no modelo, permitindo caracterizar uma organização como substantiva com maior êxito.

Nas organizações substantivas, Alves (2002) ressalta que há duas dimensões que as orientam: a dimensão individual e a dimensão grupal. Na dimensão individual o centro é a autorrealização dos sujeitos, monitorada pela possibilidade de desenvolver suas potencialidades. Na dimensão grupal o centro é a satisfação do grupo como um todo em termos de responsabilidades e pertencimento. Desse modo, Serva (1993, p. 41) acrescenta que nas organizações substantivas as ações e decisões são tomadas e norteadas “[...] por uma racionalidade que habilita o indivíduo a ordenar a sua vida eticamente, gerando ações que buscam concretizar um equilíbrio dinâmico entre a satisfação pessoal e a satisfação social, como também da autorrealização pela plena concretização de suas potencialidades humanas”.

Nessa perspectiva, essas organizações tendem a proporcionar maior experimentação da condição humana, negligenciada pelas organizações focadas em uma racionalidade de

mercado, pois a racionalidade substantiva favorece o emergir de valores como autenticidade, dignidade, solidariedade, generosidade e afetividade. Por isso, o trabalho se torna menos pesado, mais gratificante e visto não apenas como uma relação de geração de renda, mas de realização de seus potenciais (RAMOS, 1989).

Embora grande parte das organizações estejam centradas em aspectos inerentes ao mercado sob o pretexto da geração de desenvolvimento econômico e social, Ramos (1989, p. 114) reforça que uma sociedade desenvolvida precisa estruturar seu processo de socialização considerando os diversos aspectos que envolvem a vida em comunidade, sob pena de que “[...] os problemas humanos contemporâneos podem ser apenas perpetuados”. Acerca disso, Hey (2008) afirma que a orientação organizacional pela racionalidade substantiva pode ser um importante caminho para se chegar a este desenvolvimento econômico e social, pois esta perspectiva não exclui a dimensão econômica como fator de desenvolvimento, mas a questiona quando utilizada em detrimento da dimensão humana. O autor acredita que o tão discutido desenvolvimento econômico e social somente poderá ser alcançado pela interação entre os objetivos econômicos e sociais em benefício de toda a comunidade.

Sem desconsiderar os aspectos apontados pelos teóricos da escola de Frankfurt, já referidos anteriormente, os diferentes direcionadores da racionalidade apontados por Weber, Ramos e Serva, e as tensões que podem emergir a partir da escolha feita, para efeito dessa tese, a tipologia de racionalidade a ser abordada fica restrita a racionalidade substantiva, compreendendo as categorias de análise a seguir delineadas no quadro 9, sobretudo, com base nos referidos autores:

Quadro 9 - Categorias de Análise para Racionalidade Substantiva

Categoria	Síntese
Autorrealização	Aspectos que caracterizam a satisfação dos sujeitos através de sua participação.
Entendimento	Aspectos que caracterizam a visão do sujeito, dele próprio e dos outros.
Julgamento ético	Aspectos que caracterizam a consistência dos atos dos sujeitos com credos do grupo ou da organização.
Autenticidade	Aspectos que caracterizam o nível de honestidade e integridade dos sujeitos quando em participação no grupo ou organização.
Valores emancipatórios	Aspectos que caracterizam o compartilhamento de credo e valores que desenvolvam não só o grupo, mas também o sujeito.

Elaborado com base em Weber (2009); Ramos (1989); Serva (1993)

Com temáticas definidas e categorias de análises pertinentes a cada uma delas, a presente pesquisa articula os referidos campos de estudos no sentido de identificar suas

conexões para gerar contribuições na compreensão daquilo que as organizações da sociedade civil definem como inovação social. Para tanto, com base no referencial teórico, partiu-se das premissas de que a inovação social tem foco na solução de um problema de cunho social e que a racionalidade substantiva é um direcionador de decisões que intenciona elevar o indivíduo à sociedade, através de processos que proporcionem o empoderamento e consequentemente sua emancipação, tendo na sociedade civil organizada solo fértil para desenvolvimento dessas ações, em função da sua constituição e estrutura. As organizações da sociedade civil geralmente atuam sob uma “atmosfera” que facilita a participação dos indivíduos na construção de soluções para problemas das comunidades/grupos, valorizando e desenvolvendo as capacidades e habilidades dos participantes e do entorno. Entretanto, é comum a dificuldade de mobilização de recursos, especialmente financeiros, para o fiel cumprimento de sua vocação, favorecendo as iniciativas ou ações criativas para transpor estas barreiras, portanto adotando medidas de inovação social. Tais premissas reforçam a relevância de se articular os três campos de estudos, bem como demonstra coerência ao fazê-lo.

Para o prosseguimento da tese, na seção que segue apresenta-se o percurso metodológico utilizado na pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nessa seção, se apresentam os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. A definição dos métodos empregados constitui-se de uma importante etapa do processo de pesquisa. É nessa etapa que o pesquisador elabora uma espécie de mapa que guia a sequência do desenvolvimento do estudo, através do qual também é possível efetuar a verificação dos caminhos utilizados, bem como a reprodução ou conferência do que foi executado.

Sendo assim, a metodologia, em pesquisa científica, na concepção de Collis e Hussey (2005), trata de todos os aspectos instrumentais que o pesquisador lançou mão durante a trajetória da pesquisa, incluindo todos os ferramentais disponíveis para se fazer ciência, até a sua finalização em forma de relatório. Também pode ser entendida como o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados durante todas as etapas da pesquisa que foi realizada (STRAUSS & CORBIN, 1998).

Uma das etapas é o enquadramento metodológico, que para efeito desse estudo passa a ser apresentado no tópico que segue.

3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

No que diz respeito ao posicionamento ontológico e epistemológico, o estudo será desenvolvido sob um paradigma predominantemente interpretativista, uma vez que os fenômenos envolvidos na pesquisa serão analisados contemplando os significados percebidos pelo pesquisador, de maneira que as ocorrências são observadas e a interpretação dos fatos moldam a forma como as partes envolvidas na pesquisa interagem. Por isso, Gubrium e Holstein (2000) alertam que a interpretação dos fenômenos pode variar de acordo com o contexto e o tempo em que a pesquisa é realizada.

Segundo Creswell (2014), um estudo interpretativista considera que a realidade é resultante de uma construção social, na qual o pesquisador interpreta o sentido passado pelos atores envolvidos no processo de pesquisa e isto é repleto de subjetividade, devido às múltiplas realidades construídas. Por isso, entender o mundo a partir de um paradigma interpretativista significa considerar o ponto de vista dos distintos atores (SCHERER, 2005).

Ao buscar compreender as iniciativas de inovação social em organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva, o estudo envolve fenômenos,

que embora ocorram na vida prática, são observados com a lente de um constructo teórico, o que o caracteriza como de natureza teórica. As pesquisas de natureza teórica visam aprimorar fundamentos teóricos, possibilitando a discussão de teorias e até sua reconstrução, sem a necessidade de uma intervenção prática imediata, mas segundo Maldonado (2011, p. 295) não pode ser entendida como uma simples revisão de literatura, uma vez que “exige a problematização constante das ideias e dos raciocínios” aplicados a um objeto no qual se possa estudar fenômenos. Na concepção de Minayo (2002, p. 52), a pesquisa teórica consiste em “criar novas questões num processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido”, por isso, possibilita articular fundamentos de uma área de conhecimento para propor novas discussões ou abordagens.

Ainda, quanto à natureza, o estudo também pode ser caracterizado como empírico, uma vez que tem por escopo analisar os fenômenos ocorrendo em determinados objetos de estudo, a fim de comprová-los e confrontá-los com os pressupostos teóricos, o que possibilita entender as diferentes perspectivas dos construtos teóricos em uma sociedade, coletar informações dos indivíduos que dela participam e compreender o comportamento que podem ou conectam com o arcabouço teórico (DEMO, 2000).

Por conseguinte, ao abordar tanto os aspectos teóricos com vistas a gerar contribuições para adoção de teorias e, ao mesmo tempo, buscar evidências em campo que possam comprová-las, a pesquisa classifica-se como de natureza teórico-empírica, ampliando as possibilidades de contribuições ao que destaca Chanlat (1996, p.34) “só o conjunto interdisciplinar de abordagens poderá delinear uma imagem menos parcelada do indivíduo na organização”.

Em relação aos objetivos da pesquisa, a mesma enquadra-se como descritiva e exploratória. Descritiva, porque tem por finalidade descrever, registrar e analisar os fatos que se relacionam com os fenômenos observados junto ao objeto de estudo e segundo Barros e Lehfeld (2007), a partir dessas descrições, normalmente o pesquisador consegue elementos para explicar a ocorrência dos fenômenos investigados, o que gera maiores esclarecimentos dos comportamentos e impactos causados ao objeto estudado. Exploratória, pois segundo Severino (2007) e Koche (2009), as pesquisas exploratórias procuram esclarecer e delimitar a natureza de um problema, caracterizar a natureza das variáveis que se quer conhecer, diagnosticar situações, explorar alternativas e descobrir novas ideias, ampliando conhecimentos sobre a temática investigada e a ocorrência dos fenômenos junto ao objeto de estudo.

Em relação à abordagem do problema, o estudo se caracteriza como qualitativo, pois sua intenção não foi localizar ou confirmar a existência de relação de proporção ou outra medida numérica em variáveis ligadas aos fenômenos investigados e sim as características que os definem. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), as pesquisas com abordagem qualitativa são focadas na interpretação do mundo. Procuram gerar o entendimento dos fenômenos e os significados atribuídos a eles pelos sujeitos pesquisados. Por isso, os depoimentos, discursos e significados transmitidos pelos atores no processo de pesquisa ganham relevância. Por isso, Neves (1996, p. 1) destaca que as pesquisas qualitativas envolvem “[...] um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados, tendo por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social [...]” Este tipo de pesquisa, segundo Flick (2004, p. 21) possibilita “planejar métodos tão abertos que façam justiça à complexidade do objeto em estudo”.

Quanto à estratégia de pesquisa utilizada, a mesma consiste de um estudo de caso múltiplo, pois busca analisar situações específicas relacionadas à ocorrência dos fenômenos investigados, considerando os fatos práticos. A estratégia de estudo de caso múltiplo, segundo Minayo (1993), engloba o estudo de dois ou mais casos distintos e independentes entre si, mas analisados na mesma pesquisa e é isso que o diferencia de um estudo de caso único. De forma geral, o estudo de caso é um método de investigação empírica, ou seja, de algo que ocorre no plano da vida real, experimentado por determinada organização ou indivíduo (GOMES, 2006).

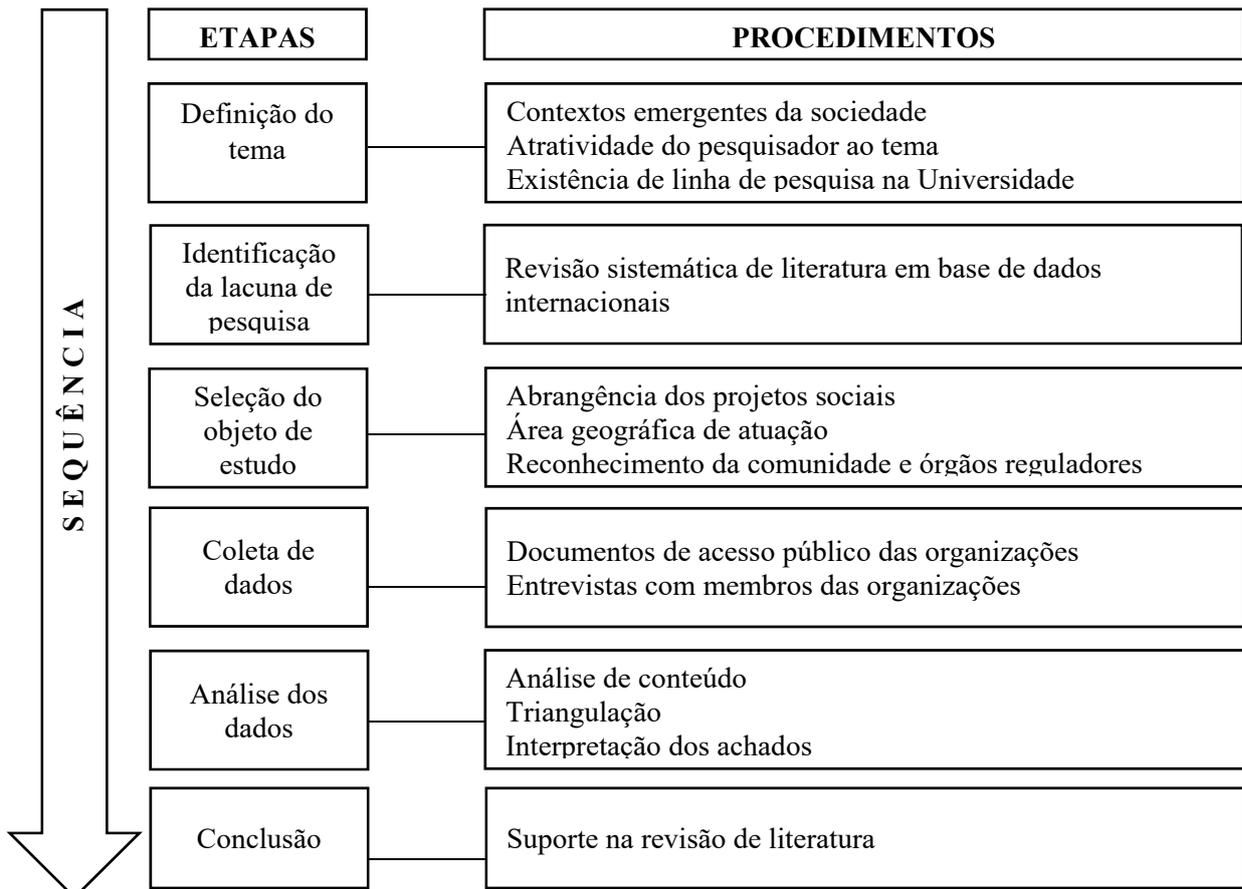
De forma complementar, Eisenhardt (1989) esclarece que a estratégia do estudo de caso está focada na compreensão das dinamicidades que ocorrem em um cenário específico, no qual existem mais variáveis de interesse do que dados disponíveis para análise. Ainda quanto a estratégia de pesquisa utilizada, Richardson (1999), adverte que não se está estudando um objeto e sim um fenômeno que se aplica a ele e, por isso, é possível descrever as complexidades que o envolvem. Para Creswell (2003), esta estratégia de pesquisa pode ser considerada um método que incentiva a trabalhar com a evolução histórica do contexto pesquisado, proporcionando uma interação com os indivíduos na construção de significados.

No que tange ao espaço temporal, o presente estudo se classifica como um estudo transversal, pois se pretende coletar e analisar informações sobre diferentes aspectos de maneira simultânea, portanto não há limite de tempo, uma vez que todas as coletas serão

analisadas em um único momento, independente do tempo em que os fenômenos ocorreram (COLLIS & HUSSEY, 2005).

De modo a fornecer uma visão geral do caminho percorrido para realização da pesquisa, na figura 4, a seguir, sintetiza-se as etapas utilizadas.

Figura 4 - Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Tendo em vista que o quadro esquemático demonstrado na figura 4 (integrando as diversas fases que compõem cada uma das etapas) foi o roteiro utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa, apresenta-se a seguir, o contexto em que a mesma foi realizada, bem como as organizações objeto de estudo.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

O tema inovação, integrando de forma mais abrangente a inovação social, vem ganhando destaque no Estado de Santa Catarina, haja visto o grande volume de ações que são desenvolvidas na esfera pública e privada.

Em se tratando especificamente de inovação social, as práticas ou iniciativas de organizações da sociedade civil tomaram grande proporção no Estado de Santa Catarina, que conforme dados do IPEA (2017) concentra 41.380 organizações dessa tipologia, das quais 3.954 estão localizadas no município de Florianópolis. Considerando-se apenas as organizações localizadas na cidade de Florianópolis, capital do Estado, são desenvolvidos em torno de 1.222 projetos, ações ou iniciativas de inovação social (OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS, 2021). Dada representatividade dessas organizações, aliado ao caráter emancipatório que decorre de ações de inovação social, ampliam-se as possibilidades que podem levar à resolução de problemas sociais gerados por uma cidade turística e que convive com diversos contrastes e problemas sociais.

Considerando-se estes dados, são objetos de estudo para esta pesquisa o Instituto Comunitário Grande Florianópolis – ICOM e O Instituto Pe. Wilson Groh – IVG. A escolha das instituições se deu em função do volume e representatividade das ações que ambas desenvolvem em prol das comunidades; pela credibilidade conquistada junto à população e empresários da região. Além disso, elas são as únicas organizações da sociedade civil da região que possuem o reconhecimento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social de Santa Catarina, através do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/SC, pela sua ampla atuação em projetos sociais.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente CEDCA/SC é um órgão colegiado, regulador e fiscalizador, vinculado a Secretaria Estadual do Desenvolvimento Social, instituído pela Lei nº 12.536, de 19 de dezembro de 2002 e alterações dadas pela Lei nº 15.589, de 11 de outubro de 2011, que possui poderes deliberativos e de controle da política de promoção, defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Tal critério torna-se importante dado o volume de projetos desenvolvidos por estas organizações que tem como foco o público enquadrado como jovens, crianças e adolescentes. Desta forma, as organizações reconhecidas pelo referido Conselho estão habilitadas para receber recursos do Fundo para a Infância e Adolescência para o desdobramento de seus projetos. O FIA, tem sua regulamentação definida na lei federal

8.069/1990, é um fundo especial criado para captar e aplicar recursos financeiros destinados especificamente para a área da infância e adolescência.

3.2.1 Instituto Comunitário Da Grande Florianópolis – ICOM

O Instituto Comunitário da Grande Florianópolis - ICOM é uma organização da sociedade civil, constituída sob a tipologia legal de associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e registrada junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 07.756.988/0001-62. Com sede situada em Florianópolis, na Rua Felipe Schmidt, 835, sala 08, no bairro centro. As instalações ficam no prédio da Associação Catarinense de Tecnologia – ACATE, no prédio que congrega empresas voltadas para desenvolvimento de inovação nos mais diversos campos do conhecimento. A seguir, na figura 5, imagem da sede do ICOM.

Figura 5 - Sede ICOM



Fonte: ICOM (2023)

O ICOM possui os seguintes títulos que o qualificam para o desenvolvimento de iniciativas no campo social:

- a) CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social: nº 235874.01899474/2021, portaria nº 61/2022, de 07/06/2022;

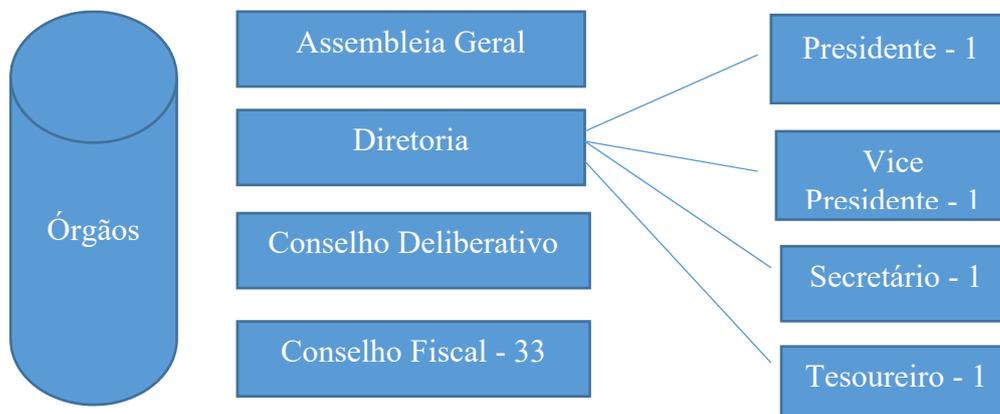
- b) Declarada como organização de Utilidade Pública Municipal: Lei Municipal nº 7339 de 28/5/2007;
- c) Declarada como organização de Utilidade Pública Estadual: Lei Estadual nº 14.342 de 18/1/2008;
- d) Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente: 077/2008;
- e) Registro no Conselho Municipal de Assistência Social: 025/2014.

A formalização de sua constituição é regida pela modalidade de estatuto social, devidamente registrado no cartório de títulos, documentos e pessoas jurídicas do 1º Subdistrito de Florianópolis. Este documento além de ser o instrumento constitutivo, disciplina em 34 (trinta e quatro) artigos (cláusulas) todo o regramento da organização, partindo de suas finalidades, dispostas no artigo terceiro:

- I – Mobilizar, articular e qualificar investimentos de pessoas físicas e jurídicas para promoção do desenvolvimento social e cultural nos municípios da Grande Florianópolis;
 - II - Elaborar e implementar programas de apoio técnico e financeiro a organizações sem fins econômicos que atuem na região da Grande Florianópolis;
 - III – promover e participar de parcerias entre pessoas e organizações que visem integrar e ampliar o impacto de ações e projetos sociais e culturais;
 - IV – Realizar a gestão de fundos e programas sociais e culturais específicos, de pessoas físicas e jurídicas, que tenham como objeto promover o desenvolvimento social da Grande Florianópolis;
 - V – Criar um fundo de recursos que proporcione a sustentabilidade de suas ações e constitua um ativo permanente para investimentos sociais comunitários;
 - VI – Produzir pesquisas e diagnósticos sociais participativos para conhecer a realidade onde atua;
 - VII – Disseminar conhecimento sobre a realidade local e engajar cidadãos por meio de relatórios, eventos sociais e culturais, e atividades de produção de cinematográfica, como vídeos, filmes, documentários e programas de televisão.
- Parágrafo único: para a consecução de suas finalidades, o ICOM poderá firmar convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais.

No mesmo documento, quando se trata da estrutura organizacional, há referência apenas aos cargos eletivos, não dispondo de regramento para cargos com função executiva, conforme apresenta-se figura 6, que se segue:

Figura 6 - Estrutura Organizacional Formal do ICOM



Fonte: ICOM, (2023)

Ao confrontar a estrutura formal do estatuto com aquilo que é divulgado no website do ICOM, apreço uma posição a mais na diretoria, denominada de diretoria de comunicação, a qual enseja tratar-se de um cargo executivo, junto aos demais a seguir relacionados, no quadro 10:

Quadro 10 - Equipe Executiva do ICOM

CARGO	CONTEÚDO
Gerente Executivo	Efetua a gestão geral da organização, definindo estratégias com demais dirigentes.
Coordenadora de Programas	Coordena a execução dos programas (aquilo que já está em prática)
Coordenadora Administrativo/Financeiro	Efetua atividades administrativas e financeiras como suporte para toda a organização.
Gestora de Projetos	Efetua a gestão dos projetos em execução, controlando recursos e resultados de cada um deles.
Coordenadora de Projetos	Coordena os projetos que serão executados, articulando os recursos necessários para sua efetivação.
Consultora de Projetos	Instrumentaliza a realização dos projetos com conhecimento aplicado a uma determinada situação abordada pelo projeto.
Apoio Projetos	Suporte para realização dos projetos.
Captção de Recursos	Articula as parcerias para captação de recursos necessários para a realização dos projetos.

Fonte: ICOM, (2023)

Embora tenha suas finalidades e constituição na forma legal mencionada, conforme website ICOM (2023) o ICOM denomina-se **como a única fundação comunitária no Brasil, dada a amplitude e caráter desenvolvedor de suas ações.** Contudo, a tipologia fundação é diversa de associação, pois as fundações necessitam de um patrimônio instituidor que vai garantir suas obras ou funcionamento (CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, 2002). Essa necessidade de patrimônio pode se configurar como um fator desestimulador para que organizações da sociedade civil se registrem sob a tipologia de fundação. Muito embora, não se tenha registro no Brasil de organizações operando sob este regime, no ano de 2022 o Global Community Foundation, em edição de seu atlas anual (mapeamento por territórios), apontava para 1.900 (mil e novecentas) fundações comunitárias atuando em todo o mundo, as quais mobilizavam mais de 5 bilhões de dólares.

Conforme declarado em seu Website, o ICOM desenvolve suas atividades com foco em três eixos, cada um deles com suas motivações e atividades, a seguir apresentados na figura 7:

Figura 7 - Eixos de Atuação e Motivações do ICOM



Fonte: Website ICOM, (2023)

O ICOM não operacionaliza ações diretamente aos beneficiários finais, pois tem como missão promover o desenvolvimento comunitário em Santa Catarina, mobilizando, articulando e apoiando investidores sociais e ações coletivas de interesse público. Então sua preocupação está voltada para instrumentalizar a sociedade civil no que se refere aos três eixos mencionados. No que tange aos valores essenciais no desenvolvimento de suas ações, o ICOM declara: articulação, colaboração, parcerias, ética, inovação, qualidade e transparência. Já sua visão institucional consiste em se tornar referência em gestão do investimento e inovação social (ICOM, 2023).

A sua sede social conta com um órgão denominado Centro de Apoio à Inovação Social – CAIS, que se trata de um espaço para utilização de organizações da sociedade civil que ainda não estejam formalizadas e que desejam atuar com causas de interesse público do territorial da Grande Florianópolis, conforme fotografia apresentada na figura 8, a seguir.

Figura 8 – Cais: Centro de Apoio a Inovação Social do ICOM



Fonte: ICOM, (2023)

Relacionado ao eixo do fortalecimento da sociedade civil organizada, o órgão foi criado em 2011 e lá o seu público pode realizar eventos e reuniões em salas previamente agendadas, tomar equipamentos emprestados, participar de capacitações, esclarecer dúvidas e obter assessorias, tais como: gestão, comunicação, marketing, contabilidade, assuntos jurídicos, além de ser o domicílio desses movimentos não formalizados, que utilizam escritórios compartilhados. Fora as consultorias ligadas a este órgão, o ICOM também realiza, continuamente e ininterruptamente, consultorias relacionadas aos seguintes temas: como criar e formalizar uma organização social, desde o estatuto e ata de eleição; esclarecimento de dúvidas sobre legislação aplicada ao setor; habilitação para requerimento de títulos e

qualificações; governança; mobilização de recursos; sustentabilidade; comunicação; elaboração e projetos; dúvidas contábeis e jurídicas.

Sob o eixo temático do conhecimento, são realizados:

- a) Diagnósticos sociais: São diagnósticos realizados em comunidades para efetuar levantamento dos desafios locais e incentivar a articulação dessas comunidades para pensar iniciativas de enfrentamento desses desafios.
- b) Sinais vitais: São diagnósticos sociais elaborados com metodologia adaptada de fundações canadenses (Vital Signs), que busca identificar áreas prioritárias dentro do contexto territorial (Estado e municípios) de atuação, bem como os desafios a serem enfrentados nessas áreas específicas. Esse diagnóstico é feito anualmente, sendo a área pesquisada aquela cuja dinâmica vem apresentando recorrência ou nuances diferentes das já observadas, impactando a sociedade de forma mais intensa. As informações são processadas e analisadas sob uma perspectiva possibilita articulação dos diversos setores da sociedade, levando em consideração ainda os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, servindo ainda para consulta dos governos para implementação de políticas públicas.
- c) Mapeamento de organizações: Consiste em um cadastro das organizações da sociedade civil organizada da área de abrangência do ICOM, contendo georreferenciamento e informações sobre os projetos por elas desenvolvidos.

No eixo de estímulo ao investimento social privado, o ICOM desenvolve:

- a) Fundos comunitários: Denominado Fundo de Impacto para Justiça Social, trata-se de um fundo formado por doações de pessoas físicas e jurídicas e sua aplicação subsidia atuação de organizações sociais focadas em reduzir as iniquidades sociais na Grande Florianópolis, bem como garantir o acesso a direitos humanos por meio de iniciativas ou causas de justiça social. Dessa forma, qualquer cidadão ou organização pode efetuar suas doações para que o ICOM viabilize as organizações da sociedade civil que trabalham com essa temática. Para manutenção do fundo, ficam destinados 30% do montante arrecadado e os 70% são destinados às organizações com base nos

critérios estabelecidos através das seguintes etapas: Deliberação coletiva sobre a causa; Compreensão do contexto; Fortalecimento da Sociedade Civil Organizada; Transparência e Avaliação.

- b) Fundos Privados próprios: são fundos de impacto social, criados de forma planejada junto com as organizações da sociedade civil para o enfrentamento de desafios específicos que acometem aquelas comunidades. Diante disto são selecionados parceiros e organizações em uma dinâmica de aproximação. O investimento mínimo para criação de um fundo social é de 70 mil reais por ano. O custo de gestão do fundo é de 30 mil reais por ano, mais 5% do volume investido. Todas as ações são planejadas pelo ICOM, empresa investidora (parceiros) e Organização Social que desdobrará o projeto. A cargo do ICOM ficam todas as atividades de criação, controle, transações financeiras, prestação de contas, monitoramento e avaliação do fundo, com apresentação de relatórios que fortalecem uma comunicação transparente que permite e incentiva novos proponentes a novos fundos.
- c) Fundos Emergenciais: São fundos criados para produzir uma rápida reação em situações específicas e emergenciais, tais como catástrofes, endemias, calamidades públicas, que acometam as comunidades. Tudo funciona muito rápido na criação, planejamento e estratégia para este tipo de fundo, entretanto de forma muito criteriosa para a destinação dos recursos investidos. São exemplos para esses fundos, o fundo de apoio para reconstrução de danos causados pelo ciclone bomba em 30/06/2020. Fundo para segurança alimentar e fundo para desligados do mercado de trabalho na pandemia do covid-19.

Além dos fundos citados o ICOM desenvolve os seguintes projetos:

- a) Banco comunitário: Trata-se de um banco, virtual, com uso de moeda social, cujos recursos são oriundos de um fundo específico. A Criação e gestão é do ICOM, com apoio de uma instituição financeira. A moeda social é utilizadas em mercados de comunidades locais, estimulando o desenvolvimento e levando variedade de alimentos e itens de higiene e beleza para os qualificados a este benefício e que estariam recebendo apenas uma cesta básica, com suas limitações de produtos. Isso acaba

gerando emprego (ainda que precarizado), mas fornecendo um apoio para reestruturação dos beneficiários. Também por meio do banco comunitários, são concedidas pequenas linhas de créditos à pequenos empreendedores, sem juros, para que possam materializar suas ideias e melhorar a qualidade de vida local.

- b) Tectrampo: Oriundo da análise de um dos diagnósticos Sinais Vitais com a temática do jovem no mundo do trabalho, o contexto da pesquisa apontava para uma carência de mão de obra no mercado de tecnologia na Grande Florianópolis e que existia um grande contingente de jovens em idade de Trabalho, desempregados e sem estudar. Lendo este cenário o ICOM buscou parceiros para conectar estes dois mundos de modo que os parceiros fornecessem bolsas de estudo, ou seja remuneração para que o jovem possa custear-se as necessidades básicas e ao ingressar num programa de qualificação não tenha que abandoná-lo porque necessita auferir renda para ajudar a família. Recebendo a bolsa, o jovem então inicia sua qualificação no mundo da tecnologia (informática, programação), com também empresa parceira e ao estar apto para colocar em prática os novos conhecimentos, outros parceiros absorvem esta mão de obra, na modalidade de emprega, estágio ou jovem aprendiz. Ao fechar este ciclo, oportuniza-se reduzir os desafios apontados no diagnóstico realizado.
- c) Incentivos Fiscais: O ICOM é credenciado para que pessoas físicas e jurídicas possam efetuar doações com vistas a abatimento do Imposto de Renda que deveriam pagar. Os valores e limites estão disciplinados em legislação tributária específica e os recursos mobilizados por esta modalidade de doação são utilizados para instrumentalizar as organizações da sociedade civil em projetos relacionados a: Defesa dos direitos da criança, adolescente e pessoa idosa, Esporte e cultura, prevenção e combate ao câncer e projetos voltados para pessoas com deficiências.
- d) ESG: Trata de empresas parceiras que estejam preocupadas com o impacto de suas ações no ambiente e na sociedade e por isso incorporam aspectos de Governança sócio-ambiental em suas estratégias, políticas e processos. Estas empresas buscam também atender os objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS. Tal preocupação, quando traduzida em práticas podem levar estas empresas a gerar maior valor agregado, ampliar sua competitividade e mitigar riscos para ambientais e sociais para o território.

3.2.2 Instituto Padre Vilson Groh - IVG

O Instituto Padre Vilson Groh – IGV é uma organização da sociedade civil, constituída sob a tipologia legal de associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, registrada no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o número 13.188.828/0001-67. Com sede situada na Servidão Francisco Monn, número 48, no centro da cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. A seguir, na figura 9, apresenta-se a imagem da sede do IVG.

Figura 9 - Sede do IVG



Fonte: Google Street View (2023)

Possui os seguintes títulos que a qualificam para o desenvolvimento de iniciativas no campo social:

- a) Declarada como instituição de utilidade pública estadual em 2013;
- b) CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em 2018;
- c) Certificação de Responsabilidade Social ALESC em 2020.

A formalização de sua constituição é regida pela modalidade de estatuto social, devidamente registrado no cartório de títulos, documentos e pessoas jurídicas do 1º Subdistrito de Florianópolis. Este documento além de ser o instrumento constitutivo, disciplina o regramento da organização que atua com a causa assistencial focada em ações educativas de longo prazo, uma vez que seus projetos abarcam as comunidades periféricas de Florianópolis do ensino fundamental à pós-graduação.

O IVG se articula em rede com oito organizações da sociedade civil, sendo elas:

- a) Associação da Casa dos Amigos da Criança e do Adolescente do Mocotó – ACAM, que atende crianças, adolescentes e suas famílias do morro do Mocotó, morro da Queimada, morro do Bode e morro do Jagatá, com projetos assistenciais e socioeducativos.
- b) Associação João Paulo II, que atende crianças e adolescentes da comunidade da prainha, cidade de Palhoça, com projetos de educação básica e convivência e fortalecimento de vínculo.
- c) Centro de Educação Popular – CEDEP, que atende crianças e jovens em vulnerabilidade social, no bairro Monte Cristo, com projetos educacionais que visam potencializar aprendizagem de forma coletiva e uma consciência para sustentabilidade.
- d) Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, que atende adolescentes e jovens de toda a periferia de Florianópolis, com projetos educacionais voltados para formação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho.
- e) Centro Social Elizabeth Sarkamp, atende jovens do Maciço do Morro da Cruz e do Alto da Caieira, com projetos de educação complementar e inserção social e laboral.
- f) Escola Social Marista Social Lucia Mayvorne, que atende crianças da comunidade do Monte Serrat e do Alto da Caieira, ofertando educação básica gratuita, com foco em educação integral.
- g) Escola Social Marista São José, que atende crianças da cidade de São José, ofertando educação básica gratuita, com foco em educação integral.

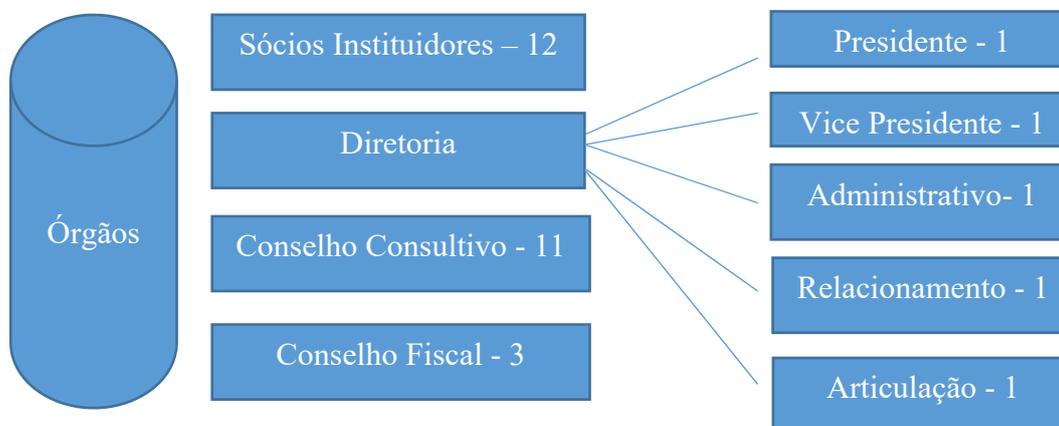
- h) Amigos da Guiné-Bissau – AGB, que atende crianças, adolescentes e jovens, nas cidades do continente africano Empada, Kudon, Cathobar, Mui, Bambadinca e Bissau, com programas de educação comunitária alicerçado nas plataformas de Infraestrutura, Dia a Dia e Educação.

Embora cada uma das organizações da rede tenha sua própria declaração de propósitos (missão, visão e valores) e especificidades de atuação na área de educação sob a perspectiva que é através dela que o desenvolvimento e a emancipação ocorrem, a missão do IVG é ser um espaço de articulação de ideias e construção de pontes que unem pessoas e organizações, na busca do florescimento da solidariedade estrutural. Essa missão é perseguida tomando por base valores de atuação em rede, valorização do capital humano e social, ética e transparência, justiça social, cuidado com a vida e com meio ambiente. Sua visão institucional é de atuar para Fortalecer as organizações da sociedade civil voltadas à defesa e garantia de direitos e contribuir com a trajetória de vida de crianças, adolescentes e jovens em territórios empobrecidos (IVG, 2023).

Com a Lei 13019/15, do marco regulatório das organizações da sociedade civil, o IVG passou a se enquadrar como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, o que o habilita para firmar parcerias com setor público, para projetos específicos de interesse público e de responsabilidade do Estado.

Na sua estrutura organizacional formalizada, há referência apenas aos cargos eletivos, não dispondo de regramento para cargos com função executiva, conforme apresenta-se na figura 10, que se segue.

Figura 10 - Estrutura Organizacional Formal do IVG



Fonte: IVG (2023)

Já os cargos executivos, conforme website do IVG (2023) apresenta-se no quadro 11, que se segue.

Quadro 11 - Equipe Executiva do IVG

CARGO	CONTEÚDO
Gerente Executiva	Efetua a gestão geral da organização, definindo estratégias com demais dirigentes.
Coordenadora de Programas e Projetos	Coordena os projetos que serão executados, articulando os recursos necessários para sua efetivação, bem como os programas em andamento.
Coordenadora Pedagógica	Responsável pela implementação da matriz pedagógica utilizadas em todos os programas e projetos da Rede IVG.
Articuladora de Projetos	Efetua apresentação dos projetos aos possíveis parceiros para sua realização.
Assistente Social	Efetua acolhimento e encaminhamento das questões críticas aos programas e projetos.
Analista de Administração e Finanças	Responsável por instrumentalizar a gerência sobre aspectos administrativos e financeiros relativos a área financeira do IVG.
Analista de Comunicação e Marketing	Produção de materiais e conteúdos para registro e divulgação daquilo que é feito pela organização.
Auxiliar Administrativo	Auxilia nas rotinas administrativas de suporte ao corpo diretivo.

Fonte: IVG (2023)

Com esta estrutura, O IVG desenvolve, operacionaliza oito programas ou iniciativas sociais a saber:

- a) Programa Pode Crer: Trata-se de um programa com a perspectiva de repensar o futuro da educação, do trabalho e da sociedade. Tem foco na economia do conhecimento e inovação. Baseia-se em uma metodologia que busca potencializar talentos de crianças e jovens de comunidades. Foi idealizado para ocorrer em cinco Centros de Inovação Social (CIS), distribuídos nas comunidades atendidas pelo Instituto. O primeiro CIS está projetado para ser construído na comunidade do Mon't Serrat, com recursos oriundos de parceiros e leilões sociais. O CIS foi projetado com: Praça de Convivência e Eventos; Café Central e Cozinha Gourmet; Biblioteca Interativa; Sala de Programação e Desenvolvimento; Sala de Edição, Design, Arte, Dança e salas multiuso; Estúdio de Música; Coworking; Espaço Maker; Laboratório de Pesquisa e Criação. O projeto arquitetônico foi elaborado conforme se apresenta na figura 11, que se segue.

Figura 11 - Projeto Arquitetônico do Centro de Inovação Social do IVG - CIS



Fonte: Website IVG (2023)

- b) Programa de Bolsa de Estudos: Trata-se de um programa que viabiliza bolsas de estudos para que os jovens residentes nas comunidades de atuação do IVG possam ter acesso a curso pré-vestibular, ensino técnico e superior. Tudo começa neste projeto pelo curso preparatório (pré-vestibular, ENEM e outros) e se aprovado, o jovem passa a contar com apoio financeiro e acompanhamento pedagógico e psicológico para concluírem suas formações em instituições de ensino técnico e superior.
- c) Programa Comunidade em Movimento: trata-se de um programa que oportuniza atividades para inserção de trabalhadores no mercado de trabalho ou formação de empreendedores locais de modo a fortalecer o desenvolvimento da comunidade.
- d) Banco Comunitário: trata-se de um banco que atua com moeda social para famílias atendidas pela Rede IVG, potencializando os pequenos comércios nas comunidades, pois as famílias assistidas recebem um valor em moeda social ao invés de cesta básica e podem comprar em mercados locais, fazendo melhor uso do recurso. Também atua com microcrédito, concedido a pequenos empreendedores que tenham seus planos de negócios aprovados pelo IVG e que ao receberem o recurso subsidiado podem gerar emprego e renda.
- e) Programa de Formação Continuada e Fortalecimento da Rede: trata-se de um programa que oferta apoio pedagógico e também em outras áreas como administrativa, marketing e inovação para as organizações sociais que integram a Rede IVG.

- f) Programa de Incidência Política: Trata-se de um programa que proporciona para as organizações sociais da Rede IVG, um fórum para debate de problemas ou causas que podem instrumentalizar a construção de políticas públicas na região.
- g) Programa Saúde e Qualidade de Vida: Trata-se de um programa de voluntariado desenvolvido por profissionais da área da saúde que ofertam seus serviços gratuitamente para demandas específicas da área da saúde, encaminhadas pela Rede IVG.
- h) Projeto Redescoberta: trata-se de um projeto que atende crianças e adolescentes da rede IVG, ofertando apoio no processo de letramento e alfabetização, buscando estimular a criatividade, autoconfiança e mudança de perspectivas dos participantes.

Finalizada a caracterização das duas organizações objeto de estudo, com suas ações ou iniciativas de inovação social, constata-se que ambas atuam na formação de rede desenvolvedora de outras organizações da sociedade civil, possibilitando o desdobramento de iniciativas que contribuem para a participação social, empoderamento e emancipação dos sujeitos, bem como desenvolvimento local.

3.3 PARTICIPANTES PESQUISADOS

Dada a estrutura funcional das instituições pesquisadas, foram entrevistados nove pessoas, representando as áreas administrativas, financeira e projetos, nos seus respectivos cargos. Os participantes da pesquisa foram escolhidos tendo em vista as funções exercidas nas organizações, contemplando cargos estratégicos, que direcionam as ações e cargos executivos, que operacionalizam as ações. Desse modo, ao entrevistar os direcionadores e os executores, pode-se confrontar os dados coletados, gerando até mesmo sua validação. Por outro lado, os ocupantes desses cargos podem ser detentores de conhecimentos e práticas que não estão formalizados nas organizações, gerando valiosas contribuições para a pesquisa. Os integrantes de cargos eletivos não concederam entrevistas. Como ambas organizações valorizam a formação profissional nas áreas necessárias para o desenvolvimento das funções, todos os entrevistados possuem escolaridade em nível superior, sendo alguns em nível de mestrado e doutorado (pois elas incentivam a continuidade de estudo e pesquisa de seus integrantes). A

formação é predominantemente em ciências sociais aplicadas (administração, contabilidade, economia), serviço social, educação, psicologia e tecnologia da informação. Quanto ao gênero, 95% (noventa e cinco por cento) dos cargos são ocupados por mulheres em faixa etária de 18 a 50 anos de idade, residentes na Grande Florianópolis. Não foi verificada formalmente a declaração de raça ou cor dos participantes. O tempo de vínculo com as organizações tende a ser longo, encontrando alguns casos em que representaram suas primeiras experiências profissionais (depois de formados). A faixa salarial é bastante ampla, não divulgada oficialmente, de forma individual, mas aparenta atender critérios entendidos como justos pelos ocupantes.

De modo a verificar consonância daquilo que fora retratado pelos entrevistados pertencentes às organizações, também foram entrevistados três parceiros financiadores de projetos desenvolvidos pelas organizações. Todos os entrevistados possuem curso superior (dois em administração e um em contabilidade), ocupam cargos em nível estratégico nas organizações que representam e se constituem na totalidade por mulheres. Não foram abordadas questões relativas à remuneração destes entrevistados.

Para confrontar as afirmações ou percepções dos integrantes das organizações e seus parceiros com as percepções e visões daqueles que experimentam os processos desdobrados pelas organizações, também foram entrevistados cinco beneficiários desses projetos. Todos estudantes, sendo 2 em nível de ensino médio e três em nível superior (ciências da computação, contabilidade e medicina). Todos residentes na Grande Florianópolis, com faixa etária entre 16 anos e 24 anos. Quanto ao gênero, três mulheres e dois homens. Embora todos estes entrevistados possuíssem renda, gerada através de vínculos de trabalho, bolsa de estudos ou empreendimento próprio, proporcionados pelos projetos sociais desenvolvidos pelas organizações sociais pesquisadas, não se obteve dados que permitissem inferir os valores recebidos pelos participantes.

Pelo exposto, os entrevistados totalizam-se 17 participantes³ ouvidos no percurso da pesquisa, utilizando-se os instrumentos de coleta de dados apresentados na seção que segue.

³ O critério de escolha dos entrevistados foi a disponibilidade dos mesmos em conceder as entrevistas. As organizações informaram seus parceiros e beneficiários sobre a realização da pesquisa e que o pesquisador entraria em contato. Os convites foram enviados pelo pesquisador e reforçados pelas organizações. Os esforços do pesquisador foram grandes, mas muitas foram as negativas em participar, por diversos motivos.

3.4 COLETA DE DADOS

A coleta de dados é uma etapa que requer atenção do pesquisador, pois há necessidade de se definir os instrumentos mais adequados a cada contexto pesquisado. Para este estudo, os dados foram coletados por meio de entrevistas e pesquisa documental.

Segundo Rosa e Arnoldi (2006, p.14), a entrevista é um instrumento muito utilizado para pesquisas qualitativas, uma vez que permite captar não apenas os comportamentos descritos pelos sujeitos, mas também os contextos expressos pelos entrevistados de modo a se fazer “[...] uma vinculação com os sentimentos, crenças, valores e permitindo, sobretudo, que se obtenham dados sobre o passado recente ou longínquo [...]”. Sua característica básica, conforme Selltiz *et al.* (1987), quando realizada de forma semiestruturada, é a combinação de perguntas abertas e fechadas, de forma que o entrevistado tenha oportunidade de discorrer sobre o tema proposto.

Ainda segundo Selltiz *et al.* (1987), a entrevista realizada de forma semiestruturada deve seguir um conjunto de questões definidas de forma prévia e que direcione o entrevistado para o contexto investigado. Esse tipo de entrevista tem como uma principal vantagem a obtenção de um alto índice de respostas abrangentes, uma vez que transpõe a dificuldade de escrita gerada por outros métodos de coleta de dados.

Sobre a condução da entrevista, Haguette (1997) ressalta por ser um processo de interação social entre pesquisado e pesquisador, é comum este procedimento ser dirigido de forma mais espontânea, na qual o entrevistador deixa o entrevistado livre para manifestar-se acerca das questões que estão sendo respondidas. Entretanto, isto requer do pesquisador maior capacidade para perceber as emoções e sentimentos que motivam os comportamentos manifestados durante o processo, sem perder a preocupação em relação a subjetividade.

Pelo exposto, nesta pesquisa se utilizou três roteiros para realização das entrevistas, confeccionados a partir dos constructos presentes no referencial teórico. Cada um dos roteiros foi empregado de acordo com o tipo de agência dos entrevistados: membros das organizações, parceiros e/ou investidores e beneficiários dos projetos. Isto para que se pudesse verificar as percepções dos entrevistados de acordo com o nível de participação e o que essa participação representa para cada um dos três tipos arguidos. Os roteiros estão dispostos no apêndice I, parte integrante da pesquisa.

Seguindo a recomendação de Rosa e Arnoldi (2006, p. 69) em relação a obtenção do consentimento dos entrevistados para o tratamento e divulgação dos dados obtidos, foi

disponibilizado a todos os entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, cujo modelo encontra-se no apêndice II, o qual destaca as questões éticas envolvidas na pesquisa, para leitura e assinatura. Contudo, os mesmos autores ressaltam que ainda que se tenha essa permissão, os pesquisadores necessitam manter uma atitude “[...] plenamente consciente dos fatos, dos questionamentos que lhe serão feitos, dos motivos da entrevista, dos riscos e dos favorecimentos que os resultados podem ocasionar e da sua liberdade de deixar de ser participante, caso sinta necessidade, por qualquer que seja o motivo”.

Sendo assim, de posse das entrevistas, as mesmas foram transcritas e validadas junto aos participantes, de modo a evitar qualquer equívoco do pesquisador quanto ao que o entrevistado realmente pretendia expressar. A etapa de transcrição é uma etapa trabalhosa, pois segundo Gaskell (2002 p. 85), constitui-se de ouvir ou ler as entrevistas, marcar, destacar e reler o relatório final, pois ao realizar essas tarefas exaustivamente “[...] são relembrados aspectos da entrevista que vão além das palavras e o pesquisador quase que revive a entrevista. Esta é uma parte essencial do processo e é por isso que é muito difícil analisar entrevistas feitas por outras pessoas”. Então, Duarte (2004) recomenda que as entrevistas devem ser transcritas logo depois de encerradas e embora revisada pelos participantes, o pesquisador não pode deixar passar aquilo que está contido de forma subjetiva em cada frase, mudanças de entonação, interjeições, interrupções, entre outros. Por isso, todas as entrevistas foram gravadas, via aplicativo de telefone celular (entrevistas realizadas de forma presencial) e plataforma GoogleMeet (entrevistas realizadas de forma online). As gravações totalizaram 442 minutos, que foram transcritos e submetidos para validação dos concedentes, ocorrendo apenas um pedido de retificação.

No tocante à identificação ou caracterização dos entrevistados, se adotou as seguintes siglas, seguidas pelo número do entrevistado, gerado pela ordem que a entrevista foi realizada:

- a) IVO: onde IV refere-se ao objeto de estudo IVG e O significa que o respondente é integrante da organização.
- b) IVI: onde IV refere-se ao objeto de estudo IVG e I significa que o respondente é um investidor, parceiro ou apoiador.
- c) IVB: onde IV refere-se ao objeto de estudo IVG e B significa que o respondente é um beneficiário de projetos desenvolvidos pela organização.

- d) ICO: onde IC refere-se ao objeto de estudo ICOM e O significa que o respondente é integrante da organização.
- e) ICI: onde IC refere-se ao objeto de estudo ICOM e I significa que o respondente é um investidor, parceiro ou apoiador.
- f) ICB: onde IC refere-se ao objeto de estudo ICOM e B significa que o respondente é um beneficiário de projetos desenvolvidos pela organização.

Além das entrevistas, também foi empregada a pesquisa documental, por meio de consultas a documentos disponibilizados pelas organizações em suas plataformas eletrônicas para que a partir das mesmas se pudesse verificar consonância com os registros das entrevistas. Isso porque segundo Cellard (2008, p. 295) os documentos gerados ao longo da história configuram-se em rastros dos fatos ocorridos e permitem ao pesquisador o contato com o fenômeno de forma transversal para que este execute as transformações ou interpretações necessárias na busca de significado relevante para a investigação pretendida. Em outras palavras Flick (2009) classifica uma pesquisa como documental quando a investigação do fenômeno utiliza-se de informações extraídas de documentos disponíveis sobre o tema pretendido, que não tenham sido tratados por outros autores anteriormente ou que possam ser reexaminados em busca de novas interpretações. Por isso, para efeito desta pesquisa os documentos utilizados foram:

- a) Estatuto social das organizações: finalidade de verificar caracterização formal, estrutura, áreas de atuação, nível de formalização, missão, visão valores, fontes de recursos, limites de atuação, entre outros;
- b) Relatórios de Impacto Social produzidos pelas organizações para prestar contas aos parceiros, investidores, beneficiários e sociedade: finalidade de extrair números relativos a atuação e população impactada pelas ações de inovação social;
- c) Relatórios de mapeamento temático: finalidade de verificar atuação específica sobre um problema social por elas tratado;
- d) Relatório de Planejamento das Secretarias de Assistência Social (estado e município): finalidade ratificar o conhecimento e relevância do setor público quanto aos contextos sociais em que atuam as organizações pesquisadas;
- e) Website das organizações pesquisadas: finalidade de localizar elementos ou informações que ampliem ou apontem o impacto gerado por elas;

- f) Website de empresas parceiras ou investidoras: finalidade, consistir informações que apontem consonância para causas sociais em que atuam as organizações pesquisadas.

Ainda em se tratando da utilização de documentos em pesquisas científicas, May (2004) adverte a necessidade de que estes sejam contextualizados dentro de uma estrutura teórica que permita entender o conteúdo ali representado, uma vez que nenhum documento existe de forma isolada. Sobre isso, todos os achados dos documentos utilizados na pesquisa foram tratados sob a ótica do referencial teórico que trazia as três temáticas já referidas: inovação social, organizações da sociedade civil e racionalidade substantiva.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Os dados coletados foram analisados e interpretados por meio da análise de conteúdo. A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016) consiste no emprego de técnicas de análise das comunicações e informações com a intenção de identificar o que foi dito a respeito de um determinado tema com base na fala do pesquisado. Isso permite que o pesquisador identifique aspectos subjacentes explicitados pelos respondentes e que não aparece com clareza nas mensagens. Entretanto, existe a necessidade de grande cuidado do pesquisador para manter-se isento, sem interferir ou sugerir aspectos não existentes.

Para o emprego da análise de conteúdo, Selltiz et al. (1987) destacam a categorização dos dados torna-se um importante recurso para facilitar o processo de análise dos dados, bem como dar maior consistência aquilo que se consegue capturar. Essa separação dos dados em dimensões estratificadas deve ser feita com base no referencial teórico que suporta a pesquisa e pode ser executada durante toda a etapa de tabulação. Ainda segundo Selltiz et al. (1987) as dimensões de análise são oriundas de um único princípio de classificação, no qual os conjuntos devem ser mutuamente excludentes para gerarem a saturação do tema e o esgotamento do material coletado.

No tocante às categorias de análise utilizadas na elaboração dessa pesquisa, apresenta-se o quadro 12, contendo as mesmas:

Quadro 12 - Categorias de Análise

Categoria	Descritores	Teoria (constructo)	Roteiro de Entrevista
Fundamentos de origem	Aspectos que demonstrem as crenças e valores que motivam as ações da organização, bem como a razão de sua existência.	Organização da sociedade civil	REO 1 REI 1
Novidade	Aspectos que constituam ações novas, que são desenvolvidas de forma não tradicional.	Inovação social	REO 2 REB 2
Formulação e implementação	Aspectos que caracterizam a viabilidade de colocar as ideias em prática.	Inovação social	REO 2 REO 3 REO 9 REI 3 REB 2
Necessidade atendida	Aspectos que caracterizam a existência de demandas a serem atendidas.	Inovação social	REO 1 REO 4 REI 1 REB 1
Eficácia da ação	Aspectos que quantificam o nível de resolubilidade das ações empreendidas	Inovação social	REB 6
Capacidades geradas	Aspectos que indiquem o desenvolvimento de potenciais.	Inovação social	REB 7
Autorrealização	Aspectos que caracterizam a satisfação dos sujeitos através de sua participação.	Racionalidade substantiva	REO 10 REB 6
Entendimento	Aspectos que caracterizam a visão do sujeito, dele próprio e dos outros.	Racionalidade substantiva	REO 6 REI 5 REB 3 REB 4
Julgamento ético	Aspectos que caracterizam a consistência dos atos dos sujeitos com credos do grupo ou da organização.	Racionalidade substantiva	REO 7 REI 4 REB 6
Autenticidade	Aspectos que caracterizam o nível de honestidade e integridade dos sujeitos quando em participação no grupo ou organização.	Racionalidade substantiva	REO 8
Valores emancipatórios	Aspectos que caracterizam o compartilhamento de credo e valores que desenvolvam não só o grupo, mas também o sujeito.	Racionalidade substantiva	REO 5 REO 10 REI 2 REI 5 REB 5 REB 6

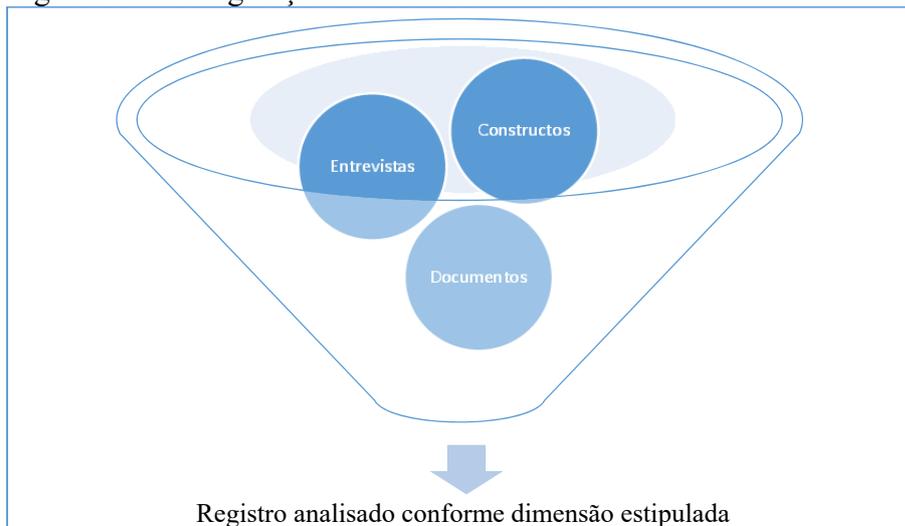
Fonte: Elaboração do autor com base em Caulier-Grice *et al.* (2012); Tardif e Harrisson (2005); Martins, Cruz e Bach (2021); Código Civil Brasileiro (2021); Weber (2009); Ramos (1989); Serva (1993)

Como a coleta de dados contou com três roteiros de entrevistas distintos, para situar a qual roteiro pertence a questão numerada, utilizou-se as siglas a seguir para essa identificação:

- a) REO: Roteiro Entrevista Organização
- b) REI: Roteiro Entrevista Investidor
- c) REB: Roteiro Entrevista Beneficiário

Na busca por consistência dos dados analisados, também foi utilizada a triangulação entre as fontes bibliográficas, documentais e entrevistas realizadas. A triangulação é uma técnica que possibilita validar as informações e eliminar o risco de geração de viés do pesquisador na interpretação dos dados, pois os mesmos são analisados por diferentes ângulos, conforme figura 12, a seguir apresentada.

Figura 12 - Triangulação de Dados Analisados



Fonte: Elaboração do autor (2023)

Conforme verifica-se na figura 12, o registro da análise final somente é considerado se validado pela técnica de triangulação, onde os documentos da organização e o referencial teórico da pesquisa serão utilizados para confrontar os dados obtidos na pesquisa de campo. Contudo, ao referir um registro como validado, isso não significa que ele tenha que ser obrigatoriamente resultante da convergência entre todos os instrumentos utilizados, ou seja não implica na inutilização do registro, podendo o mesmo ser mencionado na pesquisa para apontar eventuais discrepâncias visualizadas nos dados coletados e ampliar discussões ou

novas possibilidades de interpretação. Por isso, Cho e Trent (2006) ressaltam que ao usar a triangulação, o pesquisador poderá ter uma visão mais consistente dos dados e por consequência gerar maior confiabilidade na pesquisa efetuada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nessa seção passa-se a expor a análise dos dados coletados, de acordo com as categorias definidas no quadro 12, naquela ordem, que subsidiam a construção desta tese.

4.1 FUNDAMENTOS DE ORIGEM

Embora com status de cidade turística, reconhecida pelo Ministério do Turismo (2023), como destino turístico inteligente em transformação e capital de um dos Estados mais desenvolvidos da federação (IBGE, 2021), Florianópolis revela diversas demandas sociais. Isso consiste em um dos fatores motivadores para que a sociedade civil se organize na tentativa de amenizar os impactos decorrentes de problemas sociais diversos, fazendo emergir ações ou iniciativas que possuem características compatíveis com Inovação Social. Segundo dados do Observatório de Inovação Social de Florianópolis – OBISF (2023), em um mapeamento efetuado nos últimos cinco anos, evidencia-se um expressivo crescimento dessas ações, conforme apresenta-se na tabela que segue:

Tabela 2 - Evolução de Iniciativas de Inovação Social em Florianópolis⁴

Tipos	JUN - 2017	DEZ - 2018	FEV - 2020	FEV - 2021	FEV - 2022
Iniciativas Mapeadas	62	181	194	370 (42 ativas)	378 (51 ativas)
Iniciativas Observadas	19	86	135	152	215
Iniciativas Cadastradas e Ativas	81	267	328	480	542
Atores de Suporte Cadastrados	124	215	239	422	486
Total geral de Registros	205	502	569	944	1079

Fonte: OBISF (2023)

Essas iniciativas são operacionalizadas por diversas organizações, muitas delas informais e não registradas, chamadas também de “coletivos”, que se articulam em bairros

⁴ Os dados relativos ao ano de 2019 não foram disponibilizados na publicação. Os anos em referência na tabela não apresentam números de meses equivalentes e sim o ano do levantamento.

sob a modalidade de grupos de estudos, associações de moradores, praticantes de determinados esportes, grupos religiosos, agremiações em escolas, entre outras. Mas também por organizações constituídas legalmente, dentro dos critérios estabelecidos pelo marco regulatório do terceiro setor, nas suas cinco tipologias possíveis.

Nesse sentido, conforme vistas aos seus documentos constitucionais, disponíveis em plataformas de domínio público, tanto o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM quanto o Instituto Padre Vilson Groh – IVG estão em consonância com as tipologias legais, enquadrando-se como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atendendo ainda conceituação definida pelo Código Civil Brasileiro (2002), bem como os requisitos lá dispostos. Ainda no tocante aos aspectos legais, embora o ICOM se intitule como uma fundação social, a organização não preenche o requisito básico para atuar sob essa tipologia legal ainda em regulamentação, que seria o patrimônio de um instituidor. Ademais nas falas dos entrevistados, apresentadas a seguir, também percebe-se alinhamento das duas organizações estudadas com aquilo que se define no marco regulatório do terceiro setor, conforme segue:

“Eu acho que o ICOM, assim como as outras organizações, pela certeza de que é preciso ter uma sociedade civil organizada forte, atuante, que é complementar ao Estado e complementar à iniciativa privada. Existe uma série de externalidades, uma série de gaps, de interfaces que nem o Estado nem iniciativa privada conseguem ou querem atuar. E uma sociedade civil organizada e forte tem condição de estar atuando” (ICO 5, 2023).

“A gente tem bem claro a nossa missão, que é construir pontes entre centro e periferia. Então é o que a gente faz o tempo todo né, enquanto instituto. Mostrar ao empresariado as necessidades; olhar para o território e ver as necessidades e gerar oportunidades. Então a gente vem nesses 11 anos de instituto fazendo o tempo inteiro isso. O que esse território necessita e quem se pode trazer para que venha acontecer essa transformação dentro das comunidades? Então todo o olhar que se tem no território, se vê as dificuldades, as necessidades e, então, a gente vai mapeando, transformando em projetos e buscando parceiros” (IVO 1, 2023).

Tendo como legado deixado pelo Estado, através dos diversos governos e governantes, no que tange às necessidades dos menos favorecidos, ou seja, a maioria da população brasileira, fica bem colocado nos relatos acima transcritos, que a sociedade civil organizada deve atuar em complementariedade com o Estado, de modo que possam construir alternativas conjuntas que atenuem os problemas sociais e prospectem um novo cenário. Para tanto, não se exclui o papel do mercado nem se demoniza o capital/economia, tratando esta estrutura como um importante parceiro para viabilizar a nova realidade social desejada. Promover ações transformadoras e de impacto social em que as pessoas menos favorecidas estejam no centro

das preocupações das políticas governamentais e estratégias de mercado, segundo Thompson (2000) integram o desafio das organizações da sociedade civil. Ao reconhecer que a estrutura do Estado é menos flexível do que a do mercado, vê-se na lei do marco regulatório um aliado para reconhecer as organizações da sociedade civil como parceiras de atuação em projetos sociais. Já o mercado, em certos momentos, com uma estrutura ou regramento mais flexível, tende a responder às questões sociais. Com as transformações institucionais e sociais das últimas décadas, percebe-se que as ações estatais que visam combater problemas sociais estruturais, tais como a miséria, a insegurança, a má educação, a falta de assistência a saúde integral, etc. não podem prescindir das parcerias com a iniciativa privada e com as organizações da sociedade civil, ao que asseveram os entrevistados a seguir quanto ao protagonismo das duas organizações sociais nos territórios em que agem:

“O ICOM surgiu para estimular uma cultura de doação a nível local. Ele veio para articular os diversos atores do campo social. Ele surge com uma demanda, também de fortalecer as organizações de base comunitária. Eu acho que são as três razões: primeiro de articular os atores locais; segundo de estimular uma cultura de doação e fortalecer as organizações de base comunitária. Essas são algumas razões que fazem o surgimento do ICOM” (ICO 1, 2023).

“Na minha visão o ICOM existe para responder aos desafios da comunidade nas diferentes áreas. Também surge para produzir conhecimento sobre o território e a partir dessa produção de conhecimento, orientar os trabalhos na própria comunidade. Mas eu vejo como motivo principal de sua existência: responder aos desafios sociais que tem na nossa comunidade” (ICO 2, 2023).

“Uma organização tem que existir para fazer algo de mobilizador dentro do processo que se coloca né. Acho que o IVG existe nesse sentido, de trazer a tona toda potencialidade, desde as pessoas que estão no território, que constroem isso conosco, até ao nível das organizações, porque esse trabalho em rede que a gente realiza é algo muito inovador, a meu ver. Dentro da nossa missão está a questão da gente buscar o florescimento comunitário, de buscar a solidariedade estrutural e acho que ela começa a partir do momento em que o próprio IVG é uma organização que tem os seus projetos, que tem os seus programas, mas a partir do momento que esses programas são pensados para se desenvolver em rede, então já tem uma solidariedade logo nessa largada. E acho que esse movimento de “com” está dentro do que o padre fala: construção de pontes. E quando a gente constrói “com”, a gente tem essa proximidade, essa leitura de vivência, esse processo de saber realmente que não é uma iniciativa para apenas uma comunidade, mas uma iniciativa que tenha presença, participação, que tenha um processo de construção de algo. Então acho que o motivo de existência, da razão de ser do IVG é essa, de ser esse farol dentro do processo das comunidades onde a gente está, tanto para as comunidades, quanto para os nossos projetos e para as organizações da rede” (IVO 2, 2023).

Através dos relatos dos entrevistados supra transcritos, evidencia-se que ambas organizações possuem clareza quanto aos aspectos que envolvem sua constituição e atuação, bem como do espaço em que uma organização da sociedade civil pode ocupar, destacando-se

como similaridade nos discursos, a construção coletiva através da interface com setor público e privado para promover desenvolvimento social das comunidades em que atuam. Tal clareza corrobora na construção da credibilidade das organizações aqui estudadas, uma vez que não encontra-se declarações antagônicas dos gestores com aquilo que é registrado nos documentos constitucionais já referidos, sugerindo aos parceiros, investidores e beneficiários um grau de franqueza e transparência. Esses aspectos (consistência entre discurso e prática, credibilidade e transparência) tendem a facilitar a mobilização dos diversos atores dos territórios em que atuam as duas organizações, pois possibilitam enxergar a materialização das ideias que os atraíram, ao que se exemplifica com o relato feito por uma empresa parceira no relatório social de uma das organizações aqui tratadas: “apoiar causas que geram impactos positivos no mundo faz parte de nossa essência. [...] por isso temos orgulho de colaborar com atividades que buscam um futuro melhor para as comunidades empobrecidas da grande Florianópolis” (IVG, 2023).

Entretanto, de forma geral, não é raro encontrar organizações sociais de “fachada” que servem a diversos objetivos dissonantes de seus propósitos e que na prática não geram nenhum impacto social. Isso, na visão Barros e Chacon dos Santos (2010) é um ponto pelo qual surgem frequentes questionamentos relacionados às reais intenções de uma organização da sociedade civil.

Retornando a visão dos entrevistados ICO 1, ICO 2, IVO 2, tal nitidez lhes permite atuar dentro de situações delimitadas, estruturadas, de acordo com seus propósitos e sem a pretensão de resolver de modo absoluto os problemas sociais do território, mas empregar esforços em causas concretas que geram ações efetivas. Desse modo, suas iniciativas são executadas para produzir um comportamento voltado para a coletividade e solução de demandas dos menos favorecidos, ao que defende França Filho (2001) que seria um fracasso da humanidade deixar essas questões caminharem as margens da sociedade. Também o reconhecimento das dificuldades do mercado e do Estado para atender essas diversas demandas sociais vai ao encontro das afirmações de Salamon (1994) e Drucker (2006) no sentido de que as falhas no desempenho desses entes serviram de motivação ao longo do tempo para que a sociedade civil se organize, saindo de uma condição de conformismo.

Pelo exposto, é possível afirmar que as organizações da sociedade civil possuem elevada inclinação para realizar ações que se configuram em inovação social, uma vez que tratam das demandas sociais e precisam, na ampla maioria dessas ações, buscar modalidades não corriqueiras ou usuais, que apliquem certo nível de criatividade, gerando incrementos nos

processos que desdobram suas estratégias. Essa afirmação encontra sustentação em Thompson (2000), o qual defende forte conexão da sociedade civil organizada com os aspectos preconizados pela inovação social, uma vez que grande parte de suas iniciativas (pensar e agir socialmente) constituem-se de alternativas que convergem para o desenvolvimento de processos e produtos inclusivos que oportunizam o bem-estar comum. Essa conexão aponta para a capacidade que essas organizações possuem em fazer interface com os setores público (subsidiando informações sobre o território que podem fornecer insights para estabelecimento de políticas públicas) e privado (redirecionamento de produtos e serviços), ofertando arranjos diversos para solução ou atenuação de problemas sociais. Sendo assim, dentro de seu foco de atuação ICOM (apoiar a organização e estruturação de outras organizações da sociedade civil) e IVG (reduzir desigualdades através da educação) as organizações pesquisadas tem em comum uma atuação que trata de problemas sociais complexos, que se materializa por meio de alternativas não convencionais, as quais vão sendo construídas conforme as realidades se apresentam e se modificam.

4.2 NOVIDADE

Nesta categoria buscou-se avaliar as ações das organizações objeto de estudo quanto aos aspectos não convencionais, embora não necessariamente originais e exclusivos, mas que fujam do “lugar comum”, pois conforme Caulier-Grice et al. (2012) não há necessidade de que a ação empreendida seja totalmente única ou original, admitindo-se que as inovações sociais podem representar uma novidade mesmo quando o novo é algo incremental ao que já se conhece. Isso ratifica que as inovações sociais não representam algo jamais feito anteriormente, admitindo-se que pequenas modificações na forma de agir para o social podem anunciar resultados mais amplos e satisfatórios para uma comunidade específica ou para toda a sociedade.

Diante disso, as ações do ICOM trazem novidade na forma em que estão estruturadas, pois eles não atuam na ponta como executores dos projetos (como grande parte dos operadores do terceiro setor) e sim instrumentalizam os atores locais para agirem de acordo com suas necessidades. Conforme entrevistado a seguir:

“[...] O ICOM atua em três pilares: a) formação de conhecimento, então a gente faz pesquisas, estudos, relatórios e mapeamento georeferenciado em temas de utilidades

pública, sempre tentando identificar uma temática que seja de interesse coletivo, abordando quais os desafios e oportunidades que envolvem esta temática, quem são os atores e organizações sociais na esfera pública e privada que já atuam sobre essa temática, buscando apontar quais são os caminhos para poder solucionar ou mitigar esse problema; b) no segundo pilar a gente trabalha com apoio e fortalecimento de outras organizações da sociedade civil, pois o ICOM não tem interesse em ser executor na ponta. A gente quer fortalecer outras organizações que tem toda legitimidade, que já estão na ponta há muito tempo, trabalhando na base, nas comunidades; c) no terceiro pilar a gente apoia, fomenta e está sempre incentivando a cultura da doação, do investimento social privado. A gente entende que é fundamental que a sociedade como um todo (empresas e pessoas físicas) se envolvam e doem para causas de interesse social. Então a gente acredita que não é só o Estado que tem que manter um orçamento muito bem amarrado, muito bem direcionado e priorizado para causas de interesse público e social, mas a sociedade civil deve complementar esses investimentos via doação pessoa física, doação pessoa jurídica numa linha de cultura de doação” (ICO 5, 2023).

Para exemplificar esta atuação do ICOM como viabilizadora de realizações por outras organizações e movimentos sociais, sem atender de forma direta o beneficiário final, apresenta-se o registro em seu website (2023), conforme figura 13, a seguir, do encontro realizado com uma comunidade localizada na cidade de Palhoça (Grande Florianópolis). O encontro teve como objetivo estimular reflexões sobre as possibilidades e necessidades encontradas pelos movimentos e organizações locais para promover o desenvolvimento do bairro, que é considerado pelos registros governamentais como um bairro que apresenta vulnerabilidades em quase todas as áreas, inclusive saneamento básico, sendo habitado por um número expressivo da população.

Figura 13 - Café da Manhã no Frei Damião - ICOM



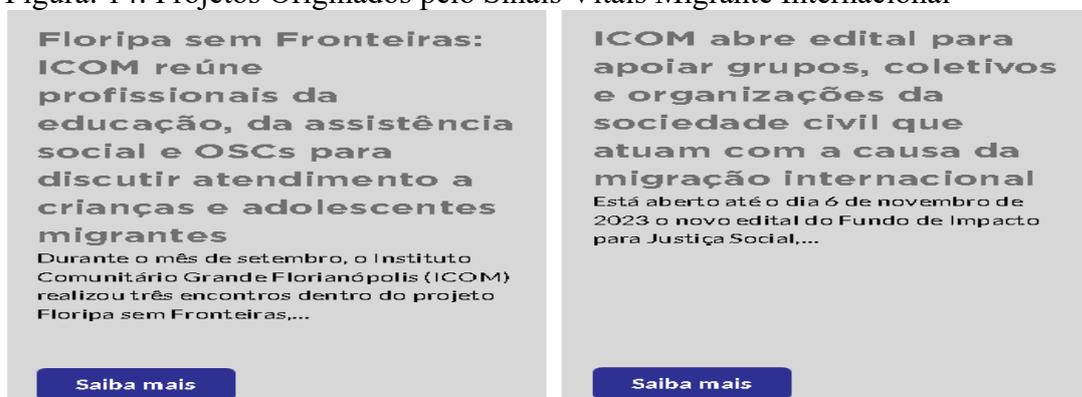
Fonte: ICOM (2023)

Devido aos problemas enfrentados pelas fortes chuvas que afetaram a região, tornando mais difícil a vida daqueles que lá residem, o evento trazia como slogan “e quando a água baixar?”, convidando os representantes daquela comunidade a discutirem os apoios

necessários do ICOM para que pudessem realizar seus projetos e atender ao beneficiário final. Para a situação em tela, o ICOM conseguiu mobilizar R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais), por meio da criação de um fundo, recursos estes que foram disponibilizados para que cada movimento lá existente executasse suas ações na “ponta”. O problema gerado pelas chuvas é recorrente na região, mas ao abordar tal situação de uma forma colegiada, discutida com aqueles que estão à frente da comunidade, as ações do ICOM revestem-se de inovação social, pois segundo Godin (2012), o ICOM está abordando velhos problemas de forma inovadora, diferente, não usual, instrumentalizando as lideranças locais para que possam agir de modo autônomo (de acordo com seus propósitos) para reduzir ou anemizar os impactos gerados por problemas sociais estruturais.

O mapeamento georeferenciado, citado pelo entrevistado ICO 5, consiste de um estudo que promove novidade incremental, pois ele subsidia vários programas da organização ao dar por conhecer as necessidades e desafios da sociedade, apontando dados e fatos sobre os quais se pode atuar. Com essas informações, os projetos passam a ser desenvolvidos considerando novas abordagens, formatos, modalidades e métodos, mobilizando recursos de forma não usual, o que vai na linha defendida por Goldenberg (2004) de que as inovações sociais devem tratar os desafios econômicos e sociais considerando novas formas de fazer, incluindo sistemas de tomada de decisão e produção. Para exemplificar o que se desdobra desse mapeamento realizado pelo ICOM, apresenta-se a seguir, na figura 14, dois projetos originados a partir do diagnóstico produzido sobre os impactos sociais relacionados ao migrante internacional na Grande Florianópolis.

Figura: 14: Projetos Originados pelo Sinais Vitais Migrante Internacional



Fonte: ICOM (2023)

Aqui exemplifica-se ainda a novidade existente na atuação do ICOM, pois ela poderia, a partir dos dados coletados no diagnóstico, operacionalizar ações aos beneficiários finais,

mas ao invés disso ela convida as organizações que já estão trabalhando nesta causa, devido aos impactos causados por este fenômeno nas comunidades em que elas atuam e instrumentaliza-as com recursos e informações, sem prescindir de instrumentos de controle que permitam ao ICOM visualizar a transformação social pretendida.

Em se tratando das ações do IVG, embora estejam estruturadas predominantemente sob o viés da educação, existe a necessidade de tratar tudo aquilo que é necessário ou coadjuvante para que os objetivos dos projetos sejam alcançados, por isso no relato dos entrevistados a seguir, aparece com expressividade a atuação em rede, ou seja a mobilização de diversos atores para dar a assistência que cada um dos projetos precisa:

“[...] Nosso processo central é a atuação em rede voltada para educação e assistência. Então se vamos discutir incidência, vamos trazer os assistentes sociais, os psicólogos, vamos discutir temáticas que são importantes e com isso tentar junto aos órgãos públicos e aos fóruns transformar isso em benefícios, em novas políticas públicas, que vai atender determinada demanda. Então a gente sempre olha na formação dos profissionais da rede e também nesse alinhamento da rede para determinados temas né: na questão pedagógica, o que que a gente pode trazer de novo junto com as universidades para a formação dos nossos coordenadores pedagógicos, que vai impactar na formação dos educadores das organizações, que vai chegar na ponta, na execução do trabalho desses educadores com as crianças, adolescentes e jovens, que é a clientela principal que a gente atende. Então, sempre trabalhando na formação continuada das organizações da rede, que são 8 organizações ao todo: 2 escolas de educação formal, 3 trabalhando com serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, trabalhando também com educação infantil, trabalhando com casa de acolhimento, com formação profissional e encaminhamento para mercado de trabalho e também uma outra que assessora diretamente duas escolas na África com o papel de assessoramento pedagógico, intercâmbio de profissionais de lá para fazer mestrado, doutorado e até graduação aqui no Brasil e depois retornar para poder contribuir na formação dos profissionais de lá e também com a parte de alimentação e material pedagógico. Além do assessoramento às organizações com a questão jurídica, de planejamento estratégico, de captação de recursos, nessa linha incidência pedagógica, gestão, inovação e tudo mais, a gente também tem os programas próprios. Como os programas educacionais municipais e estaduais visam atender os jovens até os 14 anos, essa é a idade de risco, pois eles não são mais “problemas” do Estado e a gente precisa pensar em possibilidades para eles, como pré-vestibular, programa de bolsas, qualificação e inserção no mercado de trabalho [...]” (IVO 1, 2023).

Pelo exposto a categoria novidade na atuação do IVG consiste nessa atuação em rede de forma incremental, ou seja os atores vão sendo mobilizados na medida em que as situações ou demandas vão se apresentando, sendo estas discutidas e avaliadas com profissionais das áreas específicas e parcerias públicas e privadas. Embora o acesso à educação faça parte das garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, estando assegurado em seu artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa,

seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), seus desdobramentos práticos aparecem na fala do entrevistado IVO 1, quando refere que após certa idade, as responsabilidades do Estado cessam nas duas esferas (municipal e estadual) deixando o sujeito sem segurança para alcançar um estado de desenvolvimento, tendo em vista que ao pertencer à comunidades vulneráveis, na grande maioria das vezes esse jovem não possui rede de suporte, além de legalmente estar impedido de acesso formal ao mercado de trabalho. Tal relato caracteriza a novidade nas ações do IVG, que implementa ações para beneficiários finais, provendo rede de suporte para que ele continue tendo acesso a educação. Ao falar em suporte, o entrevistado refere-se a tudo que é necessário para que este sujeito consiga adquirir capacidades por intermédio da educação, as quais promovam a mudança de sua realidade social (auxílio para alimentação, para que ele não tenha que buscar fonte de renda na informalidade; reforço para letramento, o que inibe o analfabetismo funcional; fortalecimento de vínculo e convivência, que permite que além de estudar ele faça parte de um grupo que se importa com ele e atua como extensão da família; entre outros).

Embora as organizações pesquisadas busquem amenizar as inequidades sociais através de suas ações, elas mobilizam os diversos atores envolvidos nas suas causas centrais de forma diferentes, pois uma não atua na execução final e outra atua. Entretanto elas convergem quando estruturam as informações necessárias para dar prosseguimento em seus projetos. O ICOM tem aperfeiçoado isso através da elaboração de um mapeamento de tudo aquilo que envolve a temática norteadora das ações anuais, o qual chamam de sinais vitais. Já o IVG utiliza-se da atuação em Grupos de Trabalho – GT, discutindo com profissionais das áreas de educação e suporte a educação, bem como integrantes do mercado, governo e sociedade. Em alguns momentos o IVG já utilizou-se de informações constantes no anuário sinais vitais do ICOM. Inclusive o relatório sinais vitais que trazia como temática o jovem e o mercado de trabalho, trouxe informações sobre a existência de um déficit de mão de obra para empresas de tecnologia, enquanto que se registra um excedente de jovens sem acesso ao mercado de trabalho. Essas informações possibilitaram ao ICOM elaborar o projeto TecTrampo, o qual aproximou empresas e os jovens por intermédio de parceiros que viabilizaram a capacitação destes jovens, de modo que pudessem ter acesso a esse mercado. A seguir, na figura 15, registro por imagem da formatura de uma das turmas do projeto TecTrampo:

Figura 15 - Formatura Turma Projeto TecTrampo - ICOM



Fonte: ICOM (2023)

No mesmo contexto da tecnologia e do mapeamento do jovem e o mercado de trabalho, o IVG vem buscando parceiros para a implantação dos centros de inovação, que também tem esse viés de formação na área de tecnologia para absorção pelo mercado ou estimular ao empreendedorismo. Contudo, ainda com poucos recursos estruturais, O IVG também operacionaliza projeto semelhante na área de tecnologia, denominado PodeCrer, que através do repensar o futuro da educação, do trabalho e da sociedade, capacita os jovens, potencializando suas habilidades, especialmente no campo da tecnologia. No registro que segue, figura 16, verifica-se também a conclusão de uma turma deste projeto, que a partir daquele evento já tem sua força de trabalho absorvida pelo mercado.

Figura 16 - Formatura Programa PodeCrer do Centro de Inovação Social do IVG



Fonte: IVG (2023)

Ao analisar os discursos coletados dos entrevistados ICO 5 e IVO 1, já apresentados, percebe-se que na prática a dimensão novidade caminha junto com a teoria, pois as organizações pesquisadas abordam as questões sociais de forma abrangente, lançando mão de toda sorte de recursos que possam proporcionar alguma contribuição para transformar a realidade de uma sociedade, cuidado este ressaltado nas pesquisas de Voorberg; Bekkers; Tummers (2015). A similaridade do que fazem as organizações pesquisadas reside no processo incremental da categoria de análise novidade, pois ambas não trazem ações revolucionárias e sim desdobram estratégias de acordo com as dificuldades que se deparam para cumprirem seus propósitos de transformação social. Através desta categoria, a inovação social, segundo Saucier et al (2007), se conecta às organizações da sociedade civil através das transformações sociais geradas por constantes adaptações nos processos para responder às demandas a que se propõem, uma vez que os diversos atores estão imbuídos para instaurar procedimentos e propor novas orientações que possam mudar as relações sociais e transformar contextos, solucionando ou atenuando necessidades sociais.

4.3 FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Quanto aos aspectos relativos à viabilidade de transformar as ideias em ações no campo social, da vida prática, os projetos desenvolvidos pelas organizações pesquisadas podem ser caracterizados como factíveis de realização. Conforme relato dos entrevistados a seguir apresentados, a formulação e implementação das ações passam por uma deliberação colegiada, o que tende a uma análise mais ampla de cada ação, com a possibilidade de discussão das ideias sob diversos pontos de vistas. Sobre esta prática democrática e dialógica da organização, afirmam os entrevistados:

“[...] As decisões possuem elementos de gestão social muito comuns em organizações da sociedade civil. A tomada de decisão e a participação no ICOM é sempre coletiva. A gente tem processos criativos, de co-criação entre a equipe, então geralmente as decisões são tomadas em equipe [...]” (ICO 1, 2023).

“[...] Acho que é legal trazer as especificidades dos projetos que eu coordeno e que eu coordenei, por exemplo o banco comunitário. O projeto em si surgiu a partir de uma proposta de tomada de decisão coletiva. Então formou-se um conselho deliberativo especialmente para tomar decisão da aplicação de recursos que a gente recebeu na época da pandemia e que foi formado por diferentes profissionais [...]” (ICO 2, 2023).

“[...] A gente tem o Regimento e também o tem o planejamento. No início do ano a gente faz um planejamento estratégico que normalmente fica para ser trabalhado no ano [...]” (ICO 3, 2023).

Analisando as falas dos entrevistados ICO 1, ICO 2 e ICO 3, em que pese a existência de um regimento que norteia alguns ritos, ligados com a razão de ser da organização e que apontam regras básicas de trabalho, o ICOM enaltece a tomada de decisão coletiva quando da implantação e implementação de seus projetos. Portanto ao considerar que não existe um único formato de se chegar ao resultado pretendido, entende que cada participante pode propor reflexões que facilitam a operacionalização das ações. Além disso, essa forma de trabalho tende a gerar maior comprometimento dos envolvidos, pois eles fazem parte daquilo que estão executando, ao que destaca Bignetti (2011) geralmente resultam da participação e cooperação de todos os atores envolvidos na solução de um problema social, os quais emprestam o conhecimento individual para ampliar as possibilidades de sucesso.

No IVG, há similitude, pois utilizam o planejamento estratégico e operacional, com base na participação dos indivíduos na construção de um direcionamento coletivo, possuindo ainda organismos de controle com foco a assegurar que a organização não se desvie de seus propósitos. Isto fica evidente nas respostas dos entrevistados IVO 1 e IVO 2, a seguir transcritas:

“[...] Nós temos uma equipe executiva que se reúne mensalmente para trazer os temas e as decisões no coletivo e depois, as principais demandas são levadas e decididas na reunião de diretoria. Então ela passa pela colegiada que é executiva e depois para apreciação da diretoria que delibera. Como são muitas propostas, muitos parceiros e muitas demandas, tudo isso é analisado para decidir, mas a principal coluna é a justiça social [...]” (IVO 1, 2023).

“[...] A gente tem em termos de equipe um planejamento estratégico, que é revisitado, que a gente senta junto para construir, senta junto para avaliar. Temos reuniões periódicas de equipe. Dentro do IVG como um todo, a gente tem nosso planejamento estratégico e como a gente tem muito essa questão do educacional, então todos os projetos ligados a educação como programa PODECRER, programa de Bolsas (que inclui o pré-vestibular), o projeto Redescoberta, tudo isso sempre tem essa linha de plano de trabalho, do que a gente vai planejar durante o ano e como que depois na metade do ano senta, revisita e verifica o que precisa estar melhorando” (IVO 2, 2023).

Esse modelo de decisões tomadas de forma colegiada é algo mais afeto à estrutura organizacional de organizações da sociedade civil, onde existe maior flexibilidade para linha de comando e menos níveis hierárquicos, ainda que eles sejam formalizados como nas organizações do mercado. Por isso, existe a tendência de maior engajamento das equipes que podem verificar a importância da participação de cada um dentro de cada ação, abrindo portas

para o que seria uma preocupação com as potencialidades dos indivíduos do lado de dentro da organização, uma vez que implementar ações no campo social não é um trabalho para poucos, ao contrário, precisa-se articular muitos atores para que se tenha algum resultado. Atuar com um modelo mais consensado, também precisa de um regramento e um processo, como defendem Mulgan *et al.* (2007), pois a possibilidade de êxito das ações no campo social também dependem de ordenamento sistemático e contínuo, onde também se utilizam diagnósticos e definição de estratégias, ainda que flexíveis diante dos contextos apresentados e recursos existentes.

Contudo, alguns fatores interferem na implementação das ações, especialmente os fatores econômicos e financeiros, pois conforme explica Tachizawa (2007), mesmo não tendo finalidade lucrativa, as organizações da sociedade civil necessitam de recursos para realizar seus objetivos, projetos, bem como administrar a estrutura. Os relatos abaixo ratificam esta perspectiva:

“[...] Sim, levamos em considerações as questões ambientais, pois isso impacta em tudo. Por exemplo, às vezes pensamos em ter uma estrutura maior de profissionais contratados. Hoje alguns consultores são prestadores de serviço para projetos específicos. Mas aí tem essa questão também, da sustentabilidade, da forma de captação para o institucional, porque essa questão econômica vai influenciar em tudo. De repente você tem um investidor que vai olhar e dizer que nesse momento vai parar de investir. Ou tipo, antes eles conseguiram doar para o institucional R\$3.000,00 e vão dizer que vão reduzir para R\$500,00 devido às questões ambientais. Porém os projetos precisam se manter e a estrutura para viabilizar eles também [...]” (ICO 3, 2023).

“[...] Nós somos um pouco tradicional nos investimentos. A gente tem um fundo e esse fundo é respeitado: aplicado e não mexido. Então precisamos fazer a captação e gestão dos recursos que a gente necessita no ano: que ao todo são 26 milhões nas organizações e mais 5 milhões no Instituto. Isso que a gente gira no ano. Sempre sabendo utilizar. Aqui tem uma prática na diretoria que tem que saber gastar, não é só ter o dinheiro. Então a gente tem uma gestão consciente para fazer frente às pressões econômicas, pois elas acabam impactando em alguns projetos e sua abrangência. Um exemplo disso foi uma parceria que a gente teve com a Caixa Econômica Federal que esse ano não deu certo, então tivemos que sair em busca de outros parceiros para viabilizar os projetos. Especialmente com parcerias públicas, de governos que mudam e mudam a forma de olhar, às vezes acham que o projeto está vinculado a gestão anterior, por outro partido e agora com outro cenário você tem que começar tudo novamente. Mas nós não passamos um projeto porque era um partido ou outro e sim porque era uma necessidade real que existe no território. Problemas econômicos afetam nossos parceiros que às vezes precisam reduzir os investimentos conosco ou até parar” (IVO 1, 2023).

Diante disto, se ratifica como uma preocupação constante das organizações da sociedade civil, a possibilidade de descontinuidade dos projetos iniciados, pois questões econômicas tendem a afetar diretamente os parceiros mobilizados para implementação dos

projetos e interromper um projeto sem que se tenha concluído seu objetivo frustrará a esperança depositada nestas organizações pelos beneficiários das ações em curso. Essa insegurança ou fragilidade pode ser constatada no que diz um investidor de uma das organizações: “[...] Inicialmente nosso investimento em organizações sociais era feito com base nas licenças de softwares vendidas. Depois percebemos que poderíamos ampliar e passamos a fazer aportes trimestrais, cujos valores variam de acordo com nossa capacidade orçamentária e conjuntura econômica” (ICI 1, 2023). Por este relato percebe-se que existe oscilação nos aportes de parcerias, que pode ser positivo pela ampliação, mas também negativo, quando este parceiro é afetado por questões ambientais (mercado, política e economia).

A esfera da implementação também é percebida pelos beneficiários ICB 1, IVB 1, IVB 2, IVB 3 e IVB 4, especialmente quando relatam a forma como tomaram conhecimento da existência da organização e seus projetos. Diferentes contextos e formas de abordagem permitiram o conhecimento e a aproximação dos projetos e seus beneficiários, ao que se exemplifica nas falas:

“[...] Foi pelo diretor da escola dos meus filhos. Eu fui deixar eles na escola e ele falou um pouco do projeto. Tinham alguns cartazes e ele falou, ó mãe, te inscreve. Vai que é algo que possa ajudar futuramente, não custa participar. Eu acabei participando e passando em todas as etapas para conseguir a bolsa. Depois foi engraçado, porque no primeiro dia do curso eu fiquei com medo por ser mãe, por ter uma experiência de vida mais amadurecida, por já ter um ponto de vista um pouco diferente, mas foi muito legal” (ICB 1, 2023).

“[...] Por intermédio de uma amiga que já tinha participado do IVG. Ela participou dois anos antes de mim e inclusive já é formada em medicina. Depois que a gente sabe que existem essas oportunidades acaba percebendo mais onde são feitas as divulgações. Eles já divulgaram em noticiários, como jornal do almoço e outros. Até eu mesma já participei destas divulgações, gravando entrevista para eles divulgarem que o cursinho ia abrir vagas. Mas o boca a boca é mais forte mesmo. O projeto dos bolsistas a gente também até as escolas divulgar e explicar como funciona. O projeto agora tem monitores, dois turnos de cursinho, então a gente sabe como é bom” (IVB 3, 2023).

Os relatos supra citados demonstram outras formas utilizadas pelas organizações sociais pesquisadas para auxiliar na implementação de seus projetos, que se originam de experiências vividas por quem já se beneficiou diretamente dos projetos ou pela credibilidade que essas organizações possuem junto a sociedade, que observou em algum momento, as mudanças sociais por elas realizadas. Isto denota o protagonismo das duas organizações em responder aos desafios sociais do território em que atuam, especialmente do que tange a

oportunizar ao ser humano a emancipação de ideias, a inclusão social e a geração de renda (CAJAIBA-SANTANA, 2014).

Importante destacar que a formulação é uma etapa das inovações sociais, enquanto que a implementação é outra, embora estejam sendo analisadas como uma única categoria. Nas organizações sociais analisadas, a formulação é efetivada com certa facilidade, dado o caráter de construção coletiva que predomina em ambas. Por outro lado, a etapa de implementação possui variáveis que as impactam com intensidades diferentes, pois isso vai depender muito de como estão estruturadas as parcerias e a saúde financeira desses parceiros.

Então, ao analisar os relatos dos entrevistados é possível perceber o que afirmam Howald, Kopp, Schwarz (2015) sobre fatores que podem facilitar a adoção de inovação social, sendo um deles a sinergia entre os diferentes atores envolvidos no processo bem como suas convicções de que é possível transformar a realidade social. Então esses fatores ensejam adoção de alternativas para as externalidades enfrentadas e conectam as ações formuladas e implementadas pelas duas organizações aqui tratadas às premissas de inovação social.

4.4 NECESSIDADE ATENDIDA

A categoria de análise necessidade atendida visa avaliar se a inovação social que está em execução atende uma demanda da sociedade, pois segundo Mulgan, Tucker, Ali (2007), a inovação social tem como foco a resolução de um problema social ou os impactos por ele causados. Isto ratifica a preocupação manifestada por Barros e Chacon dos Santos (2010) no sentido dos reais propósitos do que fazem as organizações da sociedade civil, ou seja, o questionamento sobre as reais intenções dessas organizações e a dimensão dos impactos que produzem. Então, a real existência de um problema social a ser atendido também legitima a atuação das duas organizações pesquisadas, tendo em vista como exemplo, o Plano Municipal de Assistência Social de Florianópolis, com vigência do ano de 2022 à 2025, que aponta indicadores de vulnerabilidade social e ações planejadas pela Secretaria de Assistência Social do Município para enfrentá-los (FLORIANÓPOLIS, 2023). Estes indicadores mostram para demandas sociais relacionadas à diversas causas, ao que se destaca: promoção integral da criança adolescente, mulher e idoso; combate a fome e a violência; acesso a educação de qualidade e habitação; assistência a pessoa em situação de rua; inclusão de portadores de necessidades especiais e da população migrante. Com reconhecimento dessas necessidades a serem atendidas, a atuação conjunta do ICOM e IVG com o poder público se materializa com

diversas ações em parceria, ao que se exemplifica nos projetos público-privado, denominados Bairro Educador e Floripa Social.

Também a esse respeito fica evidente a preocupação de ambas organizações para atender necessidades sociais reais, especialmente quando produzem os relatórios de diagnósticos e as linhas temáticas, sendo inclusive em uma delas, a produção deste diagnóstico algo tão amplo, que se denomina de sinais vitais e que direcionam os planos de trabalhos e busca de parcerias da organização.

A seguir, relatos de alguns beneficiários que corroboram com a satisfação dessa categoria de análise nas ações das organizações pesquisadas, quando perguntados sobre os impactos causados pelos projetos na vida deles:

“Olha no começo foi de desespero, vontade de desistir, tipo isso não é pra mim. Porque pra quem nunca imaginou entrar na área, é algo muito complexo, conforme tu vais aprendendo, isso instiga mais a pessoa a se aprofundar. Desde que eu terminei o curso, na metade do mesmo eu já ingressei no estágio na Involves e isso ajudou muito porque eu saí daquela bolha que eu tinha e foi para uma bolha maior ainda e me deu mais vontade de aprender coisas novas. Então o projeto foi algo que me fez crescer muito” (ICB 1, 2023).

“Eu comecei no programa Rito de Passagem no Centro Cultural Escrava Anastácia, tentando conseguir emprego, que era o que eles faziam na época. Saí porque eu já tinha conseguido emprego por fora. Depois eu voltei pelo projeto PODECRER. Do PODECRER eu conheci o pré-vestibular e daí eu fiz o pré-vestibular com eles e depois do pré-vestibular eu passei na UFSC, em Ciências Contábeis e hoje eu sou bolsista do IVG. Já estou na terceira fase do curso, no período noturno. Então, na verdade ter participado desses projetos teve muito impacto na minha vida. Eu era bem tímida, não falava muito e tudo mais. Aprendi a me comunicar bem mais no projeto PODECRER. Teve um tempo em que me chamavam para fazer entrevistas: falar sobre o projeto, então quando ela me falaram para te ajudar eu disse claro, porque eu já fiz isso outras vezes. Então querendo ou não eu gosto muito do projeto não porque ajudou somente eu, mas ajuda muito as pessoas a se comunicarem e conhecer ambientes diferentes, pessoas diferentes” (IVB 1, 2023).

Aprender novos conhecimentos, obter capacitação profissional e construir uma identidade social (estudante, profissional, cidadão, etc.) caracterizam o tipo de impacto gerado e portanto, de alternativas que inovam socialmente. A necessidade atendida passa pela geração de pertencimento à vida social, científica, econômica e política das pessoas que vivem a condição de maior vulnerabilidade social, ao que se destacam os relatos que seguem:

“Eu comecei no IVG na verdade em 2016, assim que eu saí do terceirão. Eu já queria medicina né e eu não passei no vestibular naquela época. Então, como eu não tinha como financiar um cursinho particular, uma colega me indicou o IVG. Então o IVG entrou na minha vida lá em 2017, por meio do curso disponibilizado por eles de pré-vestibular. E esse curso foi então a minha porta de entrada no IVG. O projeto, ou seja o curso pré-vestibular foi fundamental para minha aprovação no vestibular para

o curso de medicina que eu queria. Eu fiz dois anos de cursinho no IVG e depois que eu passei para ingressar na faculdade, aí eu comecei no projeto de bolsas universitárias: projeto para receber ajuda de custo para financiar os gastos da faculdade, como transporte, alimentação, material, pois por ser uma faculdade integral, essa parte pesa bastante. E essa bolsa deu uma boa ajuda, pois estou pagando minha formatura: me formo agora no final do ano. Sempre consegui participar de tudo dentro da faculdade e o que precisava ser pago eu consegui por causa dessa bolsa. Então os resultados mostram o impacto que é, que foi, que está sendo o IVG na minha vida” (IVB 3, 2023).

“O impacto disso na minha vida foi uma mudança de perspectiva real, pois a maioria dos meus amigos de infância, que não tiveram as mesmas oportunidades que eu, nessas linhas de formação, morreram. Eu e meu irmão participamos. Hoje meu irmão é professor de história, cursou faculdade. Então a gente foi resgatado através de ter tido esta oportunidade nesse espaço de contra turno e isso mudou nossa perspectiva familiar também, pois meus pais se envolveram nos projetos como forma de gratidão. Meu pai foi voluntário no IVG e minha mãe também. Minha mãe é professora e meu pai cozinheiro. Eles contribuíram da forma que eles conseguiram ajudar e isso mudou muito nossa perspectiva familiar e essa perspectiva de ter um futuro né, porque se eu fosse na mesma onda dos meus amigos, hoje eu não estaria aqui. Então é realmente uma mudança de realidade” (IVB 4, 2023).

Pelo exposto, evidencia-se que as necessidades dos beneficiários foram atendidas, incluindo aquelas que nem mesmo eles tinham clareza da existência, pois quando se está inserido em um contexto considerado único, tido como normal e esperado, pode ficar difícil a percepção de outras possibilidades de se enxergar o mundo. Então, esse dar-se conta de necessidades não atendidas também é o papel integrativo das inovações sociais, pois como destacam Schroder e Kruger (2019), a inovação social, especialmente sob esta categoria de necessidades atendidas, traz consigo uma mudança de mentalidade e com isso a percepção do direito a ter direitos e a pretensão de poder agir socialmente. Assim, as inovações sociais acontecem como afirmação e materialização de direitos.

Tal condição revela conexão assertiva entre a verificação da necessidade e a formulação e implementação dos projetos, levando a crer que as organizações cumprem com o papel que se dispõem. Tais constatações demonstram a importância daquilo que é desenvolvido pelas organizações, pois conforme destacam Murray *et al.* (2010) as inovações sociais se efetivam quando há predominância de um problema ou demanda social sem atendimento ou atendidas parcialmente com resultados diferentes do que se espera ou deseja. Ao atender essas demandas, ainda segundo Murray *et al.* (2010), as iniciativas acabam por criar novas relações de colaboração social e aumentam a capacidade de agir da sociedade. Isto na concepção de Bignetti (2011) pode gerar soluções novas para problemas antigos, com maior probabilidade de serem duradouras.

4.5 EFICÁCIA DA AÇÃO

A categoria eficácia da ação trata de questões relacionadas à resolubilidade gerada pelas inovações sociais, ao que destacam Voorberg; Bekkers; Tummers (2015), quanto ao papel que as inovações sociais devem ter na transformação da realidade social de uma comunidade ou sociedade. A realização dessa transformação passa por ações efetivas que contribuam para mudança do comportamento social. Por isso, esta categoria de análise pode ser considerada uma extensão da categoria necessidade atendida. Isso porque não faria sentido tomar ações para o enfrentamento de questões sociais sem efetuar comparação entre os dois contextos: antes e depois.

Nesse sentido, os instrumentos de gestão utilizados pelas duas organizações sociais (planejamento, acompanhamento dos objetivos estabelecidos nos projetos, grupos de trabalho e quantitativos em geral), permitem que elas consigam verificar a eficácia daquilo que desenvolvem para atenuar os problemas sociais, ao que corroboram Mulgan *et al.* (2007), quanto a importância de se seguir um processo sistemático, contínuo e ordenado para se efetivar as inovações sociais, pois os benefícios materializam-se de várias formas como indicam os entrevistados ICB 1, IVB 1, IVB 2, IVB 3, IVB 4, a eficácia da ação se materializa como: ampliação da visão de mundo, participação em redes de ação diversas, constituição de uma identidade profissional, empoderamento. Corroborando esta perspectiva, destaca-se as seguintes falas:

“[...] Olha eu digo muito que é o laço que eu tive com algumas pessoas. Eu me conectei com muita gente, mas muita gente mesmo. Não só com o pessoal do curso em si, mas muitas pessoas de fora, de empresas. Passei a ter uma rede de contatos que se tornou ampla e abriu meus horizontes” (ICB 1, 2023).

“Eu era tímida, não falava muito, não conseguia me impor e falar o que eu realmente queria e o que eu queria alcançar. Hoje eu faço aquilo que eu quero e eu sei que eu consigo, eu vou atrás. Então sou totalmente outra pessoa. Hoje eu trabalho através do programa. Trabalho na empresa Koerich: entrei como jovem aprendiz, surgiu uma vaga na minha área, ciências contábeis, fui atrás e agora sou estagiária na contabilidade” (IVB 1, 2023).

“Olha, primeiro, eu consegui ter um sonho que é palpável, ele é um sonho vívido. Vou tentar explicar de uma forma um pouco mais clara: eu poderia dizer que foi o próprio emprego em que eu estou trabalhando, a oportunidade do pré-vestibular ou este tipo de coisa, mas o que realmente eu ganhei de muito valioso é saber que eu posso estar em um lugar. Que esse lugar eu já estou conquistando aos poucos. É ter essa visão que eu posso chegar lá. Isso é muito valioso e foi muito isso que o projeto me deu. Mostraram que eu posso chegar à lugares que eu achava que eu não ia conseguir. Eu não sabia que eu podia trabalhar em uma empresa de tecnologia desse porte. Eu não tinha a menor noção de que eu poderia estar nesses espaços. Então só de saber que eu posso estar nesses lugares, foi a coisa mais valiosa que eu já ganhei.

Hoje eu trabalho na Neoway, empresa de tecnologia, recebo meu vale e meu salário em dia certo e até então eu sempre trabalhei em empregos bem precarizados (garçom, segurança) tudo que sobrasse, que tivesse um freelancer e eu tivesse um tempo eu trabalhava (sem vínculo e sem garantias) e hoje eu estou tendo oportunidade de estudar, de ter uma sala, eu tenho suporte de equipamentos, computadores, eu tenho várias coisas que a empresa me dá suporte e hoje eu consigo trabalhar em uma empresa que é a maior empresa de machine-learning e análise de software da América Latina. Se não fosse o projeto, não teria nem como eu estar aqui” (IVB 2, 2023).

“Entrar na faculdade de medicina e me formar. Na verdade entrar, me manter na faculdade e agora estar me formando” (IVB 3, 2023).

Cientes de que os problemas ou necessidades de cunho social têm uma constituição complexa, pois conforme pesquisa realizada por Foroudi *et al.* (2021) esses problemas envolvem múltiplos fatores e áreas de atuação, seria ingênuo esperar resultados rápidos e construídos de maneira simples. Então verificar a eficácia daquilo que faz a sociedade civil organizada compreende adoção de indicadores não convencionais, que devem ser medidos transversalmente, dado que a sociedade e suas demandas sofrem modificações ao longo do tempo. Portanto, dados os depoimentos, verifica-se que as organizações atendem ao requisito de eficácia nas ações que desenvolvem. Ademais dados dos relatórios sociais das organizações apontam que no ano de 2022 as ações de inovação social, articuladas em rede pelo IVG impactaram diretamente 22.444 pessoas atendidas pelos seus projetos. No mesmo ano, 2022, as ações do ICOM apoiaram ou instrumentalizaram 2.834 organizações que impactaram cerca de 19.000 pessoas (IVG; ICOM, 2022). A eficácia das ações também se verifica no “arrebanhamento” das pessoas impactadas pelos projetos, pois ao materializarem seus sonhos ou novas formas de viver, muitos acabam por integrar um “espiral virtuoso”, com engajamento nas causas sociais, seja via modalidade de voluntariado, pequenos investimentos ou geração de emprego no caso daqueles que conseguiram empreender em algum seguimento via projetos. Isso, sob a ótica de Voorberg; Bekkers; Tummers (2015) pode ser entendido como a aplicação prática de um conceito transformador, que é a inovação social.

4.6 CAPACIDADES GERADAS

Outro aspecto fundamental nas inovações sociais é a possibilidade que elas têm de gerar ou desenvolver capacidades dos indivíduos, grupos e comunidades, pois segundo Rodrigues (2006) as inovações sociais podem ser entendidas como uma mudança na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre pessoas,

decorrentes de abordagens, práticas e intervenções. A esse respeito, tanto no ICOM quanto no IVG, os projetos sociais são pensados para proporcionar essa condição aos seus beneficiários, tendo em vista a lógica da instrumentalização dos sujeitos para que possam atuar na coletividade, fortalecendo relações sociais e por consequência gerando também relações produtivas (ZAPE, 2019). Essas afirmações podem ser confirmadas junto aos entrevistados, beneficiários dos projetos sociais, conforme se segue:

“Mudou muita coisa. Antes eu só tinha visão do meu mundinho e hoje eu tenho uma visão mais aberta. Essa visão mais aberta veio pelas oportunidades que eu consegui no tempo do projeto, estágio e agora de emprego. Coisas que eu não vivia no passado, esse ano eu já vivi muita coisa: participei de eventos pela empresa, conheci pessoas de outros lugares, de outras empresas e me conectei com eles. Aprendi um pouco com cada situação. Hoje eu me vejo uma pessoa mais ambiciosa em aprender mais. Eu já zelava muito pela educação dos meus filhos e hoje eu zelo mais ainda. Eu vejo que amadureci muito como pessoa” (ICB 1, 2023).

“Bem, para começar, com certeza absoluta, foi tudo uma questão de valores: foi o essencial. Por mais, né, que isso seja até uma curiosidade, a rede IVG em si, o Padre Wilson criou ela né, então é uma instituição que por base a questão religiosa, da parte cristã. Eu sou de religião de matriz africana e mesmo assim eu posso te dizer que não houve influência nos valores que me foram passados. Os valores que lá aprendi e que mais mudou o meu jeito de ser foram dentro de uma instituição que visto de fora, uma pessoa de minha religião não ia estar, porque teria algum preconceito, esse tipo de coisa. E o que mais me deu de retorno foi uma questão de eu saber ver os valores de uma forma muito diferente e com certeza foi o que mais me fez mudar. Ter uma visão mais madura. Foi saber no que eu realmente era bom e que aquilo era bom. Porque antes, eu tinha uma visão muito deturpada do que era estar bem, do que era ser uma pessoa boa, do que era estar curtindo a vida. E lá dentro eu aprendi que os valores são diferentes e se eles forem diferentes, você vai ter uma qualidade de vida muito melhor” (IVB 2, 2023).

Ao referirem o amadurecimento do pensar, a possibilidade de transitar em esferas sociais até então desconhecidas, a ampliação de rede ou círculo social e o rompimento de “amarras” do pensamento, ou seja ver o mundo por meio de relações mais horizontalizadas, demonstra que os entrevistados desenvolveram capacidades por intermédio dos projetos, as quais passam a ser por eles apropriadas, independentemente de tempo e espaço. Esta percepção é corroborada por todos os entrevistados. Em síntese, como é possível perceber, estas capacidades se materializam como potenciais que instrumentalizam pessoas em condição vulnerável para a vida comunitária e para o desenvolvimento pessoal. Os projetos sociais viabilizam o maior empoderamento social e subjetivo. Ainda nessa perspectiva, afirmam os entrevistados:

“São muitos anos né. São oito anos da minha vida e era uma menina na época. Então muita coisa mudou pela vida, mas com certeza esse olhar mais amplo, olhar para periferia, olhar para a própria Grande Florianópolis de um jeito diferente e que o

padre Wilson sempre traz muito isso. E por mais que pareça que a gente não faz muito dentro do projeto, por ser uma bolsista ainda, em cada reunião a gente vê um mundo de possibilidades. Então sempre abre muito a mente. Acho que essa é a principal mudança em mim, ter vindo me moldando, me tornando uma adulta, pois eu era uma adolescente quando eu entrei, formando essa consciência social” (IVB 3, 2023).

“Sim. Especialmente em questões relacionadas à organização. Antes dos projetos eu não sabia como gerir meu tempo e certamente sem este conhecimento eu não conseguiria fazer metade das coisas que faço hoje. Eu pude mudar minha vida através dos métodos aprendidos durante minha formação no IVG” (IVB 4, 2023).

As afirmações dos pesquisados sobre as principais mudanças ocorridas nos seus comportamentos, ou jeito de ser individual e coletivo, demonstram que através dos projetos em que participaram mudaram ou ampliaram a visão de mundo, facilitando o aflorar de capacidades potenciais, o que vai ao encontro da definição de Crises (2017) de que a inovação social consiste de um processo iniciado pelos atores sociais para responder a uma aspiração, atender a uma necessidade, uma solução ou aproveitar uma oportunidade de ação para mudar as relações sociais, a fim de transformar um quadro ou propor novas orientações culturais para melhorar a qualidade e as condições de vida da comunidade. A responsabilidade disso é enorme, pois não cessa no momento em que se proporciona aos sujeitos a possibilidade de empoderamento para agirem como protagonistas de sua própria transformação, pois ao tomar ações nessa condução, se cria massa crítica que vai interferir nas condutas sociais desses sujeitos, ao que explicam Lisboa e Manfrini (2007) que ao atingirem o estado de empoderamento se potencializa aqueles que têm menos poder econômico na sociedade. Então, visto a construção da sociedade que se conhece, isto pode gerar alguns transtornos ou insatisfações para estruturas dominantes, detentoras de grande poder econômico. Na contramão de processos hegemônicos excludentes, a maior capacitação cognitiva e crítica auxilia, sobremaneira no empoderamento subjetivo e na organização social.

4.7 AUTORREALIZAÇÃO

Esta categoria de análise está relacionada ao estado de satisfação dos sujeitos em suas participações na sociedade e decorrentes das decisões ou escolhas tomadas. A busca por autorrealização pode levar o sujeito a fazer escolhas cuja tipologia definida por Weber (2009) aponta como ação afetiva. Neste tipo de ação, o fator sentimental é preponderante e as paixões

e ideais é que guiam os comportamentos, que em muitas vezes tendem a ser desenfreados diante de um estímulo emocional.

Dito isto, a autorrealização é dimensão que integra os requisitos que norteiam a racionalidade substantiva, uma vez que os demais tipos de racionalidade utilizam-se de estruturas da psique humana mais regrados, comedidos e calculados. Então, quando vistas sob a ótica da autorrealização, as ações desenvolvidas pelas organizações sociais pesquisadas mostram-se promotoras desse estado, pois conforme relatos dos entrevistados:

“[...] A cultura organizacional parte do princípio de respeito e reconhecimento dos saberes e das potencialidades locais. Então a gente tem uma cultura de reconhecer o que já vem sem feito [...]” (ICO 1, 2023).

“[...] não é um grupo de pessoas que do nada estão fazendo só voluntariado, até porque a maioria já tem uma graduação, ou está na segunda graduação, mestrado ou doutorado, então é uma equipe técnica que tem muito expertise no assunto. Então por trás dessas organizações, aí eu falo do campo, há muitas pessoas trabalhando de maneira, não só honesta e transparente, mas de maneira profissional, com expertise, com capacidade técnica para poder fazer aquilo [...]” (ICO 1, 2023).

“[...] eu vejo muito respeito, eu vejo protagonismo na questão de atuação no campo social da Grande Florianópolis, eu vejo confiança, eu vejo também como elemento trabalho em equipe. Então acho que isso é um dos pontos fortes do ICOM, a equipe do ICOM, né, que talvez se for falar com parceiros nossos eles vão também trazer essa questão, que apesar de cada um coordenar o seu projeto, a gente se ajuda enquanto equipe, e isso é algo muito positivo em termos de gestão organizacional. Além disso, eu vejo muito amor, assim sabe, nas pessoas que fazem parte da equipe do ICOM e isso impacta diretamente no nosso dia a dia porque a gente consegue trabalhar de forma leve, porque a gente não trabalha com questões triviais né, a gente trabalha com questões muito sensíveis e esse cuidado mútuo que tem na equipe é algo que fortalece o ICOM enquanto organização [...]” (ICO 2, 2023).

Pelo exposto, ao levar em consideração as vivências do ser humano, a categoria autorrealização ajuda a compreender as motivações dos diversos atores envolvidos nos desdobramentos de inovações sociais por intermédio de organizações da sociedade civil, pois ao atuar em prol de demandas sociais coletivas, os sujeitos também se beneficiam individualmente, atingindo este estado de satisfação própria, em que suas competências são reconhecidas e empregadas para o desenvolvimento da sociedade. Isso, na visão de Souza (2008) tem relação com o caráter interativo e de cooperação presente nas decisões tomadas com base na racionalidade substantiva, onde afloram valores como reciprocidade e responsabilidade.

No mesmo sentido, os escritos de Serva (1997) permitem afirmar que o estado de satisfação do indivíduo na esfera organizacional se efetiva com base em várias experiências, tais como o trabalho em equipe, as ações em rede, a vivência democrática e a troca dialogada

entre vários atores. A razão substantiva se materializa, assim como inovação social por meio de práticas que transformam e empoderam indivíduos, coletividades e organizações. Corroborando estas inferências, afirmam os entrevistados:

“[...] A equipe sempre está participando, a gente tem essa reunião de equipe, a gente sempre está buscando ouvir a equipe, tudo é construído junto. Na verdade é isso que é uma coisa muito legal aqui: a construção. Apesar de que se lá em cima a diretoria que vai bater o martelo ou não, a decisão é construída aqui embaixo na base. Então a gente trabalha muito com a questão de confiança, mesmo que tenha uma parte que é consultor, a gente que é contratado, a gente tem uma flexibilidade com a organização, pois ela pode contar com a gente assim como a gente pode contar com ela. A gente ouve bastante, mas também temos abertura em assembleias com o nosso conselho. O nosso conselho é feito de diversas pessoas né, e a gente tenta trabalhar o que a gente pode fazer que satisfaça essas demandas, mas sempre construindo junto e não só aquilo que algum quer. A gente sempre tenta trazer uma solução e de forma colegiada [...]” (ICO 3, 2023).

“[...] Trabalha muito forte em rede, entendendo complementariedade, trabalha muito forte com a questão de não ir contra a iniciativa privada, então não tem nenhum tipo de ranso, às vezes algumas organizações tem isso, o ICOM não tem, pelo contrário: entende que é fundamental que as empresas privadas ganhem seu dinheiro, façam seu papel na economia capitalista em que vivemos, só que a gente estimula para que elas tenham um olhar para além disso. O meu modelo de liderança é um modelo mais coletivo: tem vários assuntos que eu não domino, tem vários assuntos que a equipe domina mais que eu e tem vários outros que eu domino mais que eles, então a gente vai meio que trocando e construindo juntos, sem vaidades. Eu não gosto muito quando a organização é meio personificada, tipo fala sempre com fulano [...]” (ICO 5, 2023).

Ademais, o comportamento de um sujeito autorrealizado pode ser considerado reformador, ao que defende Mead (1934) que este estado conduz o sujeito ao reconhecimento de suas capacidades que podem ser utilizadas em prol de si e da coletividade. A exemplo disso destaca-se esta mudança vivenciada no comportamento do entrevistado IVB 1 (2023):

“Eu entrei com uma cabeça e sai de lá totalmente diferente, pensando num futuro melhor, pensando em coisas melhores. Antes eu até pensava em um futuro melhor, mas parecia algo mais distante e aí depois que a gente entra e tem mais conhecimento dá pra ver que é mais fácil, mais fácil de correr atrás e almejar aquilo” (IVB 1, 2023).

Conforme verificado nas entrevistas já ICO 1, ICO 2, ICO 3, ICO 4, ICO 5, IVO 1, IVO 2, IVO 3, os integrantes de ambas organizações possuem um bom nível de clareza de suas capacidades e percebem que a organização, ao necessitar dessas competências, reconhece a participação e importância de cada um dos atores, o que os conduz ao reconhecimento próprio de sua condição, que segundo Rogers (1975) e Hamachek (1979) lhes fornece elementos para refletir de forma mais consistente sobre o que eu sou; Para onde vou; Que

caminho devo tomar. Obviamente o autor não teve a pretensão de afirmar que as respostas para os referidos questionamentos (ligados aos problemas existenciais do ser humano) se dê por completo por meio apenas do reconhecimento da condição humana, mas que fornece recursos que facilitam o atingimento desse estado denominado autorrealização, pois implica o aprimoramento da dimensão reflexiva de cada pessoa.

Outro ponto evidenciado na pesquisa de campo que pode potencializar o estado de autorrealização é a valorização que as organizações da sociedade civil tendem a dar aos que integram seu quadro executivo, sem menosprezar ou subvalorar a remuneração destes profissionais. Então o sentimento de não ser explorado financeiramente como ocorre com frequência em organizações do mercado, aliado a possibilidade de empregar o conhecimento, habilidades e atitudes de cada integrante nos projetos e em uma empreitada de transformação social da qual as pessoas enxergam-se nelas, faz aflorar este estado de maneira duradoura. Ainda diferentemente do que é comum ocorrer no mercado, as organizações da sociedade civil primam pelo trabalho em equipe, que se utiliza do critério da complementariedade, então a construção é feita por muitos e muitas mãos e a competição individual não é algo estimulado e sim a participação e a evolução da equipe e do sujeito dentro da equipe, contribuindo para a autorrealização, o que vai ao encontro do que disse Taylor (1994) sobre a autorrealização ser o resultado das lutas travadas pelos indivíduos para o reconhecimento de sua dignidade nas interações sociais.

Analisando pelo viés da autorrealização, não foram encontrados contrastes nas organizações objeto deste estudo, uma vez que ambas articulam seu pessoal interno, parcerias e poder público buscando soluções inovadoras, que além de proporcionar este estado de satisfação nos beneficiários, também tende a expandir isso para os operadores e parceiros.

4.8 ENTENDIMENTO

A categoria de análise “entendimento” é caracterizada pela percepção ou capacidade dos sujeitos daquilo que eles são, bem como os outros. Ou seja, é a faculdade de refletir ou ter a compreensão da visão que fazem de si e dos outros quando determinam suas escolhas e agências. No discurso dos entrevistados, a seguir apresentados, é possível identificar que os participantes conseguem ver a si mesmos como protagonistas de suas escolhas e daquilo que se tornaram ou são, bem como reconhecem que o outro também é dotado desta autonomia

(consciência e liberdade). Como dirá Kant (2011) a maioria humana se dá pela faculdade de pensar e agir de forma autônoma, permitindo-lhes refletir e intuir nas interações sociais em que participam.

Não tive ninguém influenciando. O diretor da escola comentou e eu disse vou pesquisar, vai que dá certo: não a gente já tem! [...]. Tanto os professores, quanto os mentores, que criaram o projeto, o ICOM. Eles eram meio que uma rede de apoio para cada aluno que participou. Eu lembro que no começo do curso, minha mãe parou no hospital, estava doente, ficou internada e a minha vida ficou uma loucura: então era filho, escola de filho projeto, curso e casa, eu não estava dando conta e eles foram minha rede de apoio. Além deles, meu marido também foi uma pessoa que ficou ali no meu pé: você não vai desistir, se já começou, termina. Foram pessoas que me incentivaram bastante. Eles pensam muito no próximo. (ICB 1, 2023).

“Inicialmente, nos primeiros projetos, foi influência dos meus pais, que nos levaram. Depois no projeto PodeCrer eu me senti motivado porque tinha essa ideia de formação para minha idade, nessa questão de novas tecnologias e era algo que eu queria” (IVB 4, 2023).

Aproximando esses relatos daquilo que defende Ramos (1983) o entendimento é a categoria da racionalidade substantiva que origina ações baseadas no conhecimento autônomo dos sujeitos ao fazer escolhas para enfrentar as realidades que se apresentam. O entendimento na forma aqui preconizada, segundo Weber (2009) também pode despertar intenções libertadoras para os sujeitos que protagonizam situações que até podem ser consideradas como um estado de inércia, ao não serem percebidas ou caso esses sujeitos não tenham uma visão real de si e dos outros. Posto de outra forma e fazendo alusão ao constructo do homem parentético explicitado por Ramos (1963) é esse entendimento que permite ao sujeito se ajustar ativamente a sociedade. Em outros termos, o despertar do sujeito crítico é condição para o engajamento autônomo comprometido com a vida comunitária. Portanto, as inovações sociais executadas pelas organizações da sociedade civil, além de resolver um problema socialmente enfrentado, promovem em todos os seus atores, a reflexão sobre aquilo que fazem, o que tende a estimular esta capacidade de se reconhecer e entender como suas escolhas são processadas.

4.9 JULGAMENTO ÉTICO

A categoria de análise “julgamento ético” trata dos aspectos relacionados com a consistência dos atos praticados pelos sujeitos para com os “credos” do grupo ou da

organização social e segundo destaca Serva (1996), o julgamento ético é a deliberação do sujeito com base em juízo de valor (aquilo que ele acredita como certo, errado, bom ou ruim). Nesse aspecto, as organizações da sociedade civil encontram-se com frequência sob comparações dos diversos atores no que diz respeito às pretensões ou expectativas individuais e coletivas. Em relação a isso, ICOM e IVG lançam mão de instrumentos de gestão e debate transparentes para demonstrar aquilo que fazem, dada a importância desta categoria de análise também para a não descontinuidade das parcerias que viabilizam seus projetos. Atenta-se então, ao que dizem os entrevistados que seguem:

“[...] Então em relação à doação a gente tem pessoas e empresas que vão estar doando para um fundo, que vão doar e dizer para que façamos o que a gente quiser com o recurso, pois acreditam no ICOM, nos projetos do ICOM e a gente tem pessoas e empresas que doam para o institucional: doam para a conta do ICOM e o ICOM utiliza o recurso conforme sua missão. Importante deixar claro aqui que todo ano lança-se o relatório social, relatório de impacto, com total transparência de toda cifra que entrou, toda a cifra que saiu, de onde veio e para onde foi. O ICOM passa por auditoria independente das suas contas, também do ponto de vista contábil, do ponto de vista financeiro. A gente tem uma auditoria que atesta que aquilo que a gente está dizendo realmente foi o que aconteceu” (ICO 5, 2023).

“Nós temos um formato que a gente faz aqui, que a gente utiliza nas nossas prestações de contas e no nosso planejamento estratégico, que são perguntas chaves, sobre várias perspectivas. [...] então a gente usa Análise Swot, BSC, Canvas e todas as formas que facilitem para a gente olhar o cenário: como nós estamos e o que a gente quer para o próximo ano. A gente tem sempre um olhar para os nossos objetivos estratégicos, usando essas ferramentas que hoje em dia ajudam bastante a gente a pensar: o que permanece, o que tem que mudar e a gente vai construindo” (IVO 1, 2023).

“[...] O processo da gente sempre estar fazendo nossos relatórios de prestação de contas. Num projeto em que eu era responsável pelos relatórios, a gente poderia ter feito um relatório cru, um relatório frio, somente de dados: aqui está a nota, aqui tal coisa, aqui está o orçamento, mas a gente sempre traz esse processo de contar as histórias. A gente sempre traz esse processo também de como o pedagógico ganha corpo ali dentro. Porque aquilo que pra gente é muito forte, não é só um número, é história de vida, transformação de vida, é sonho. Então isso está presente em qualquer relatório nosso de prestação de contas (IVO 2, 2023).

Na mesma linha de raciocínio, a categoria julgamento ético também fica evidente nas preocupações das organizações sociais pesquisadas, quando da busca por parte da organização pelas parcerias para efetivar as inovações sociais. A organização da sociedade civil procura, assim, conhecer os investidores e saber da sua aderência aos seus propósitos e demandas. Os investidores, parceiros das organizações da sociedade civil, viabilizam capital capaz de promover a execução de projetos diversos. Contudo, uma boa parceria pode ir além do recurso financeiro, pois gera interações profícuas entre parte da sociedade civil, da iniciativa

privada e do Estado, com a organização e a comunidade assistida. Nesse sentido, afirmam os entrevistados:

“A gente olha para a história dessa empresa, dessa pessoa que nos procura. Temos parceiros que doam para causa institucional, que chegaram aqui e disseram: eu quero fazer parte disso aqui. Como é que eu coloco a minha marca aqui? Então vamos começar a conversar para entender como ele pensa, conhecer a história dele e estabelecer uma relação. [...]. Às vezes a gente tem que dizer um não também. É dóido porque às vezes você precisa de um determinado valor, mas talvez aquele valor saia muito caro para gente. Então tem esse olhar e essa preocupação também, quando a pessoa está mais preocupada em agregar valor a sua marca do que a própria causa. A gente sabe que as empresas precisam disso né, mas a gente tem que combinar um pouquinho né. Nenhum relacionamento dá certo se não tiver uma química” (IVO 1, 2023).

“[...] Para ser um parceiro, acho que tem que se alinhar com esse propósito da justiça social. A gente tem isso muito nítido, a questão da justiça social: o processo de combate à exclusão e o processo de assumirmos que somos políticos pelo processo pedagógico de ser político, mas não somos políticos partidários. Isso é algo que sempre nos conferiu uma circulação entre apoiadores de todos os lados. A gente entende a política como a construção e o debate para garantia de direitos. Em relação a isso, por inúmeras vezes a gente percebeu que alguns parceiros políticos partidários se aproximavam, e a gente sempre teve muito este cuidado de só se aproximar de quem prega pela justiça social” (IVO 2, 2023).

“[...] A gente não tem nenhum benefício legal ou obrigatoriamente por alguma penalidade cometida que faça com que a gente tenha investimento social. É muito dessa vontade dos fundadores de retribuir para sociedade o que eles também estão construindo. [...] Então tudo que a gente fazia era por nosso caixa e sem nenhum incentivo fiscal de lei, nada disso. Também por saber que existiam pessoas já organizadas ao nosso redor, que faziam um bom trabalho, mas que precisam de recurso. Então a gente entendia que a gente podia fazer este investimento e elas fariam este trabalho de gestão do projeto por nós e a gente estaria fazendo um apoio financeiro, mas que gerasse impacto para as pessoas” (ICI 1, 2023).

Diante dos relatos coletados, percebe-se que tanto organização quanto investidor, fazem o juízo de valor como expõe Serva (1996) aproximando-se ao compartilhar esses valores ou afastando-se quando eles não possuem convergência. Nos casos em tela, o julgamento ético é um importante balizador de construção que fazem juntas organização da sociedade civil e parceiros, funcionando como um instrumento motivador e regulador dessas interações em prol da sociedade. Em outros termos, a categoria de análise julgamento ético tende a funcionar como um instrumento de controle, que através das comparações que possibilita pode ser vital para a manutenção das parcerias necessárias para a execução das inovações sociais.

Nesse sentido os relatos de campo apontam a questões de cunho econômico, pois trazem à tona os investimentos feitos para viabilização dos projetos e as modalidades de captação desses investimentos, bem como a coerência e transparência de sua utilização. Isso parece aproximar do paradigma paraeconômico, explicado por Ramos (1989) sobre o

relacionamento dos sujeitos com os recursos necessários para promoção da qualidade de vida social, que mesmo livre de obrigações formais e rígidas no sentido de resultados econômicos, pode funcionar como um limitador entre as escolhas individuais e comunitárias, balizando as ações empreendidas. Por isso, esta categoria quando instrumentalizada por indicadores de gestão ou processos administrativos, pode representar certa tensão entre os tipos de racionalidade, cuja intensidade nesse jogo de forças vai de mínima à totalmente substantiva (SERVA, 1997).

4.10 AUTENTICIDADE

A autenticidade, segundo Serva (1996) corresponde ao conjunto composto por integridade, honestidade e franqueza dos sujeitos em suas interações sociais, representando assim uma importante categoria de análise que também delimita a intenção das decisões tomadas sob a perspectiva da racionalidade substantiva. Não obstante, esta categoria também está impregnada de percepções relacionadas a estados sentimentais que impulsionam o comportamento humano, onde defende Ramos (2006) sempre há espaço para reflexões que podem modificar comportamentos ou intensões. Isto se materializa nas inovações sociais das organizações ICOM e IVG por meio da proximidade com os diversos atores, que possuem espaço para manifestar questionamentos e participação de revisão de objetivos dos projetos, conforme se verifica nas entrevistas a seguir apresentadas:

“[...] então a gente participa de fóruns, de conselhos, se tiver algum tipo de evento ou ação que discuta a agenda da cidade o ICOM, geralmente está, então esse processo de saber como é que a gente vai empreender daqui para frente vem muito dessa questão dos desafios, do que está borbulhando na comunidade, que está incluso dentro do escopo da nossa missão que é promover o desenvolvimento comunitário. Obviamente a gente não vai fazer e resolver todos os problemas do mundo, mas o que tiver dentro do nosso escopo de atuação né, a gente traz aí como demanda para o nosso planejamento estratégico” (ICO 1, 2023).

“A gente olha para o território e verifica o que se pode fazer dentro dos nossos propósitos, da nossa missão” (IVO 1, 2023).

“[...] a gente capta muito as dores da sociedade civil né, então a gente é integrante do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, nesse momento a gente está na presidência desse conselho, então a gente vê várias dores que chegam lá; a gente faz muitos cursos e formações para as organizações sociais de base, então elas também trazem as questões tipo: a gente deveria saber mais sobre isso; ICOM, vocês deveriam fazer tal coisa, então a gente é muito demandado, pois as organizações já sabem que a gente tem como missão fortalecer o setor e as organizações, eles nos demandam muito” (ICO 5, 2023).

Conforme exposto pelos entrevistados, percebe-se que eles conseguem apontar o compromisso em manter a consistência de propósitos de tentar buscar alternativas para enfrentamento de questões sociais do território, reconhecendo que possuem limitações para atuar em causas genéricas. Também a interação com os impactados pelos problemas sociais e a promoção de espaço de participação, transmite maior confiança daquilo que fazem as duas organizações pesquisadas. Essa confiança age como balizadora para as interações dos integrantes e como estímulo para que a autenticidade esteja presente nos comportamentos e por consequência levando a uma participação mais autônoma, pois conforme defende Flickinger (2004), a autonomia diz respeito à liberdade do sujeito na tomada de decisão. Na mesma linha de raciocínio, destaca Contreras (2004) de que isso tem relação com a independência intelectual, cuja manifestação ocorre também devido à falta de um controle repressivo, facilitando então que os sujeitos se expressem conforme o conjunto de valores e crenças que orientam sua forma de pensar e agir.

4.11 VALORES EMANCIPATÓRIOS

Aspectos que caracterizam o compartilhamento de credos e valores que desenvolvam não só o grupo, mas também o sujeito individualmente, segundo Serva (1996) tendem a impulsionar mudanças que levam ao bem estar coletivo, estando baseadas no respeito à individualidade, liberdade e comprometimento, são considerados na categoria de análise de valores emancipatórios. Esta categoria de análise está diretamente ligada às possibilidades de emancipação dos sujeitos, pois conforme Cattani *et al.* (2009) a emancipação permite a libertação abstrata do sujeito de uma submissão compulsória dos instrumentos de dominação e estruturas formais existentes na sociedade. Esse estado de libertação somente pode ocorrer quando existe a independência intelectual, social e econômica frente às formas de dominação. Esse estado de independência é condição para emancipação individual e coletiva.

Nessa perspectiva, o ICOM e o IVG desenvolvem seus projetos articulando os atores em prol da promoção destes valores, no enfrentamento das causas relativas a justiça social, o que se verifica na visão dos entrevistados que pertencem ao quadro de gestores de ambas organizações, exemplificado nas falas:

“Diminuir as desigualdades sociais e raciais, é para isso. A gente visa fortalecer a democracia. Isso é característico da sociedade civil organizada. As preocupações do ICOM quando a gente fala em promover desenvolvimento comunitário é melhorar a

qualidade de vida do nosso território e diminuir as inequidades sociais existentes ali” (ICO 1, 2023).

“[...] Dentro da educação a gente só planta sementes, a gente não consegue colher imediatamente o resultado ou impacto daquilo, mas como a gente vai semeando esses processos é extremamente fundamental que no nível social e no educacional a gente tenha continuidade. [...] A gente atende, comigo, nesses projetos que eu falei do IVG, a gente tem 740 crianças, adolescentes e jovens que a gente acompanha. Nem todos os 740 aprendem de uma única forma e têm um único ritmo. Então esse entendimento de que a gente tem os espaços que precisam ser respeitados” (IVO 2, 2023).

No mesmo sentido, da geração de valores emancipatórios, os parceiros ou investidores articulados nos projetos pelas duas organizações sociais também sinalizam convergência, conforme destacam os entrevistados que segue:

“[...] estar ali, onde a gente estava, gerando impacto ao nosso redor e organizações que representavam um tom de seriedade com o investimento que a gente estava fazendo, no sentido de saber que aquele recurso ia ser bem investido, com propósito, com seriedade, no sentido de fazer as escolhas certas, de buscar fazer o investimento da melhor maneira. [...] o Ceo é uma pessoa muito defensora do ICOM, acho que tem muito dessa questão do relacionamento que se cria e principalmente em acreditar no propósito da organização e no trabalho sério que eles vinham desenvolvendo dentro da grande Florianópolis. Muito também pelo alinhamento dos fundadores com uma responsabilidade social de quererem retornar para a sociedade um pouco daquilo que eles estavam construindo também. Então essa preocupação de não ser só um crescimento nosso, como empresa, mas um crescimento também do nosso entorno” (ICI 1, 2023).

“Se pensarmos em benefícios financeiros, não há, visto que o regime de tributação de nossa empresa não permite abatimento de impostos. Mas, envolvemos nossos colaboradores e também os clientes nesta corrente de poder optar onde aplicar parte do imposto pago, o que traz grande satisfação e alegria de maneira geral. Acreditamos que a parceria possa fazer com que mais e mais pessoas vejam o quanto juntas, podemos mudar muitas realidades. Que há instituições sérias fazendo trabalhos maravilhosos (IVI 1, 2023).

Quando se analisa o conteúdo dos discursos dos beneficiários dos projetos em relação as principais conquistas obtidas e quais alternativas teriam caso não existisse a possibilidade de participar dessas iniciativas, todos apontam para questões que caminham na direção dos valores emancipatórios, conforme destaca-se a seguir:

“Olha, eu estaria vendendo as minhas roupas infantis, que era o que fazia antes né. Trabalhando como vendedora autônoma” (ICB 1, 2023).

“Acho que a evolução como pessoa. Eu entrei com uma cabeça e sai de lá totalmente diferente, pensando num futuro melhor, pensando em coisas melhores. Antes eu até pensava em um futuro melhor, mas parecia algo mais distante e ai depois que a

gente entra e tem mais conhecimento dá pra ver que é mais fácil, mas fácil de correr atrás e almejar aquilo” (IVB 1, 2023).

“[...] realmente se não fosse o projeto eu não teria conquistado nada do que eu realmente visio como algo importante para mim. Hoje provavelmente, sendo bem sincero, estaria bem no fundo de São José fazendo alguma coisa nada a ver e vivendo uma rotina que não era meu sonho. [...] Me mostraram que eu posso chegar a lugares que eu achava que não ia conseguir. Eu não sabia que eu podia trabalhar numa empresa de tecnologia desse porte. Eu não tinha a menor noção de que eu poderia estar nesses espaços. Então só de saber que eu posso estar nesses lugares, foi a coisa mais valiosa que eu já ganhei.” (IVB 2, 2023).

“Provavelmente estudar por conta e tentar outros cursos, arrumar outros meios. Então o projeto foi fundamental, pois por estes outros meios eu até poderia conseguir chegar aonde cheguei, mas não como eu cheguei, certamente iria demorar bem mais e talvez conseguisse alcançar menos do que eu alcancei” (IVB 3, 2023).

“Se eu não tivesse acesso aos projetos, eu sinceramente não sei o que eu poderia estar fazendo agora ou se estaria fazendo alguma coisa, pois naquela época as coisas eram bem difíceis: nossa comunidade era muito fechada em becos, acontecia muita troca de tiros com a polícia, muitas coisas realmente aconteciam ali e eu perdi muitos amigos com minha idade (10 anos, 11 anos) nessa situação. Então se não tivesse o projeto, provavelmente eu não estaria aqui. Mas também eu não teria essa perspectiva de que eu poderia ser grande e não me limitar aquele contexto e em relação a trabalho” (IVB 4, 2023).

Ao mencionar as narrativas dos entrevistados quanto aos questionamentos efetuados, nota-se que todos estão impregnados daquilo que Serva (1996) define como valores emancipatórios, pois independente de qual momento ou posição eles tomaram contato com as ações desenvolvidas pelas organizações pesquisadas, todos percebem que as intervenções realizadas em decorrência disto, possibilitaram mudança da realidade do indivíduo, do grupo, comunidade e por consequência uma nova forma de agir em sociedade. Isso na visão de Ramos (1993) permite o indivíduo transformar a realidade social, quando ele compreende e reconhece a realidade através de suas livres experiências, fazendo assim escolhas autônomas justas com foco na coletividade.

Nos depoimentos, especialmente dos beneficiários dos projetos, evidencia-se a transformação social promovida. Na maioria absoluta dos casos, os participantes não teriam condições de viabilizarem seus sonhos, sendo estes sonhos não muito claros para todos, uma vez que a falta de compreensão de suas realidades e possibilidades, aliadas a falta de autonomia, os deixava sem alternativas factíveis para modificarem suas vicissitudes. Então, a participação nos projetos ampliou capacidades e estimulou também aspectos econômicos como resultado secundário final, levando à geração de trabalho e renda. Alguns participantes tomam como caminho a profissão liberal (ofertando ações, em suas áreas de formação, como

voluntariado, constituindo-se em importantes parcerias) e outros como empreendedores (gerando novas oportunidades ao criarem postos de trabalho). Nas duas situações a emancipação fica garantida pela presença da autonomia e do compromisso comunitário. Isso na visão de Hey (2008) é ter o desenvolvimento também gerado a partir da racionalidade substantiva.

Encerrando a apreciação do que fazem as organizações pesquisadas, com vistas às 11 categorias de análise propostas, fica evidente que existe forte conexão entre os aspectos preconizados em cada uma delas, apresentando-se no quadro 13, a seguir, a síntese da análise dos dados realizada em cada uma das referidas categorias.

Quadro 13 – Síntese da Análise dos Dados

Categoria	Síntese da Análise dos Dados
Fundamentos de origem	Os fundamentos de origem norteiam as ações das duas organizações, uma vez que elas possuem clareza quanto à sua razão de ser e quanto aos espaços que uma organização da sociedade civil pode ocupar (atuação e mobilização de recursos dentro dos limites legais). Apresentam estrutura flexível para lidar com as dificuldades que se apresentam para o desenvolvimento de suas ações. Primam pela transparência, o que lhes confere credibilidade junto aos parceiros, beneficiários e sociedade. Confirmam elevada inclinação para desenvolvimento de ações caracterizadas como inovação social.
Novidade	A novidade ou inovatividade se dá de forma incremental, pois não trazem ações revolucionárias e sim desdobram estratégias de acordo com as dificuldades que se deparam (usando também de criatividade). A novidade incremental aparece como um elemento que conecta a inovação social às organizações da sociedade civil, dado as frequentes adaptações que elas precisam efetuar em seus processos para responderem aos desafios sociais. No IVG, a novidade é atribuída à atuação em rede com foco na educação e no provimento de todo o suporte necessário para o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos beneficiários dos projetos. No ICOM, a novidade reside na instrumentalização de organizações da sociedade civil que executam projetos sociais nas comunidades e a produção de mapeamentos georeferenciados acerca de temáticas sociais específicas.
Formulação e implementação	Realizada de forma colegiada, estimulando-se a participação e criatividade de todos os atores envolvidos na construção de alternativas para enfrentamento de problemas sociais. A sinergia entre os envolvidos é algo presente, o que reforça a conexão de inovação social com organizações da sociedade civil. A existência de uma estrutura flexível não deixa de preservar certa hierarquia e organismos de controle para o monitoramento dos processos de trabalho e do ambiente. Os fatores econômicos tendem a influenciar o nível de adesão de parceiros e investidores, gerando certa vulnerabilidade para formulação, implementação e manutenção dos projetos.
	As organizações efetuam mapeamento e monitoramento dos problemas

Necessidade atendida	sociais do território, atuando em causas sociais concretas, que podem ser confirmadas junto aos órgãos governamentais competentes. Os dados apontam que nesta categoria, as inovações sociais permitem revelar aos sujeitos necessidades existentes que eles próprios desconheciam, trazendo a percepção do direito a ter direitos e a pretensão de poder agir socialmente. Sendo assim, as categorias de análise necessidade atendida e formulação e implementação convergem entre si e se vinculam ao campo de atuação pertinente as organizações da sociedade civil.
Eficácia da ação	Categoria diretamente ligada à categoria necessidade atendida, uma vez que ela fornece elementos para se verificar o nível de solução das ações tomadas, funcionando como parâmetro de medida ou controle. Nas organizações pesquisadas a eficácia da ação é monitorada por instrumentos de gestão tais como: planejamento estratégico, grupos de trabalho, registros quantitativos, registros contábeis e relatórios sociais. Além disso, a eficácia da ação também se utiliza de indicadores não convencionais tais como nível de ampliação da visão de mundo, participação em redes de ação diversas, constituição de uma identidade profissional e empoderamento dos beneficiários que participaram dos projetos.
Capacidades geradas	Revelou que a geração de capacidades se dá pela lógica da instrumentalização dos sujeitos para que possam atuar na coletividade, fortalecendo relações sociais e por consequência gerando também relações produtivas. Os dados apontam para o amadurecimento do pensar, a possibilidade de transitar em esferas sociais até então desconhecidas, a ampliação de rede ou círculo social e o rompimento de “amarras” do pensamento, ou seja, maior possibilidade de ver o mundo por meio de relações mais horizontalizadas.
Autorrealização	Sob a perspectiva desta categoria as organizações estudadas apresentam solo fértil para a autorrealização dos diversos atores envolvidos. Os membros internos são valorizados pelas vivências e conhecimentos que possuem, bem como pelas contribuições geradas ainda que no campo das ideias ou de forma mais consistentes em suas áreas de formação profissional, sem estímulo a competição como existe nas organizações de mercado. Esta valorização e o sentimento de pertencimento, de construir algo que pode transformar vidas são o fio condutor para o estado de autorrealização evidenciados nas organizações pesquisadas. Por meio desta categoria a racionalidade substantiva se conecta as inovações sociais, uma vez que as organizações pesquisadas desenvolvem práticas que promovem este estado.
Entendimento	Com os dados, verifica-se junto aos participantes, que as ações de inovação social desenvolvidas pelas organizações possibilitam aos atores a percepção de que são protagonistas de suas escolhas e capazes de agir e intuir de forma autônoma. Esta percepção é fruto de reflexões quanto ao processo de reconhecer e entender como suas escolhas são processadas, levando em consideração que o outro também é dotado desta capacidade e que precisa ser respeitado nas interações sociais. Esta categoria de análise converge com as demais, já referidas e analisadas, confirmando aderência às ações caracterizadas como inovações sociais,

	desenvolvidas por organizações da sociedade civil.
Julgamento ético	Por meio desta categoria, se verificou que a convergência de crenças e valores entre todos os atores envolvidos nas ações de inovação social investigadas, sejam eles membros, investidores ou beneficiários, agem como um importante balizador para a realização dos projetos, funcionando também como um instrumento motivador e regulador dessas interações. A possibilidade de efetuar comparações frequentes entre discurso e prática é um elemento de controle vital para a manutenção das parcerias necessárias para a execução das inovações sociais, apresentando consonância com a forma de atuação de organizações da sociedade civil no que tange às preocupações com transparência e credibilidade.
Autenticidade	Apontou que os diversos atores envolvidos nas ações compartilham sentimentos relacionados à franqueza, honestidade e integridade. Isso permeia todas as relações construídas socialmente, o que possibilita reflexões que levam a mudanças comportamentais. Dessa forma, os elementos dessa categoria de análise se associam a todas as demais categorias, pois ao proporcionarem um ambiente sem hostilidade para expressão desses estados valorativos/sentimentais, as organizações da sociedade civil geram certa sinergia para a construção coletiva e consistente em termos de propósitos.
Valores emancipatórios	As duas organizações pesquisadas atuam no sentido de reduzir as desigualdades sociais do território. Os processos utilizados para desenvolvimentos das ações convidam os participantes à independência intelectual, social e econômica frente às formas de dominação existentes na sociedade, permitindo que atinjam um estado de emancipação. Entretanto, todos os projetos derivados das ações de inovação social dessas organizações são baseados no respeito à individualidade e a liberdade. As intervenções realizadas pelas organizações estudadas promoveram mudanças na realidade do indivíduo, do grupo, comunidade e por consequência uma nova forma de agir em sociedade. A participação nos projetos ampliou capacidades e estimulou também aspectos econômicos como resultado secundário final, levando à geração de trabalho e renda. Esta categoria de análise, por levar em conta situações que se traduzem na autonomia dos sujeitos, empresta às inovações sociais uma perspectiva de que o ser humano não é um meio (coisa, instrumento, objeto) para fins.

Fonte: Elaboração do autor (2023)

Conforme apresentado no quadro 13, é possível verificar que as categorias de análise vão gerando amarrações entre si e isto já é suficiente para afirmar a existência de convergência ou complementariedade dos três construtos teóricos abordados na pesquisa: inovações sociais, organizações da sociedade civil e racionalidade substantiva, aos quais as categorias pertencem.

Ainda que a inovação social possa ser considerada um campo de estudo que oferece uma vastidão de possibilidades e arranjos, em que segundo Murray *et al.* (2010) afirmam não se ter limites para aplicação de conhecimentos para geração de soluções no enfrentamento dos desafios sociais do mundo moderno, podendo ser operacionalizado por todos os setores da sociedade (público, privado, misto e organizações sociais), os dados aqui trazidos mostram que em se tratando de inovar no campo social, isto é mais aderente às organizações da sociedade civil. Isto porque, elas tratam de questões relacionadas ao campo social desde sua origem, legitimando ainda os movimentos não formalizados.

A pesquisa revela que os projetos desenvolvidos pelas organizações pesquisadas são caracterizados predominantemente por inovações sociais incrementais. Isso pode estar relacionado com as lutas travadas na mobilização de recursos, pois os projetos não se desenvolvem apenas no campo das ideias, portanto também são impactados pelos aspectos econômicos e políticos que afetam as organizações de mercado. A esse respeito Tachizawa (2007) já destacava que as organizações da sociedade civil, ainda que não persigam exclusivamente a lucratividade, poderiam ter resultados financeiros positivos (campanhas, venda de produtos, eventos) para reverterem novamente em causas sociais e atingirem maior número de beneficiários. Contudo, nem sempre isso é uma realidade, tendo em vista os depoimentos colhidos na pesquisa de campo (ICO 1, ICO 2, ICO 3, ICO 4, ICO 5, IVO 1, IVO 2, IVO 3, ICI 1, IVI 1, IVI 2) fica evidente nas organizações, a preocupação com a escassez de recursos financeiros e o aumento da população dependente desses projetos e isso, faz com que a criatividade e processos que gerem alternativas estejam sempre presentes em suas ações.

Os dados coletados levam a crer que o protagonismo das organizações, atuando com transparência e seriedade tem conseguido articular os diversos atores necessários para a realização dos projetos. A importância disso se traduz na demanda espontânea de novos parceiros que se interessam em fazer parte desta construção, de um mundo novo idealizado a partir do social, implicando que as organizações fiquem atentas quanto as reais intenções dessas abordagens, tendo em vista que ser socialmente responsável é um preceito valorizado pelo mercado e as empresas que atuam com este viés podem atingir uma vantagem competitiva e ampliar seus domínios de mercado. Contudo, como defende Santos (2012) se o mercado também pode atuar pelo bem mais geral e não a um grupo restrito de pessoas, auxiliando no enfrentamento de problemas coletivos isso também fortalece as relações produtivas e sociais, podendo gerar mudanças na realidade econômica. Entretanto, alerta

Thompson (2000, p.47) que “o grande desafio é ver como, a partir o social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça as necessidades de bens e serviços da maioria da população e não de uma minoria”.

Em que pese o ganho econômico gerado pelas ações de inovação social das organizações aqui tratadas, os dados analisados apontam para um resultado cujo ganho econômico é um dos benefícios gerados. Ou seja, os ganhos apontados passam pela geração de um estado em que os participantes conseguem se situar em relação às suas competências e capacidades geradas para a vida em sociedade como propulsora de mudança na sua condição social. Esse estado está predominantemente ligado às ações ou projetos que facilitam aos participantes a realização de seus potenciais e por consequência sua emancipação enquanto sujeito na sua individualidade e socialmente nas suas interações sociais. Desta forma, as inovações sociais agem no sentido de proporcionar o empoderamento e a emancipação dos participantes que podem protagonizar suas próprias histórias, desvinculados da submissão ao poder instituído nas estruturas públicas e privadas. Ao não reduzir o homem como instrumento para finalidades, tem-se a contribuição gerada pela racionalidade substantiva para a compreensão das inovações sociais realizadas pelas organizações da sociedade civil. Isto confirma a tese de que a racionalidade substantiva, que institui o humano como finalidade, possibilita maior consistência para a compreensão das ações de inovação social realizadas pelas organizações da sociedade civil, uma vez que a teoria organizacional está alicerçada na razão instrumental, o que não dá conta de esclarecer essas ações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender as iniciativas de inovação social em organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva, tomando por objeto de estudo o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis – ICOM e o Instituto Padre Vilson Groh – IVG. Considerando o reconhecimento dessas duas organizações sociais pela sociedade e poder público, como protagonistas no desenvolvimento de projetos para enfrentamento de problemas sociais, que comumente são chamados de inovações sociais, buscou-se verificar se o conteúdo dessas ações possui os requisitos necessários para assim serem enquadrados e se podem ser melhor compreendidas sob a perspectiva da racionalidade substantiva.

O primeiro objetivo específico proposto foi atingido, uma vez que visava identificar os elementos que proporcionam a conexão entre a inovação social e a racionalidade substantiva nas iniciativas de duas organizações da sociedade civil. Estes elementos se constituem pelas 11 categorias de análise dos dados, uma vez que todos eles convergem entre si e se complementam para auxiliar na compreensão das iniciativas de inovação social desenvolvidas. Os elementos que compõe estas 11 categorias, demonstram estar tecidos sob a ótica do pensamento altruísta e coletivo, em que a racionalidade substantiva se constitui como base (MARGOLIS, 1982; SERVA, 1997; HU & LIU, 2003). Não obstante, a intensidade com que esses elementos se conectam pode apresentar variações, dependendo dos atores mobilizados nas iniciativas.

Quanto ao segundo objetivo específico intencionado, foram descritas 18 ações em que atuam as organizações pesquisadas, sendo essas ações consideradas guarda-chuva para projetos específicos que se desenvolvem vinculados à essas macro ações. Todas as ações empreendidas proporcionam condições para que os indivíduos se instrumentalizem e desenvolvam o pensamento lógico e crítico e consigam agir no protagonismo de suas próprias vidas, mudando trajetórias, como o surpreendente relato de um dos beneficiários (IVB 4, p. 98) de que se não tivesse acesso a um dos projetos, talvez estaria morto, dada a vulnerabilidade a qual era exposto na comunidade em que vivia.

Já o terceiro objetivo específico buscou evidenciar as contribuições sociais geradas pelas ações empreendidas pelas organizações da sociedade civil sob a perspectiva da racionalidade substantiva. Em relação a este objetivo, diversos são os relatos que comprovam a transformação na realidade social e que garantem às organizações o reconhecimento pela

sociedade com outorga do Estado como organizações de interesse público nos territórios que atuam.

Trazer à tona os elementos de gestão relacionados aos aspectos de racionalidade substantiva nas práticas dos agentes organizacionais foi a pretensão do quarto objetivo específico, ao que se evidenciou junto aos dados analisados serem elementos focados em espaços de participação (grupos de trabalho). Para efetuar a gestão destas organizações, também há necessidade de utilização de ferramental utilizados pelas organizações do mercado e do Estado, tais como planejamento estratégico e estabelecimento de indicadores de desempenho, entretanto o que se diferencia é a forma colegiada de se resolver os problemas, desde a concepção dos projetos até a gestão da própria estrutura administrativa e operacional. Nesse sentido, o elemento chave revelado foi a flexibilidade para adequar o desenvolvimento das atividades e projetos diante das constantes proposições geradas pela estimulada participação dos diversos atores no processo.

Fazendo alusão ao quinto objetivo específico, a promoção de valores emancipatórios pode ser apontada como a grande potencialidade que a razão substantiva empresta às inovações sociais, pois os sujeitos nessa condição são capazes de realizações com limites alargados. Como as inovações sociais atuam em causas sociais cuja motivação, na visão de Tarrdif e Harrisson (2005); Howaldt, Kopp Schwarz (2015) está na crença da sinergia transformadora da realidade social, as organizações pesquisadas já potencializam suas ações por meio da atuação em rede. Dessa forma, a ampliação de horizontes pode se dar justamente pela ampliação dessa rede. As organizações pesquisadas apresentam como limitações o próprio reconhecimento de que não podem resolver todos os problemas sociais do território e por isso elegem temáticas específicas para empreender seus projetos, na tentativa de concentrar esforços e recursos para resolução de causas sensíveis com ações exequíveis.

Apresentados o atendimento aos objetivos geral e específicos, resta respondida a pergunta de pesquisa que conduziu esta investigação a qual era: como a racionalidade substantiva contribui para a compreensão das ações de inovação social em organizações da sociedade civil? Tal contribuição está no afastamento da lógica instrumental, confirmando a tese de que a racionalidade substantiva possibilita maior consistência para que se possa compreender as ações de inovação social dessas organizações, ao que ressalta Ramos (1989) sobre este constructo teórico que ele pode ser visto como uma capacidade dos sujeitos em fazer escolhas por meios que os levem a uma condição emancipatória, com menor ingerência do pensar e agir, impedindo que sejam conduzidos a um processo de sujeição. Em outros

termos, o mesmo autor destaca que ao romper as “amarras” de agir avaliando meios e fins, o homem pode atingir um estado de autorrealização, deixando a condição de “coisa” (meios para fins) e desenvolvendo suas capacidades em prol de si e da coletividade.

Weber (1922) já apontou que em se tratando de decisão, especialmente no que tange a ação social, raramente há a adoção de apenas um tipo de racionalidade, admitindo que a orientação da ação possa se dar por tipos de racionalidade misturados. Serva (1996) destacou em seus estudos, em diversas organizações do mercado e terceiro setor a existência do que chamou de tensão entre racionalidade instrumental e racionalidade substantiva, onde na orientação final da tomada de decisão acaba por permanecer predominantemente a racionalidade instrumental. Isto porque a teoria organizacional está impregnada de características relativas a razão instrumental, ao que explica Ramos (2006) que por meio de estruturas organizadas racionalmente, com base em uma lógica utilitária, os sujeitos são reduzidos a condição de objetos, de meios, coisas. A finalidade da razão instrumental é sobretudo a produção de riquezas, não a promoção dos seres humanos.

Então quando se busca compreender a razão de existir de organizações sem finalidade lucrativa, fica difícil o pronto entendimento se a análise for processada com uma visão convencional de organizações, pois conforme afirma Ramos (1989) a teoria organizacional tende a generalizar que as ações empreendidas pelo homem são executadas apenas com o interesse de maximizar ganhos econômicos. E essa visão mecanomórfica das ações humanas não consegue explicar o que seriam os ganhos de uma organização da sociedade civil na sua integralidade.

Dado os impactos gerados pelos projetos empreendidos pelo ICOM e IVG, há um resultado que vai além deste valor utilitário, não vendo o sujeito como meio para uma finalidade, mas sim ampliando capacidades de modo que ele possa decidir com base nos conhecimentos e experiências vivenciados de forma autônoma. Isso segundo Ramos (1983) leva em consideração sentimentos e emoções para o entendimento das realidades enfrentadas, despertando julgamentos com base nas crenças e valores dos indivíduos, mas como participantes ativos de uma sociedade.

Sendo assim, em uma sociedade cujo aspecto econômico estrutura a força produtiva quase que por completo e as organizações do mercado tendem a perseguir exclusivamente o lucro como resultado, as teorias organizacionais acabam por não dar conta de explicar o que movimenta as organizações da sociedade civil.

Em relação aos limites das ações desenvolvidas pelas duas organizações aqui tratadas, pode-se apontar as dificuldades orçamentárias, apesar das parcerias, o financiamento da estrutura e ampliação de projetos e pessoas por eles impactados, ou seja, questões relativas à sustentabilidade. Embora pouco tenha aparecido na pesquisa de campo, outra limitação, ainda que ações sejam tomadas para emancipação e transformação da realidade social, é a falta de garantia que os participantes cumpram com as trilhas dos projetos, ou seja, que os projetos não tenham evasão. Entretanto, por ter suas ações explicadas pela racionalidade substantiva, não se pode garantir que o sujeito faça a escolha de mudança de sua realidade, o que é respeitado pelas organizações, uma vez que se agissem de forma diferente disto estariam praticando contradições e exercendo meios de dominação.

Ao finalizar esta pesquisa aponta-se como principal avanço teórico a definição na fronteira do conhecimento de que o constructo da racionalidade substantiva norteia as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, sendo estas ações revestidas de inovação social e que são desenvolvidas predominantemente de forma incremental. Neste sentido, as ações de inovação social são melhor compreendidas por meio da lógica da racionalidade substantiva, onde o ser humano não é considerado meio para se chegar às finalidades, como acontece sob a lógica instrumental. Ainda em se tratando dos avanços teóricos obtidos com a pesquisa, a convergência das categorias de análise empregadas, une as três temáticas de forma consistente, ensejando que se caminhe para a ampliação de discussões acerca disso, bem como na proposição de modelos para clarificar o que é inovação social. Também como proposições futuras no campo teórico, destaca-se a possibilidade de revisão de prescrições em estruturas organizacionais considerando a perspectiva da racionalidade na aproximação de organizações (nos mais diversos setores e tipos) que desenvolvam ações de inovação social.

A presente pesquisa teve como limitação a falta de bibliografia atualizada sobre racionalidade substantiva na área da administração. Outro fator limitante foi a dificuldade de ampliar o número de organizações pesquisadas em função de apresentarem características de porte, estrutura e legalização diversificados. Também por tratar de causas sensíveis, encontrou-se grande resistência dos potenciais participantes (investidores, parceiros e beneficiários), que mesmo com a garantia de sigilo acerca de suas identidades, não concederam entrevistas.

Diante de um legado de problemas sociais nas mais diversas áreas, tais como: falta de alimentação, falta de habitação, falta de assistência integral à saúde, educação sem qualidade, a sociedade passa a exercer a participação de maneira mais estruturada, o que vem ampliando

o surgimento de novas organizações sociais, cujo último registro divulgado em 2021 detectou 236.950 entidades no Brasil (IBGE, 2021). Isso se referindo apenas àquelas legalmente constituídas. Como sugestão para estudos futuros, aponta-se a ampliação desta pesquisa quanto a identidade dessas organizações, uma vez que ao aproximarem-se da lógica do mercado tendem a vestir uma roupagem ou adotarem elementos ligados a razão instrumental, facilitando sua descontinuidade pela falta de consistência entre o que são e o que fazem.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- AGOSTINI, L., NOSELLA, A. & FILIPPINI, R. **Does intellectual capital allow improving innovation performance?** A quantitative analysis in the SME context. *Journal of Intellectual Capital*. 2017, n. 18, vol 2, 400–418.
- ALBERIO, M.; MORALLI, M. **Social innovation in alternative food networks**. The role of co-producers in Campi Aperti. *Journal of Rural Studies*. Vol. 82 (2021) 447-457. Doi: 10.1016/j.jrurstud.2020.10.007.
- ALVES, Mário A. Organizações do terceiro setor e sua(s) racionalidade(s). In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ENANPAD, 2002 Salvador. Anais... Salvador: EnANPAD, 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-teo-881.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- AMORIM, A. F. A. et al. A regra do jogo: relação entre estado e terceiro setor. *Revista de Gestão e Secretariado*, v. 9, n. 1, p. 236-264, 2018.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: Noções práticas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ANES, C.E.R.; DEPONTI, C.M.; AREND, S.C. Instrumental and substantive rationality in the productive dynamics of familiar agroindustries in the region of missões. *Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional*. *Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional*. V. 14 (2018) 107-132.
- ANHEIER, Helmut K. *Nonprofit organizations: theory, management, policy*. United States: Florence Production Ltd, 2005.
- AROCENA, R. Riesgo, cambio técnico y democracia en el subdesarrollo. In: Luján, José . L. y Echeverría, J. *Gobernar los Riesgos: ciencia y valores en la sociedad del riesgo*. Madrid: Biblioteca Nueva – OEI, 2004, pp. 207-223.
- ASSOUN, Paul-Laurent. *A Escola de Frankfurt*. São Paulo: Ática, 1991.
- AZEVÊDO, Ariston. *A sociologia antropocêntrica de Alberto Guerreiro Ramos*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARLAGNE, C.; MELNYKOVYCH, M.; MILLER, D.; HEWITT, R.J.; SECCO, L.; PISANI, E.; Nijnik, M. **What Are the Impacts of Social Innovation?** A Synthetic Review and Case Study of Community Forestry in the Scottish Highlands. *Sustainability* 2021, 13, 4359. <https://doi.org/10.3390/su13084359>.

BARROS, Adil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Pearson. 2007 3.ed.

BARROS, Marizeth Antunes; CHACON dos Santos, Thaís. **Terceiro Setor**: racionalidade instrumental ou substantiva? Revista Espaço Acadêmico. Ano X, vol 113. 2010.

BASELICE, A., PROSPERI, M., MARINI GOVIGLI, V., LOPOLITO, A. Application of a comprehensive methodology for the evaluation of social innovations in rural communities. Sustainability (Switzerland). V. 13 (2021) 1-15. Doi: 10.3390/su13041807.

BIGNETTI, Luiz Paulo. (2011); As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, v. 47, n. 1.

BOEIRA, Sérgio Luís. Atualidade da Obra de Guerreiro Ramos: As Novas Gerações de Guerreiristas. Editora Appris. Edição do Kindle: 2023.

BOUGHZALA, Y. Towards a collective approach of social innovation: the case of the social Entrepreneurship in Tunisia. **Innovations**, v. 62, p. 161-189, 2020. <http://doi.org/10.3917/inno.062.0161>.

BOZIC, A. Global trends in a fragile context: public– nonpublic collaboration, service delivery and social innovation. **Social Enterprise Journal**, v. 17, n. 2, p. 260-279, 2020. <http://doi.org/10.1108/SEJ-12-2019-0100>.

BRASIL. Ministério do Turismo. Disponível em <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/mtur-apresenta-a-municipios-a-importancia-de-ser-destino-turistico-inteligente>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Câmara discute implementação do novo Marco Regulatório das OSCs. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/plataforma-mais-brasil/noticias-e-eventos/noticias/2021/maio/camara-discute-implementacao-do-novo-marco-regulatorio-das-oscs>. Acesso em: 21 jan. 2022.

CAJAIBA-SANTANA, G. **Social innovation**: Moving the field forward. A conceptual framework. Technol. Forecast.Soc. Chang. 2014, 82, 42–51.

CAMARGOS, Ana Amelia Mascarenhas. Direito no Trabalho no Terceiro Setor. São Paulo: Saraiva, 2008.

CAMPOPIANO, G.; BASSANI, G; Social innovation: Learning from social cooperatives in the Italian context. Journal of Cleaner Production. V. 291, 2021 Doi: 10.1016/j.jclepro.2020.125253.

CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009, 346p.

CAULIER-GRICE, J., DAVIES, A., PATRICK, R., & NORMAN, W. **Social innovation overview**: a deliverable of the project:“The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”(TEPSIE), European Commission–7th framework programme. *European Commission, DG Research, Brussels*. 2012.

CELLARD, A. A análise documental. In: Poupart, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHANLAT, J. F. Por uma Antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, Jean François (Coord.). O indivíduo na organização: dimensões esquecidas. Tradução Ofélia de Lanna Sette Tôres. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996. v. I.

_____, Jean-François. A caminho de uma nova ética das relações nas organizações. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 68-73, jul./ago. 1992.

CHI, Y., ZHANG, Z., XIE, Z., WANG, J. How human activities influence the island ecosystem through damaging the natural ecosystem and supporting the social ecosystem? J. Cleaner Prod. 248, 119203. 2020.

CHO, Jeasik; TRENT, Allen. Validity in qualitative research revisited. In: Qualitative Research. v. 6, n. 3, 2006.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONTRERAS, J. A autonomia de professores. São Paulo: Cortez, 2002.

COSTA JÚNIOR, L. C. Terceiro setor e economia social. Cadernos do Terceiro Setor. São Paulo, n. 2, abr. 1998.

CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DE ALBUQUERQUE, A. C. C. Terceiro setor: história e gestão de organizações. Summus Editorial, 2021.

DE FÁTIMA FERREIRO, M., SOUSA, C., SHEIKH, F.A., NOVIKOVA, M. **Social innovation and rural territories:** Exploring invisible contexts and actors in Portugal and India. Journal of Rural Studies. 2021. Doi: 10.1016/j.jrurstud.2021.04.013.

DE OLIVEIRA, F. M. (2023). Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. *CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES*, 16(7), 6750–6766. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-151>.

DE PIERI, B.; TEASDALE, S. **Radical futures?** Exploring the policy relevance of social innovation. Social Enterprise Journal. V. 17 (2021) 94-110. Doi: 10.1108/SEJ-11-2020-0111.

DELLAGNELO, E. Racionalidade e Novas Formas Organizacionais. In: Laner, A. S.; Cruz Júnior, J. B. Repensando as organizações. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: Denzin, N. K. e Lincoln, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DRUCKER, Peter. Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas. São Paulo: Pioneira, 2006.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. In: Educar: Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

EDWARDS-SCHACHTER, M., & Wallace, M. L. 'Shaken, but not stirred': Sixty years of defining social innovation. *Technological Forecasting and Social Change*, 2019, vol. 119 (4), 64–79.

EISENHARDT, K. M. Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*. v. 14, (4), p. 532-550, 1989.

ELIAS, S; BARBERO, A. C. Social innovation in a tourist coastal city: a case study in Argentina. *Social Enterprise Journal*. V. 17 (2021) 44-62, Doi: 10.1108/SEJ-02-2020-0011.

EPPINGER, E. How open innovation practices deliver societal benefits. *Sustainability (Switzerland)*. V 13 (2021) 1-22.

FERNANDES, Valdir; PONCHIROLLI, Osmar. Contribuições da racionalidade comunicativa, racionalidade substantiva e ambiental para os estudos organizacionais. *Cadernos Ebape.br*. Rio de Janeiro, v. 9, p. 604-626, jul, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v9nspe1/v9nspe1a09.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2019.

FISCHER, R. M., & COMINI, G. Sustainable development: From responsibility to entrepreneurship. *Revista de Administração da USP*, 2012, vol. 47(3), 363-369.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOROUDI, Pantea; AKARSU, Tugra Nazli; MARVI, Reza; BALAKRISHNAN, Janarthanan. **Intellectual evolution of social innovation**: A bibliometric analysis and avenues for future research trends. In: *Industrial Marketing Management* 93 (2021) 446–465.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Esclarecendo terminologias**: as noções de terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular em perspectiva. In: *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano 3, nº. 5, Dez, 2001.

FLECK, Amaro; CAUX, Luiz Philipe de. **Crise e transformação estrutural do capitalismo**: artigos na Revista do Instituto de Pesquisa Social, 1932-1941. Florianópolis: NEFIPO – Núcleo de Ética e Filosofia Política. UFSC. 2019.

FLICK, Uwe. Uma introdução à pesquisa qualitativa. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLICKINGER, Hans-Georg. Subjetividade e intersubjetividade na perspectiva hegeliana. In: Dalbosco, Claudio A; Trombetta, Gerson; Longhi, Solange M. (Org.). *Sobre Filosofia e Educação: subjetividade – intersubjetividade na fundamentação da práxis pedagógica*. Passo Fundo: EDIUPF, 2004. p. 26-39.

FRIDHI, B. Social entrepreneurship and social enterprise phenomenon: toward a collective approach to social innovation in Tunisia. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2021. <http://doi.org/10.1186/s13731-021-00148-6>.

GALVÃO, Pollianna; ARAUJO, Claisy Maria Marinho. ONGs no Brasil: contextualização histórica do cenário para atuação em psicologia escolar. *Psicologia em Revista*, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 101-123, 21 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.5752/p.1678-9563.2018v24n1p101-123>. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682018000100007. Acesso em: 18 out. 2023.

GARCIA, M., & Haddock, S. V. Housing and community needs and social innovation responses in times of crisis. *Journal of Housing and the Built Environment*, 31(3), 2016. 393–407.

GASKELL, G.; BAUER, M. W. Para uma prestação de contas pública: além da amostra, da fidedignidade e da validade. In: Bauer, M. W.; Gaskell, G. (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GLOBAL FUND FOR COMMUNITY FOUNDATIONS. Site do Global Fund For Community Foundations, 2023. ATLAS. Disponível https://globalfundcommunityfoundations.org/wp-content/uploads/2023/02/GFCF_AnnualReport_1Apr2021-31Mar2022.pdf.

GODIN, B. **Social innovation**: Utopias of Innovation from c. 1830 to the present. Project on the Intellectual History of Innovation Working Paper, (11), 1–52. 2012.

GOLDENBERG, M. The future of social innovation in Canada. Canadian Policy Research Networks Inc. Project (CPRN), Research Report W/26, Ottawa, 2004b.

GOMES, J. S. O Método de Estudo de Caso Aplicado à Gestão de Negócios. São Paulo: 2006. Ed. Atlas.

GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. Analyzing interpretive practice. In: Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (Ed.) *The Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2000, p. 487-508.

HABERMAS, Jurgen. *Comentários à ética do Discurso*. Lisboa: 1999. Instituto Piaget.

HABERMAS, Jurgen. *Teoria de la acción comunicativa. Complementos y estudios previos*. 3 ed. Madrid: 1997-b. Catedra.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, J.; Vredenburg, H. The challenges of innovating for sustainable development. *Sloan Management Review*, 2003. v. 45, n.1, p. 61-68.

HAMACHEK, Don E. *Encontros com o Self*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Interamericana, 1979.

- HANSEN, A. V.; FUGLSANG, L.; GALLOUJ, F.; SCUPOLA, A. Social entrepreneurs as change makers: expanding public service networks for social innovation. **Public Management Review**, p. 1-20, 2021. <http://doi.org/10.1080/14719037.2021.1916065>.
- HEINISCH, B. The Role of Translation in Citizen Science to Foster Social Innovation. *Frontiers in Sociology*, 2021. V. 6. Doi: 10.3389/fsoc.2021.629720.
- HENDERSON, H. Social innovation and citizen movements. *Futures*, 1993. 25(3), 322–338.
- HERNÁNDEZ-ASCANIO, J; AJA-VALLE, J; RUEDA-LÓPEZ, R; MEDINA-VIRUEL, M.J. Measure the capacity of social innovation in complex organizations of the third sector. *Empiria*. V. 51 (2021) 153-182. Doi: 10.5944/empiria.51.2021.30811.
- HEY, Lucinete A. N. A racionalidade instrumental e substantiva nas práticas de formação do administrador: um estudo de casos múltiplos junto a instituições de ensino em Curitiba. 138f. 2008. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado e Doutorado em Administração, Universidade Positivo, Curitiba. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp150359.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da Razão*. Trad. Pissardo, Carlos Henrique. Unesp: 2016.
- HOWALDT, J; KOPP, R; & SCHWARZ, M. On the theory of social innovations: Tarde's neglected contribution to the development of a sociological innovation theory. Weinheim: 2015. Beltz Juventa. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-419633>.
- HUDSON, M. *Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita*. São Paulo: 2002. Makron Books.
- HU, Y.; LIU, D. Altruism versus Egoism in Human Behavior of Mixed Motives. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 62, n. 4, p. 677-705, 2003.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/arquivos>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/pesquisa/37/30255?tipo=ranking>. Acesso em: 30 ago. 2022.
- JAEGER-ERBEN, M; RÜCKERT-JOHN, J; SCHEAFER, M. **Sustainable consumption through social innovation: a typology of innovations for sustainable consumption practices**. *J. Clean. Prod.* 2015, 108, 784e798.
- KALBERG, S. Max. Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization process in history. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.

KANT, Emmanuel. Crítica da razão pura. Tradução Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gullbenkian, 2011.

_____. Textos seletos. Trad. Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1974.

KILELU, C.W; Klerkx, L; and Leeuwis, C. How Dynamics of Learning are Linked to Innovation Support Services: Insights from a Smallholder Commercialization Project in Kenya. *Journal of Agricultural Education and Extension* 20, 2014, (2): 213–232.

KLEIN, J.; Harrisson, D. L'innovation sociale: Émergence et effets sur la transformation des societies. Press de l'Université du Québec, 2007.

KOCHE, José Carlos. Fundamentos de metodologia científica: Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. José Carlos Koche. 26. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LACRUZ, A. J. (2020). Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(3), 473-485. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190007>.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LÉVESQUE, B. Les entreprises d'économie sociale, plus porteuses d'innovations sociales que les autres? In: Colloque du cqrs au congres de l'acfas, 2001, Montreal, Cahiers du Crises, 2002, v. 0205.

LIMA, J. C.; SOUZA, A. R. Trabalho, Solidariedade social e Economia solidária. Lua Nova, São Paulo, 2014, 93, p.139-168.

LISBOA, Tereza Kleba.; MANFRINI, Daniele Beatriz. **Cidadania e equidade de gênero**: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. *Revista Katalysis*, Florianópolis, n. 1, jan. 2005.

LOMBARDI, M; COSTANTINO, M. A hierarchical pyramid for food waste based on a social innovation perspective. *Sustainability (Switzerland)*. 2021. V. 13. Doi: 10.3390/su13094661.

MALDONADO, A. E. **Pesquisa em comunicação**: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: MALDONADO, A. E. *Metodologias de Pesquisa em Comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2011.p. 279-303.

MAÑAS, A. V.; MEDEIROS, E. E. **Terceiro Setor**: Um Estudo sobre a sua Importância no Processo de Desenvolvimento Sócio-Econômico. In: *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 2, n. 2, p. 15-29, João Pessoa, jul./dez. 2012.

MARCHESI, M; TWEED, C. Social innovation for a circular economy in social housing. *Sustainable Cities and Society*. 2021. V. 71. Doi: 10.1016/j.scs.2021.102925.

MARCUSE, Herbert. Algumas implicações sociais da tecnologia moderna. In: Herbert Marcuse. Tecnologia, guerra e fascismo. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

MARION, J. C.; DIAS, R.; Traldi, M. C. Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, Olgária C. F. A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo. 3 ed. São Paulo: Moderna, 1995.

MACLEAN, M; HARVEY, C; & GORDON, J. Social innovation, social entrepreneurship and the practice of contemporary entrepreneurial philanthropy. *International Small Business Journal*, 2013, 31(7), 747-763.

MANNHEIM, K. **O homem e a sociedade**: estudos sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. Men and society in an age of reconstruction. New York: Harcourt, Brace & World, 1940.

MARGOLIS, H. Selfishness, Altruism, and Rationality: A Theory of Social Choice. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

MARTINS, Janaína N. M; CRUZ, June A. W; BACH, Tatiana M. As Dimensões da Inovação Social: Um Estudo De Caso Na Incubadora Social Trilhas. In: *Revista Brasileira de Educação e Inovação da Univel (REBEIS)*, n. 1, v. 1, Edição Especial, jul./set., 2021.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MEAD, George Herbert. Mind self and society from the standpoint of a social behaviorist. Chicago: University of Chicago, 1934.

MINAYO, M. C. & Sanches (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Quantitativo-qualitativo**: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública* 9, 1993, (3): 239-262.

MIRANDA, A. L. Da natureza da tecnologia: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), 2002, pp. 161.

MOGENDORFF; Janine Regina. A Escola de Frankfurt e seu legado. *Verso e Reverso*, XXVI (63):152-159, setembro-dezembro 2012.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. 4 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2011.

_____. *Ciência com consciência*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

- MOSCOVICI, Fela. Renascença organizacional. s/1: José Olympio, 2002.
- MULGAN, G; TUCKER, S., Ali, R; & SANDERS, B. Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated, 2007.
- MURRAY, R; CAULIER-GRICE, J; & Mulgan, G. The open book of social innovation. National endowment for science, technology and the art London. 2010.
- MURRAY, C. Losing ground: American social policy, 1950–1980. Basic Books: 2008.
- MUZZIO, Henrique. A Condição Paradoxal da Administração de Recursos Humanos: Entre a Racionalidade Instrumental e a Racionalidade Substantiva , Cadernos EBAPE.BR: v. 12 n. 3 (2014).
- NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de pesquisa em administração, 1996, v. 1., n. 3.
- NIEBUHR, Joel de Menezes. Dispensa e inexigibilidade de licitação pública. São Paulo: Dialética, 2003.
- OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS - OBISF (2021). Disponível em: <http://www.observafloripa.com.br> Acesso em: 7 ago 2022.
- OLIVEIRA, L. A. **Educação e política em Theodor Adorno**: para onde a educação deve conduzir?. Intuitio, 8(1), 64-74, 2015.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. Guerreiro Ramos: Resgatando o Pensamento de um Sociólogo Crítico das Organizações. IN: o&s - v.14 - n.40, Janeiro/Março, 2007.
- PAVEZ, Cristienne Magalhães Pereira; FREITAS, Mário Jorge Cardoso Coelho; DIAS, Vera Lúcia Nehls. Territórios da “Favela” e Conflitos Socioambientais: Na Comunidade Arvoredo, Florianópolis-SC. In: Ambiente & Sociedade n São Paulo. Vol. 22, 2019.
- PEL, B.; WITTMAYER, J.; DORLAND, J.; SØGAARD JØRGENSEN, M. Unpacking the social innovation ecosystem: an empirically grounded typology of empowering network constellations. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 33, n. 3, p. 311-336, 2020. <http://doi.org/10.1080/13511610.2019.1705147>.
- PEREIRA, M. J. L. de B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.
- PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M. A. **Empowerment meets narrative**: listening to stories and creating settings. American Journal of Community Psychology. Out. v. 23, n. 5, p. 569-79, 1995.
- PERO, V; MIHESSEN, V. Mobilidade Urbana e Pobreza no Rio de Janeiro. Revista Econômica – Niterói, 2013, v. 15, n 2, p. 23-50 dez.
- PHILLS, J.A; DEIGLMEIER, K; MILLER, D.T. Rediscovering social innovation. Stanford Social Innovation Review. Fall, 2008.

POL, E; VILLE, S. Social innovation: Buzz word or enduring term? *The Journal of Socio-Economics*, 2009. 38 (6), 878–885.

RAMOS, M. F. Racionalidade nas organizações do terceiro setor: tensões e implicações para a avaliação de programas sociais. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

_____, A. G. Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1983.

_____, A. G. A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981a.

RENZETTI, B. P. Marco regulatório das organizações da sociedade civil à luz do Direito Administrativo Global. *Revista Digital de Direito Administrativo*, 2017, vol. 4, n.1, p 94-111.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RICHTER, R; CHRISTMANN, G. B. On the role of key players in rural social innovation processes. *Journal of Rural Studies*, 2021. Doi: 10.1016/j.jrurstud.2021.04.010.

ROGERS, Carl - Terapia Centrada no Paciente. S. Paulo, Martins Fontes, 1978.

ROSA, M. V. F. P. de; ARNOLDI, M. A. G. C. A Entrevista na Pesquisa Qualitativa: mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ROTHSCHILD-WHITT, J. **The collectivist organization**: an alternative to rational-bureaucratic models. *American Sociological Review*, 1979, 44: 509-527.

RÜDIGER, F. A Escola de Frankfurt. In: V.V. França; A. Hohfeldt; L.C. Martino (org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis, Vozes, 2001, p. 131-150.

SALAMON, Lester. **A emergência do terceiro setor**: uma revolução associativa global. In: *Revista de Administração*, São Paulo, v. 33, n.1, p.5-11, janeiro/março, 1998.

SALAMON, Lester. Estratégias Para o Fortalecimento do Terceiro Setor. *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*; Evelyn Yoschpe et al. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A. 1997.

SALAMON, Lester. The rise of nonprofit sector. In: *Foreign Affairs*. V. 73 N. 4, 1994, pp. 109-122.

SANTOS, S. X. Organização do terceiro setor. Natal: EdUnP, 2012. Disponível em: https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Oganizacao_no_Terceiro_Setor.pdf. Acesso em: 04 mai. 2019.

SCHÄFER, M; DANTAS de Figueiredo, M; IRAN, S; JAEGER-ERBEN, M; SILVA, M.E; LAZARO, J.C; MEIBNER, M. Imitation, adaptation, or local emergency? – A cross-country

comparison of social innovations for sustainable consumption in Brazil, Germany, and Iran. *Journal of Cleaner Production*, 2021. V. 284. Doi: 10.1016/j.jclepro.2020.124740.

SCHERER, A. G. Modes of explanation in organization theory. In: Tsoukas, H; Knudsen, C. (Eds). *The Oxford Handbook of Organization Theory*. England: Oxford University Press, 2005, pgs. 310 - 344.

SCHMITZ JUNIOR, Salezio et al. O legado do pensamento de Alberto Guerreiro Ramos para a Gestão Social. *RGO - Revista de Gestão Organizacional*. Chapecó, v. 12, n. 1, p. 47-60, nov./dez., 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rgo/article/view/1861>. Acesso em: 21 jun. 2020.

SCHRÖDER, A.; Kruger, D. Social Innovation as a Driver for New Educational Practices: Modernising, Repairing and Transforming the Education System. *Sustainability*, 2019, 11, 1070.

SELL, C. E. Racionalidade e racionalização em Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 27, n. 79, São Paulo: 2012.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2.ed. São Paulo: EPU, 1987. v. 3.

SERVA, M. A Racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 1997^a, v. 37, n. 2, p. 18-30.

_____, M. Abordagem substantiva e ação comunicativa: uma complementaridade proveitosa para a teoria das organizações. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, 31 (2): 108-34, mar/abr, 1997b.

_____, M. **Racionalidade e organizações**: O fenômeno das organizações substantivas. Volume I e II. São Paulo. FGV, 1996. Tese de doutorado em administração, escola de administração de empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.

_____, M. O fenômeno das organizações substantivas. *Revista de Administração de Empresas*, 33(2), 1993.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 *Metodologia do trabalho científico*. Antônio Joaquim Severino. 23. ed. rev. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMON, Herbert. *Comportamento Administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Tradução: Aluizio Loureiro Pinto. FGV. Rio de Janeiro, 1970.

SMITH, David Horton. Four Sectors or Five? Retaining the Member-Benefit Sector. In: *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*. V. 20 N. 2, Summer 1991, pp.137-50.

SOUZA, M. R. O conceito de esclarecimento em Horkheimer, Adorno e Freud: apontamentos para um debate. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 469-476, 2011.

SOUZA, W. J. O mundo que nós perdemos: da solidariedade pré-industrial à economia solidária. In: Encontro nacional da associação nacional de pósgraduação e pesquisa em administração. 32. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: grounded theory procedures and techniques**. 2 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

SWAANS, K., et al. Operationalizing Inclusive Innovation: Lessons from Innovation Platforms in Livestock Value Chains in India and Mozambique. *Innovation and Development*, 2014, 4 (2): 239–257.

TACHIZAWA, T. *Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor: criação de ONGs e Estratégias de Atuação*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TARDIF, C.; HARRISSON, D. Complémentarité, convergence et transversalité: la conceptualisation de l'innovation sociale au CRISES. In: CRISES. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales Cahiers du CRISES. Québec, 2005.

TAYLOR, Charles. (1994), "The politics of recognition", in A. Gutmann (ed.), *Multiculturalism: examining the politics of recognition*, Princeton/Chichester, Princeton University Press, pp. 25-73.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *Tem razão a administração*. 2. ed. rev. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

THOMPSON, A. A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do terceiro setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (org.). *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2. ed., 2000, p. 41-48.

TIISEL, Danilo Brandani. **Captação de Recursos para o Teceiro Setor: Aspectos jurídicos**. Maio 2007. Disponível em: < <http://www.ajos.org.br/biblioteca/06.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

VAN WIJK, J; ZIETSMA, C; DORADO, S; DE BAKKER, F. G; MARTÍ, I. Social innovation: Integrating micro, meso, and macro level insights from institutional theory. *Business & Society*, 2019, 58(5), 887–918.

VOORBERG, W. H; BEKKERS, V. J; TUMMERS, L. G. A systematic review of cocreation and co-production: Embarking on the social innovation journey. *Public Management Review*, 2015, 17(9), 1333–1357.

WEBER, M. *Economia e Sociedade*. Brasilia. Unb. 2009.

_____, M. *Aética protestante e o "espírito" do capitalismo*. Tradução José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft*. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1922.

WITTMAYER, J; KEMP, R; HAXELTINE, A; AVELINO, F; PEL, B; RUIJSINK, S; JØRGENSEN, M.S., Rach, S. (2018). Final Report Summary. TRANSIT Brief 6. June 2018.

ZAPE, Katiani Lucia. Sociedade civil: comportamento das organizações não governamentais. In: VI Conferência da Rede Regional América Latina e Caribe da International Society for Third Sector Research, 2007, Salvador. Anais... Salvador: CIAGS/UFBA, 2007. Disponível em: [http://www. participar.srv.br/media/download/325](http://www.participar.srv.br/media/download/325). Acesso em: 03 nov. 2019.

ZIEGLER, R. Social Innovation and the Capability Approach. In Atlas of Social Innovation. New Practices for a Better Future; Howaldt, J., Kaletka, C., Schröder, A., Zirngiebl, M., Eds.; TU Dortmund University: Dortmund, Germany, 2018; p. 245.

Apêndice I – Roteiro de entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COM MEMBROS DA ORGANIZAÇÃO

Constructo Teórico	Categorias de Análise	Pergunta
Inovação Social Organização da sociedade civil	Necessidade atendida Fundamentos de origem	1. Na sua percepção, quais as razões de ser de sua organização (quais demandas ela veio a atender)
Inovação social	Novidade Formulação e implementação	2. Quais são os processos centrais de sua organização e como sua atuação se interliga com estes processos?
Inovação social	Formulação e implementação	3. De que forma as decisões são tomadas em sua área? Existe um plano global e formal de trabalho?
Inovação social	Necessidade atendida	4. De que forma surgem e são deliberadas as novas ações a serem empreendidas?
Racionalidade Substantiva	Valores emancipatórios	5. À qual preocupação essencial estão ligadas as decisões da organização?
Racionalidade Substantiva	Entendimento	6. A missão, visão e valores são conhecidos por todos na organização e são levados em consideração na tomada de decisão?
Racionalidade Substantiva	Julgamento ético	7. Como são selecionados os parceiros, investidores, financiadores, operadores e beneficiários para as ações ou iniciativas em sua organização?
Racionalidade Substantiva	Autenticidade	8. Quais as técnicas ou instrumentos técnicos são empregados no gerenciamento da organização e de seus projetos?
Inovação Social	Formulação e implementação	9. A organização leva em consideração os impactos do ambiente na tomada de decisão, tais como Inflação, Taxas de câmbio, Crescimento econômico e recessão econômica?
Racionalidade Substantiva	Autorrealização Valores emancipatórios	10. Como você descreveria a cultura da organização e de que forma ela impacta na gestão?

Fonte: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico (2023)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COM MEMBROS INVESTIDORES

Constructo Teórico	Categorias de Análise	Pergunta
Inovação Social	Necessidade atendida	1. Na sua percepção, quais as convergências existentes entre a sua organização e a organização parceira?
Organização da sociedade civil	Fundamentos de origem	
Racionalidade Substantiva	Valores Emancipatórios	2. Quais são os benefícios auferidos por sua empresa com o apoio nos projetos das organizações com as quais é parceiro?
Inovação social	Formulação e implementação	3. Quanto representa em termos de desembolso, a sua participação na parceria?
Racionalidade Substantiva	Julgamento ético	4. Existe uma razão legal (leis, acordos, penalidades) que o motive a fazer a parceria?
Racionalidade Substantiva	Entendimento Valores Emancipatórios	5. Qual a sua visão de futuro (resultado) com a parceria?

Fonte: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico (2023)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – COM MEMBROS BENEFICIÁRIOS

Constructo Teórico	Categorias de Análise	Pergunta
Inovação Social	Necessidade atendida	1. Qual o impacto da existência do projeto na sua vida?
Inovação social	Novidade Formulação e implementação	2. Como ficou sabendo da existência do projeto?
Inovação Social	Eficácia da Ação	6. O que de mais importante você conseguiu por participar do projeto?
Inovação Social	Capacidades Geradas	7. Você nota alguma mudança no jeito de ser depois que ingressou no projeto? Qual?
Racionalidade Substantiva	Entendimento	3. Sua participação no projeto é voluntária ou foi influenciado por algum agente (familiar, amigo, entre outros) ?
Racionalidade Substantiva	Julgamento ético	4. O que faz você querer estar no projeto?
Racionalidade Substantiva	Valores emancipatórios	5. Caso não tivesse acesso pelo projeto, qual outra opção teria?
Racionalidade Substantiva	Autorrealização Valores emancipatórios	7. Você nota alguma mudança no jeito de ser depois que ingressou no projeto? Qual?

Fonte: Elaborado pelo autor com base no referencial teórico (2023)

Apêndice II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade do Sul de Santa Catarina
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UNISUL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “Inovação Social e Racionalidade Substantiva em Organizações da Sociedade Civil”, realizada por Leandro dos Santos Bernardes, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina, orientado pelo Professor Jacir Leonir Casagrande, coordenador do referido programa. O objetivo deste estudo é verificar as conexões entre inovação social e o construto da racionalidade substantiva em organizações da sociedade civil, de modo a instrumentalizar a elaboração da tese de doutoramento do já mencionado pesquisador.

Caso você aceite participar, você terá que conceder uma entrevista ao pesquisador, respondendo algumas questões semiestruturadas acerca de sua organização e dos programas de inovação social em que participa. A entrevista poderá ter a duração máxima de uma hora.

Riscos e Benefícios: Com sua participação nesta pesquisa, você não estará exposto a riscos. Esta pesquisa tem como benefícios ampliar e aprofundar conhecimentos sobre as práticas de inovação social e suas motivações em organizações da sociedade civil.

Sigilo, Anonimato e Privacidade: O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem a identificação dos respondentes. No caso das organizações pesquisadas, os dados poderão ser divulgados, desde que sejam aqueles existentes nos meios de divulgação oficial da organização (documentos com acesso público).

Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionam constrangimento de alguma natureza.

Autonomia: Você é livre para aceitar ou não participar da pesquisa, e poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone.

Devolutiva dos resultados: Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de finalização da tese, com previsão em 30/09/2023, desde que solicitada por email a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Ressarcimento e Indenização: Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago (a) de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você.

Após ser esclarecido (a) sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do (a) pesquisador(a) responsável e a outra via com você.

Consentimento de Participação

Eu _____ concordo em participar voluntariamente da pesquisa intitulada “Inovação Social e Racionalidade Substantiva em Organizações da Sociedade Civil” conforme informações contidas neste TCLE.

Local e data: _____

Assinatura: _____
(No caso de o participante ser menor ou impedido legalmente, colher a assinatura do representante legal).

Pesquisador (a) responsável (orientador (a)):

E-mail para contato:

Telefone para contato:

Assinatura do (a) pesquisador (a) responsável: _____

Outros pesquisadores:

Nome:

E-mail para contato:

Telefone para contato:

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

(Atenção, os contatos dos (as) pesquisadores (as) devem ser contatos pessoais, não podendo utilizar contatos de clínicas, coordenação de curso, dentre outros).

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado (a) de alguma forma, você pode entrar em contato com o Comitê de Ética da UNISUL pelo telefone (48) 3279-1036 ou WhatsApp (48) 9 8819-8868 entre segunda e sexta-feira das 13h às 17h e 30min ou pelo e-mail cep.contato@unisul.br.